NEOLIBERALISMO

NA AMÉRICA LATINA:

DESAFIOS COMPLEXOS E VISÕES INTERDISCIPLINARES



RACHEL DUARTE ABDALA
ANDRÉ LUIZ DA SILVA
RÉGIS DE TOLEDO SOUZA

organizadores

RACHEL DUARTE ABDALA
ANDRÉ LUIZ DA SILVA
RÉGIS DE TOLEDO SOUZA
organizadores

NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA:

DESAFIOS COMPLEXOS E VISÕES INTERDISCIPLINARES

edUNITAU
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Taubaté-SP
2026

EXPEDIENTE

edUNITAU - Editora da Universidade de Taubaté

Presidente

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Conselho Editorial

| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Dra. Emari Andrade
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Monica Franchi Carniello
| Área de Biociências: Profa. Dra. Eliane Stevanato
| Área de Exatas: Profa. Dra. Kátia Celina da Silva Richetto
| Área de Humanas: Prof. Dr. Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso

Consultoria Ad hoc (link equipe consultores)

| Representante: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira (Universidade de Taubaté)

Equipe Técnica

| Coordenador de Produção Editorial: Alessandro Squarcini
| Grupo de Estudos em Língua Portuguesa – GELP
| Sistema Integrado de Bibliotecas - SiBI

Avaliação, parecer e revisão por pares

| Esta obra foi avaliada por pares e indicada para publicação

Projeto Gráfico

| Capa: Alessandro Squarcini - NDG/UNITAU
| Diagramação: Julia Frutuoso Catharino - NDG/UNITAU
| Revisão: Renata Freitas e Joel Abdala
| Impressão: Eletrônica - E-book

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU
Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

N438 Neoliberalismo na América Latina : desafios complexos e visões interdisciplinares [recurso eletrônico] / organizadores Rachel Duarte Abdala, André Luiz da Silva, Régis de Toledo Souza. – Dados eletrônicos. – Taubaté: EdUnitau, 2026.
1 recurso on-line (164 p.).

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-85-9561-259-4 (on-line)

1. Neoliberalismo. 2. Capitalismo. 3. Interdisciplinaridade. 4. América Latina. I. Abdala, Rachel Duarte (org). II. Silva, André Luiz da (org.). III. Souza, Régis de Toledo. IV. Título.

CDD – 330.153

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

Índice para Catálogo sistemático
Neoliberalismo – 330.153
Capitalismo – 330.122
Interdisciplinaridade – 001.4
América Latina – 980

https://doi.org/10.66717/978-85-9561-259-4

Copyright © by Editora da UNITAU, 2026
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora afiliada:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

Neoliberalismo: o indivíduo e o mercado como prerrogativas

As reflexões apresentadas em Neoliberalismo na América Latina: desafios complexos e visões interdisciplinares convidam-nos a olhar de frente um princípio que atravessa a vida contemporânea, com profundas decorrências, sobretudo aos povos situados na periferia da globalização capitalista. Trata-se da primazia do mercado, um princípio norteador, uma voz de comando cujos imperativos econômicos e políticos repercutem de forma direta nas condições sociais e na ação dos indivíduos. Os autores propõem-se a desvencilhar os meandros das práticas neoliberais e escancarar suas consequências, uma reflexão necessária para se espantar o medo e a apatia quanto a exercitar práticas emancipatórias.

O termo neoliberal tem uso recorrente nos discursos que se propõem a uma leitura crítica da realidade, pois foi capturado e transformado em sinônimo para qualquer mal-estar contemporâneo. Pode-se usar o vocábulo para explicar desde o preço do café até a ansiedade. Um qualificativo que parece ser uma explicação clara de um determinado campo, seja um pensamento, um projeto, uma política pública ou uma prática social. Nesse contexto, o conceito pode ficar esvaziado e não contemplar as decorrências das práticas neoliberais, sobretudo aquelas que afetam diretamente o cotidiano do indivíduo.

Sem maiores pretensões, este prefácio apresenta um esforço de se perscrutar os fundamentos filosóficos dessas múltiplas manifestações denominadas como neoliberais. Fundamentos remetem a bases, princípios, raízes, ao que está subjacente. Como neoliberalismo remete obviamente a liberalismo, um primeiro passo desta reflexão consiste em retomar as origens do liberalismo político e do liberalismo econômico, formulados por pensadores ingleses nos séculos XVII e XVIII. Em seguida, prossegue-se a uma análise do neoliberalismo em suas dimensões política, econômica e cultural.

O liberalismo político tem a sua formulação na construção filosófica de John Locke , que descreve a origem das sociedades políticas a partir de um pacto, no qual se formou um corpo político, resultante da concordância de seus membros em acatar o assentimento da maioria. A formulação apresentada traz um novo fundamento para o poder, não mais a origem divina dos reis, apregoada pela monarquia absolutista, mas o resultado de um acordo entre os homens. Dois elementos chamam a atenção nesse pacto: o corpo político é formado por todos os “homens livres e capazes” e seu principal objetivo é garantir a “preservação da propriedade”.

Propriedade aparece aqui com um sentido ambíguo, pois todos são considerados proprietários (do corpo, da liberdade, do trabalho), mas nem todos

são considerados livres e capazes de participar das decisões políticas, pois as mulheres e os escravos, por exemplo, não tinham direito ao voto. Assim, fundou-se o Estado representativo moderno: as bases da sociedade política não se assentam mais na dependência da vontade de UM, mas decorrem de um conjunto de homens interessados no desenvolvimento da sociedade. Reunidos em Assembleia, estabeleciam as leis a serem executadas pelo governo e fiscalizadas pelos tribunais. Ficava instituído também o Parlamento, não apenas como um dos três poderes, mas como um campo em que se prevalece as forças dos defensores da propriedade.

Se no campo da política está garantida a primazia do poder econômico na organização do Estado moderno, na organização da vida econômica não é diferente. Ainda em John Locke, é estabelecido o princípio fundamental do trabalho como fonte primeira de todo valor, aliás corroborando uma assertiva já estabelecida por pensadores medievais: o trabalho como fonte das riquezas. Entretanto, embora o trabalho seja a “grande medida”, a posse desigual dos bens, acúmulo possibilitado pelo uso do dinheiro, inicialmente o ouro e a prata, foi garantida por um “pacto espontâneo e tácito” entre os homens, “que concordaram com a posse desigual e desproporcional da terra”.

Coube aos fisiocratas ingleses, capitaneados por Adam Smith, consolidar esses princípios como leis da natureza: o trabalho é a fonte da riqueza; os indivíduos ofertam para a sociedade o melhor de si quando concorrem para alcançar os seus próprios interesses; e, nada deve obstruir a livre iniciativa entre os agentes econômicos, sejam eles sujeitos ou empresas. Entende-se que qualquer forma de controle pode ser nociva ao desenvolvimento natural da sociedade, que deve ser regulada tão somente pela “mão invisível do mercado”. Quase como um paradoxo, pode se observar, nos bojos dessa racionalidade, um fundamento religioso ou mágico.

Esse liberalismo econômico, assentado nos princípios do trabalho como fonte do valor e no mercado como instância reguladora, será o norte, nos marcos do capitalismo, da organização da vida econômica até experimentar os seus limites na grande crise de 1929, também chamada de Grande Depressão. As prateleiras estavam cheias de produtos e os trabalhadores de bolsos vazios. Escancara-se um paradoxo: o capitalismo expandiu a produção de riquezas, mas não foi capaz de distribuí-las. Com a capacidade de consumo dos produtores de valor limitada, o capital não consegue se reproduzir. A circulação e a reprodução de valor foram afetadas, e a mão invisível do mercado pediu socorro.

A resposta veio com o reconhecimento do Estado como instância necessária na regulação da economia. Com base em John Keynes, propôs-se o Estado intervencionista, que deveria realizar as grandes obras de infraestrutura, controlar setores estratégicos da economia, garantir as condições de trabalho e

investir no desenvolvimento da indústria. A expressão mais vigorosa desse modelo, que ficou conhecida como Welfare State, um Estado de Bem-estar Social, prevaleceu na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Em síntese, cabe ao Estado garantir a toda a população os direitos básicos, como educação, saúde, moradia, renda mínima. Na economia, cabe ao Estado atuar como regulador nas relações entre os agentes econômicos, evitando a concentração da riqueza e garantindo a toda a população condições adequadas de existência.

A reação dos defensores das prerrogativas do mercado não tardou a aparecer. Uma sociedade na qual os cidadãos têm garantido suas condições básicas de existência, foi chamada, ainda em 1944, como o Caminho da servidão, título da obra de Friedrich Hayek. A perspectiva de um planejamento central pelos governos, norteando as decisões econômicas e estabelecendo limites ao exercício da liberdade de indivíduos e empresas significaria uma sociedade opressora e tirânica. Além disso, a garantia de uma proteção social para todos os cidadãos arrefeceria o vigor da criatividade e da iniciativa de contribuir para o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, fazia-se necessário recuperar o liberalismo com o diferencial de se estabelecer garantias para a autonomia do mercado e limites na atuação do Estado.

O novo liberalismo, ou neoliberalismo, encontrará terreno fértil para se estabelecer a partir dos anos 1970, com o chamado Choque do Petróleo de 1974 e como resposta ao Estado de Bem-Estar Social. Privatização de empresas estatais, desregulamentação econômica, limitação nos direitos dos trabalhadores e combate aos movimentos sociais constituíram a receita aplicada, primeiramente pela ditadura de August Pinochet, no Chile, e depois, já nos anos 1980, pelos governos de Donald Reagan, nos EUA, e de Margareth Tatcher, também chamada de Dama de Ferro, na Grã-Bretanha,. No final da década, em 1989, um grupo de economistas representantes do Banco Mundial, FMI e do Tesouro Norte-americano estabeleceu o que ficou conhecido como Consenso de Washington: estado mínimo, abertura econômica, redução de direitos sociais. Estes princípios passaram a ser aplicados pelos governos na gestão das crises e na condução da política econômica, sob a supervisão dos organismos multilaterais supracitados. A fidelidade ou resistência na aplicação dessas medidas passou a demarcar a orientação política da maioria dos governos, nas últimas décadas.

Em um esforço de sistematização, ainda que correndo o risco de um certo didatismo, podemos pensar o neoliberalismo em uma tríplice dimensão: política, econômica e cultural.

Compreende-se por neoliberalismo político, em um primeiro momento, a redução do papel do Estado na economia, materializado na privatização das empresas estatais e na privatização ou terceirização da prestação dos serviços públicos. O Estado perde a prerrogativa no controle de setores estratégicos e

terceiriza setores considerados essenciais na garantia dos direitos básicos da população, como educação, saúde, transportes, moradia. No entanto, no arco do neoliberalismo político, isso não é o bastante, visto que se molda um novo modelo de Estado: mínimo na realização de direitos básicos, regulador de contratos nas relações econômicas, porém gigante na proteção da propriedade. A concretização deste modelo não ocorre sem conflitos no âmbito da cláusula da independência dos poderes, pois as prerrogativas do mercado, predominantes entre as forças do Legislativo, podem entrar em choque com os demais poderes. As crises políticas passam a ser recorrentes, tanto nos regimes parlamentaristas, quanto nos presidencialismos de coalizão, como no caso brasileiro. E o cidadão político, como fica? Nos sonhos do ideário neoliberal, ficará tranquilo, como bom consumidor, e com o exercício de voto comandado por algoritmos.

O neoliberalismo econômico apregoa a primazia do mercado nas relações econômicas. Para tanto, defende a livre iniciativa entre as empresas, a abertura de fronteiras entre os países e a redução das proteções sobre o trabalho. O ambiente econômico mais saudável será aquele que puder contar com um Estado realizando o mínimo de intervenções e controles, com os países com abertura total para as relações comerciais e com cada trabalhador podendo negociar o que for melhor para si, nas suas relações de trabalho. Em síntese, uma globalização econômica, sem limites para a circulação e reprodução do capital, com um Estado vigiado, controlado pelas forças econômicas.

Este modelo político e econômico, para se consolidar, precisou se enraizar como prática social, conquistar corações e mentes, atravessar os modos de ser e estar no mundo, o que podemos denominar como um neoliberalismo cultural. Cabe então perguntar, como ele pode ser observado na organização da vida cotidiana? Como se caracteriza seu modus vivendi? A eficácia do modelo implica uma sociedade de indivíduos, células de egoísmo, como já caracterizara no século XVII, o pensador inglês Thomas Hobbes. Indivíduos privatizados, centrados em si mesmos, cujos interesses suplantam os do coletivo. Os espaços de vivência coletiva foram sendo limitados, e as feiras, o mercado e pequenos comércios, trocados por grandes centros de compras. Isso para não falar das compras nas plataformas digitais, sem sair de casa, sem precisar se encontrar com ninguém. Preconiza-se um certo conforto do eu em detrimento do encontro com o outro. Como dizia Margareth Tatcher, ainda nos anos oitenta do século passado, hoje não temos mais sociedade; apenas indivíduos. Trata-se de uma dinâmica que, alavancada pelas novas tecnologias, controladas por grandes corporações, não reconhece limites na imposição deste modelo de vida social.

A leitura crítica ao neoliberalismo em curso desde a década de 1970 foi logo desenvolvida por uma das maiores vozes do pensamento crítico no século

XX, Michel Foucault . O autor analisou o mecanismo de generalizar a economia de mercado para todo o corpo social. Primeiramente, descreveu como as relações humanas, a educação, as questões sociais e as políticas públicas passaram a ser avaliadas a partir de categorias econômicas como custo, benefício, investimento, gestão, ou seja, outras dimensões da vida passaram a ser avaliadas a partir de parâmetros da economia. Como se diz, “isto é uma questão de gestão”, ou, ainda, “temos que avaliar o custo-benefício”. Nessa perspectiva, o ser humano passou a ser visto como o homo oeconomicus, um indivíduo empresário de si mesmo, capaz de calcular o seu tempo, sua formação, em busca da melhor produtividade de seu capital humano.

A segunda investida neoliberal refletida por Foucault consistiu em apontar uma narrativa recorrente para deslegitimar as ações do Estado, o que equivaleria a avaliar toda ação do poder público em termos de “contradição, em termos de falta de sentido”. Tal perspectiva pode ser visualizada no fato de que a grande imprensa raramente faz uma matéria apontando os efeitos positivos de uma política pública. Segundo Bauman , de modo orquestrado, projeta-se uma desconstrução da política. Desse modo, pode se observar que, se no liberalismo cabia ao Estado garantir as condições para que indivíduos e empresas pudessem se desenvolver da melhor maneira, agora o mercado se apresenta contra o Estado, com uma postura de criticar permanentemente a política governamental.

Ao descrever os mecanismos das práticas neoliberais governando a vida nos mais diferentes setores, é possível entendê-las como hegemônicas e sem espaço para alternativas. Os indivíduos estão fechados em si mesmos, os espaços públicos, esvaziados, as manifestações sociais, contidas, a política, desacreditada, e o mercado soberano, assim, pode seguir com falas distópicas.

Entretanto, ainda seguindo Foucault, se há um poder estabelecido, há resistência, que pode se manifestar em diferentes escalas, a começar pela dimensão de cada sujeito. Somos mais do que homo oeconomicus, do que um ser empresa, somos pessoas, portadoras de direitos e capazes de vivenciar liberdade. A resistência pode ser observada como recusa, quando diante de imperativos, como os do consumir, do ser individualista, de buscar facilidades sempre, e de responder, com parcimônia, a práticas solidárias e dedicação. São práticas que podem ocasionar desassujeitamento e autogoverno.

Em escalas mais amplas, as resistências podem ser observadas nas lutas das minorias, nos cuidados com a natureza e na força da cultura popular, espaços marcados por práticas voluntárias, de enraizamento comunitário e carregadas de sentidos. Constitui um desafio saber identificá-las, valorizá-las e, desse modo, criar alternativas para um existir de outro modo. Como disse Certeau , identificar microdiferenças para se construir microliberdades. São modos de se responder ao cansaço da vida e ao sofrimento psíquico decorrentes

do isolamento e das infinitas cobranças. Não é uma tarefa fácil, mas atitudes de recusa e de resistência podem apontar para caminhos de humanização. Ainda estamos aqui.

Os textos que seguem nos provocam a olhar de frente essas decorrências do neoliberalismo para a humanidade. Ao refletirem temáticas diversas, perpassam por diferentes países latino-americanos, como Brasil, Chile, Equador e México, para descortinar a precarização da vida quando se prevalece a égide dos cânones neoliberais. Não há um uníssono e nem um manual sobre neoliberalismo, mas um mosaico. Os textos dialogam, mas não repetem a mesma tese. Ora o neoliberalismo aparece como força distópica, ora como campo em que se articulam resistências. Aparece também como uma racionalidade que molda subjetividades, atravessa os corpos, instala medos, reorganiza o poder e transforma a vida social. Ou seja, não está só no mercado, está no chão da escola, intensificado na autoexploração, na competitividade, na desvalorização e precarização das condições de trabalho. Para tanto, desconstrói a política, ataca a educação e tem como projeto a idiotização da sociedade, com os indivíduos obnubilados em um panóptico digital.

Nessa gramática do tempo, os textos se unem, não em uma definição única, mas na recusa da banalização. O neoliberalismo aqui é considerado como campo de luta. Devolvemos a ele a complexidade do termo e seu peso político.

Silvio Luiz da Costa

SUMÁRIO

11 **NEOLIBERALISMO EN ECUADOR: UNA MIRADA CRÍTICA A SUS EXPRESIONES Y CONSECUENCIAS EN EL SIGLO XXI**
Patrícia Hidalgo, Eduardo Alfonso Toledo Hidalgo, Juan Patricio Toledo Hidalgo

30 **EL DERECHO Y EL NEOLIBERALISMO EN MÉXICO: NOTAS HISTÓRICAS**
Marcela Leticia López Serna, Rubén Díaz López

43 **INDÚSTRIA CULTURAL, INDIVÍDUO E NEOLIBERALISMO**
Jonathan Fon Garcia, Rachel Duarte Abdala, Régis de Toledo Souza, André Luiz da Silva

74 **NEOLIBERALISMO E CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE PELA ECOLOGIA POLÍTICA**
Julio César Voltolini

89 **CORPOS-MULHER E O TRABALHO NA ERA NEOLIBERAL BRASILEIRA: UM OUTRO NO TERRITÓRIO**
Camila Borges Honorato, Mariana Helloá de Oliveira Gomes, Débora Inácia Ribeiro

109 **NEOLIBERALISMO, GÊNERO E ADOECIMENTO DOCENTE: UM OLHAR PARA O SOFRIMENTO PSÍQUICO**
Rafaela Aparecida Gonçalves da Fonseca, Luiz Felipe Silva, Carlos Alberto Máximo Pimenta

121 **NEOLIBERALISMO ENRAIZADO: AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DESENFREADO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO**
Ana Beatriz de Araujo Guedes, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Elisa Maria Andrade Brisola

136 **O TRABALHO REPRESENTADO POR MONSTROS**: **ENCRUZILHADAS ENTRE NEOLIBERALISMO, IMAGINÁRIO E DESENHOS**
Gabriel Fujarra Magalhães Capello, Jonathan Fon Garcia, Camila Borges Honorato, André Luiz da Silva

NEOLIBERALISMO EN ECUADOR: UNA MIRADA CRÍTICA A SUS EXPRESIONES Y CONSECUENCIAS EN EL SIGLO XXI

Patrícia Hidalgo

Eduardo Alfonso Toledo Hidalgo

Juan Patricio Toledo Hidalgo

1. Introducción

El neoliberalismo ha marcado de forma profunda la historia política, económica y social de América Latina, y Ecuador no ha sido la excepción. Tras la crisis financiera de 1999 y la dolarización en el año 2000, el país adoptó un modelo centrado en la liberalización de los mercados, la reducción del gasto público y la privatización de servicios, impulsado por organismos como el FMI y el Banco Mundial. Estas reformas modificaron variables macroeconómicas y alteraron las condiciones de vida de amplios sectores sociales, especialmente los más vulnerables.

Como señalan Flavia Freidenberg y Julieta Suárez-Cao (2014), el neoliberalismo no solo transformó la economía al reducir el Estado, sino que también reconfiguró la comprensión del territorio, la participación política y las dinámicas sociales en América Latina. En el caso ecuatoriano, Freidenberg y Simón Pachano (2016) advierten que el modelo implementado desde 2000 readecuó la economía a las exigencias del capital transnacional, con impactos en la volatilidad ideológica, la representación política y la fragmentación del sistema de partidos.

Estas miradas permiten entender el neoliberalismo no solo como un paquete económico, sino como una racionalidad que modela subjetividades, reorganiza el poder y transforma la vida social.

Este documento propone un análisis crítico de las consecuencias sociales, laborales, culturales y territoriales del neoliberalismo en Ecuador entre 2000 y la actualidad, basándose en cinco ejes: (1) su conceptualización y aplicación en el país; (2) los factores que facilitaron su avance; (3) sus efectos en empleo, desigualdad y servicios; (4) las disputas culturales frente al modelo; y (5) las alternativas gestadas desde abajo por actores sociales.

.

2. Contexto Histórico y Político del Neoliberalismo en Ecuador Post-2000

Desde la dolarización ocurrida en el año 2000, Ecuador ha atravesado distintos ciclos políticos que han reconfigurado la relación entre Estado, mercado y sociedad. Estos ciclos reflejan tanto la consolidación como la disputa del modelo neoliberal, adaptado a las condiciones cambiantes del contexto nacional e internacional.

2.1 El Retorno al Modelo Neoliberal tras la Dolarización (2000–2006)

La crisis financiera de 1999, una de las más graves de la historia reciente del país, motivó la adopción del dólar como moneda oficial y dio paso a una fase de estabilización económica bajo lineamientos neoliberales. Durante los gobiernos de Gustavo Noboa (2000–2003) y Lucio Gutiérrez (2003–2005), se impulsaron políticas de apertura comercial, privatización de servicios públicos, reducción del gasto estatal y acuerdos condicionados con el FMI y el Banco Mundial.

Aunque se estabilizaron ciertos indicadores macroeconómicos, los beneficios sociales fueron limitados. Según datos de la CEPAL (2022), la pobreza por consumo pasó del 38,3 % en 2006 al 25,8 % en 2014; sin embargo, en 2006 la pobreza extrema superaba el 8 % y el coeficiente de Gini alcanzaba 0.54, reflejando altos niveles de desigualdad. Además, la pobreza multidimensional afectaba al 32 % de la población, y hasta al 69 % en zonas rurales e indígenas.

Las medidas de ajuste generaron un creciente malestar social y debilitaron la legitimidad política del modelo. La caída del gobierno de Gutiérrez en 2005 marcó un punto de inflexión, abriendo paso a nuevas propuestas políticas y cuestionamientos al orden neoliberal.

2.2 El Giro Posneoliberal Durante el Gobierno de Rafael Correa (2007–2017): rupturas y continuidades

La elección de Rafael Correa en noviembre de 2006 marcó un giro discursivo frente al neoliberalismo. Su proyecto, la Revolución Ciudadana, reivindicó el rol del Estado como actor económico, promovió la soberanía y fortaleció el gasto social. Entre las medidas destacaron la renegociación de contratos petroleros, la suspensión del pago de deuda externa considerada ilegítima y la aprobación de la Constitución de 2008, que incorporó el Buen Vivir como principio de desarrollo (Escobar, 2011; Gudynas, 2015).

Durante su gobierno, la inversión pública aumentó del 4,2 % del PIB en 2006 al 9,4 % en 2016 (CEPAL, 2022), con énfasis en salud, educación e infraestructura. Sin embargo, la transformación estructural del modelo fue limitada. A pesar del discurso posneoliberal, la economía siguió dependiendo de

rentas extractivas. Alberto Acosta (2010) advierte que esta contradicción entre el Sumak Kawsay y el extractivismo revela tensiones profundas entre principios constitucionales y prácticas estatales.

Desde una perspectiva regional, Maristella Svampa (2019) señala que gobiernos progresistas como el de Ecuador centralizaron el poder y reforzaron estructuras tecnocráticas, consolidando una gobernanza funcional al extractivismo. Para la autora, esta orientación limitó las posibilidades de una ruptura real con el modelo neoliberal.

En conjunto, aunque se impulsaron avances en derechos sociales y participación, subsistieron continuidades en el ámbito productivo y fiscal. La tensión entre el relato de transformación y las prácticas extractivas marcó los límites del proyecto posneoliberal.

2.3 El Retorno de las Reformas de Mercado con Lenín Moreno y Guillermo Lasso (2017–2024)

Aunque electo como sucesor de Rafael Correa, Lenín Moreno reorientó drásticamente el rumbo político a partir de 2018. Su gobierno reactivó una agenda neoliberal basada en el ajuste fiscal, despidos en el sector público, eliminación de subsidios y nuevos acuerdos con el FMI. Esas medidas, justificadas como necesarias para alcanzar la sostenibilidad fiscal, generaron una fuerte reacción social. Las protestas de octubre de 2019, lideradas por la CONAIE y sectores populares, lograron la derogación parcial del decreto que eliminaba los subsidios a los combustibles. Sin embargo, el rumbo de ajuste continuó.

Bajo la presidencia de Guillermo Lasso (2021–2023), se profundizaron las reformas de mercado, con énfasis en la flexibilización laboral, la atracción de inversión extranjera y la apertura comercial, en medio de un contexto de creciente insatisfacción ciudadana y aislamiento político. Las movilizaciones de junio de 2022 expresaron el rechazo popular a un modelo que prioriza la lógica del capital por encima de los derechos sociales, y pusieron en evidencia la fragilidad del consenso neoliberal en Ecuador.

2.4 El Gobierno de Daniel Noboa (2023–2025): tecnocracia, reformas económicas y escenarios futuros

La llegada de Daniel Noboa introdujo una narrativa centrada en la eficiencia administrativa, la digitalización del Estado y la atracción de inversión privada como ejes para la reactivación económica. En abril de 2024, su gobierno firmó un nuevo acuerdo con el FMI, comprometiéndose a una agenda de consolidación fiscal, reducción del déficit y reformas estructurales orientadas al control del gasto y a la eficiencia tributaria.

Aunque Noboa mantuvo inicialmente altos niveles de aprobación, sus políticas podrían reproducir ciclos previos de exclusión social, protesta popular y deslegitimación institucional. A mediano plazo, el rumbo de su gobierno dependerá de su capacidad para sostener la gobernabilidad frente a las crecientes demandas sociales y los efectos del ajuste económico. Un escenario adverso contempla el agravamiento de la desigualdad, el deterioro de los servicios públicos y un aumento en la conflictividad social, especialmente si la austeridad profundiza la exclusión de sectores históricamente marginados.

Al mismo tiempo, se perfila un horizonte alternativo, impulsado por fuerzas sociales —territoriales, feministas, indígenas y juveniles— que reafirman su protagonismo en la construcción de transiciones posneoliberales. Desde los feminismos comunitarios y populares se plantea un cambio civilizatorio basado en el cuidado colectivo, la soberanía de los cuerpos y territorios, y la interdependencia como principio político (Espinosa Miñoso, 2018). Para autores como Escobar (2011) y Sousa Santos (2010), las crisis del modelo hegemónico pueden convertirse en catalizadores de nuevas formas de vida, centradas en la relacionalidad, la justicia ecológica y una democracia radical desde abajo.

2.5 Conclusión

El neoliberalismo en Ecuador ha operado como una racionalidad adaptable, capaz de reconfigurarse según el gobierno de turno. Desde su versión ortodoxa tras la dolarización hasta su renovación tecnocrática bajo Noboa, el modelo ha sido disputado, pero no superado. A pesar de ciertos avances sociales, persisten sus pilares estructurales: centralidad del mercado, extractivismo y precarización laboral. Esa continuidad revela una tensión entre proyectos de país contrapuestos: uno alineado con la acumulación y el orden global, y otro que apuesta por la justicia social, la plurinacionalidad y la sostenibilidad. Las siguientes secciones explorarán en mayor profundidad las implicaciones sociales, culturales y territoriales de estas transformaciones, destacando tanto las formas de dominación como las alternativas que emergen desde abajo.

3. Expresiones Económicas del Neoliberalismo

En Ecuador, el neoliberalismo ha consolidado su influencia mediante una reestructuración profunda del Estado, subordinándolo a los intereses del capital transnacional y debilitando su rol redistributivo. Como señalan Albuja y Dávalos (2013), este proceso no se limitó a una apertura económica, sino que incluyó reformas institucionales promovidas junto a organismos como el Banco Mundial, que redefinieron el sentido común estatal.

Esta sección analiza críticamente estas transformaciones, integrando datos de fuentes nacionales e internacionales para evidenciar cómo las

políticas neoliberales han configurado el campo económico, profundizando desigualdades estructurales y consolidando un modelo centrado en la acumulación y la desregulación.

3.1 Política Fiscal y Reforma Tributaria

Uno de los pilares del neoliberalismo económico ha sido la disciplina fiscal, basada en el recorte del gasto público y la reconfiguración de los sistemas tributarios. Albuja y Dávalos (2013) afirman que estas políticas, diseñadas en coordinación con organismos financieros internacionales, han configurado un Estado más centrado en administrar el ajuste estructural que en redistribuir la riqueza. En la misma línea, la CEPAL (2021) advierte que un enfoque fiscal excesivamente contractivo puede debilitar los sistemas de protección social y comprometer los avances en inclusión y equidad.

Desde el año 2000, la política fiscal en Ecuador ha oscilado entre el ajuste estructural y tímidos intentos de progresividad, marcada por la influencia de organismos multilaterales y las prioridades de cada gobierno. Mientras Gustavo Noboa y Lucio Gutiérrez priorizaron impuestos indirectos y el equilibrio fiscal, Rafael Correa impulsó una mayor progresividad con medidas como el ISD y la lucha contra la evasión, aunque centralizó el control tributario. Lenín Moreno revirtió parcialmente este enfoque al favorecer amnistías fiscales, y Guillermo Lasso profundizó la lógica tecnocrática con exenciones a grandes patrimonios. Daniel Noboa ha mantenido esta línea, priorizando la digitalización y atracción de inversión sin avanzar en mecanismos redistributivos.

Según el Servicio de Rentas Internas (SRI), en 2022 el 50 % de los ingresos tributarios provenía del IVA, un impuesto regresivo que impacta con mayor fuerza en los hogares de menores ingresos. Esta estructura refleja un rasgo central del neoliberalismo: sostener la estabilidad fiscal a costa de la equidad distributiva.

3.2 Privatizaciones, Concesiones y Reestructuración del Sector Público

La apertura al capital privado y la externalización de funciones estatales son pilares del modelo neoliberal. Como advierte Naomi Klein (2007), las privatizaciones, además de suponer transferencias económicas, forman parte de una estrategia más amplia para desmontar el contrato social y reducir el papel del Estado como garantizador de derechos colectivos. En América Latina, Albuja y Dávalos (2013) analizan cómo estas reformas han subordinado la función estatal a los imperativos del capital global, debilitando sus capacidades redistributivas y reguladoras.

En Ecuador, la privatización de sectores estratégicos como telecomunicaciones y energía comenzó en los años 2000 y se reactivó con el

giro neoliberal de Lenín Moreno en 2018, aunque con limitados avances por la resistencia social. Guillermo Lasso impulsó con fuerza esta agenda mediante concesiones en petróleo, minería y puertos, y recortes en el sector público que afectaron servicios esenciales. Daniel Noboa ha continuado esta línea desde un discurso tecnocrático, reabriendo el catastro minero en 2025 y ampliando la participación privada en energía, lo que, según la CONAIE, favorece intereses privados sobre derechos comunitarios.

Entre las consecuencias destacan: (1) beneficios macroeconómicos, como atracción de inversión; (2) riesgos socioambientales, incluyendo despojo territorial y debilitamiento de la consulta previa; (3) déficit institucional, con denuncias de corrupción y opacidad en entidades como ARCOM. En conjunto, esta política refuerza un patrón de privatización parcial del Estado y profundiza las tensiones entre eficiencia económica y derechos colectivos.

3.3 Inserción en la Economía Global y Dependencia del Extractivismo

La inserción de Ecuador en la economía global bajo el modelo neoliberal se ha basado en un patrón primario exportador centrado en el extractivismo. Eduardo Gudynas (2015) describe esta estrategia como una apuesta de corto plazo que sacrifica derechos sociales y ambientales en nombre del crecimiento, generando impactos negativos en múltiples dimensiones del desarrollo. Alberto Acosta (2012), por su parte, lo interpreta como una forma de “saqueo y apropiación colonial y neocolonial” que subordina territorios y comunidades a las exigencias del mercado global.

Aunque hubo intentos parciales de diversificación, la economía ecuatoriana ha mantenido una fuerte dependencia de los sectores petrolero y minero. Durante el gobierno de Correa se incrementó la participación estatal en la renta extractiva, sin modificar el modelo productivo. Posteriormente, los gobiernos de Moreno, Lasso y Noboa han promovido activamente la inversión extranjera en minería, flexibilizando normativas ambientales y debilitando la consulta previa.

Entre los efectos más relevantes se encuentran: (1) presión sobre pueblos indígenas y ecosistemas protegidos; (2) criminalización de la protesta ambiental; (3) alta vulnerabilidad frente a la volatilidad de los precios internacionales.

El extractivismo continúa siendo el eje del modelo de acumulación neoliberal en Ecuador, a pesar de sus elevados costos sociales y ecológicos.

3.4 Conclusión

El análisis de las expresiones económicas del neoliberalismo en Ecuador revela un patrón persistente de subordinación del Estado a los intereses del

capital, acompañado por el debilitamiento progresivo de su función redistributiva. Las reformas fiscales, la expansión del extractivismo, la privatización de bienes públicos y la flexibilización del trabajo han consolidado un modelo de acumulación excluyente.

Aunque algunos gobiernos impulsaron medidas redistributivas, estas resultaron frágiles ante la presión de los mercados globales y la inestabilidad política. El neoliberalismo en Ecuador no se limita a un conjunto de políticas, sino que constituye una racionalidad de gobierno profundamente instalada en la estructura del Estado y en las prácticas económicas. Frente a este escenario, se vuelve urgente repensar el papel del Estado, los límites del crecimiento basado en el mercado y la construcción de alternativas productivas y fiscales que respondan a criterios de equidad, sostenibilidad y justicia territorial.

4. Consecuencias Sociales y Laborales del Neoliberalismo

El neoliberalismo ha transformado las estructuras económicas y también los procesos de subjetivación en América Latina. Como argumentan Martínez-Rodríguez y Fernández-Herrería (2023), la transición desde un capitalismo keynesiano hacia uno neoliberal ha implicado el paso de una “ciudadanía industrial” a una “ciudadanía precarizada”, marcada por la interiorización de la lógica empresarial: el individuo se convierte en un sujeto autoexplotado, gestionando su propia vida como si fuese una empresa. Essa “psicopolítica” neoliberal naturaliza las violencias estructurales y responsabiliza al sujeto de sus propias precariedades, debilitando los lazos de solidaridad colectiva y erosionando los derechos sociales que conformaban el antiguo contrato social.

Esta sección examina los principales impactos del modelo neoliberal en tres dimensiones clave: el empleo, la desigualdad social y el acceso a servicios públicos esenciales, articulando estadísticas recientes y análisis críticos que permiten comprender sus efectos estructurales.

4.1 Precarización del Trabajo y Debilitamiento de los Derechos Laborales

De acuerdo con Enrique de la Garza Toledo (2010), la lógica neoliberal convierte al trabajo en una mercancía flexible, fragmentando su carácter como derecho y promoviendo formas no clásicas de empleo como la subcontratación, la temporalidad y la inestabilidad, al tiempo que debilita el poder sindical. En Ecuador, la ENEMDU (Instituto Nacional de Estadística y Censos [INEC], 2023) reportó que la tasa de subempleo alcanzó el 19,6 %, mientras que solo el 36,3 % de los ocupados contaban con un empleo adecuado (pleno). Este escenario evidencia cómo las reformas neoliberales han fomentado el crecimiento del subempleo, la informalidad y la alta rotación laboral, consolidando un mercado de trabajo precario y debilitando los derechos colectivos.

Desde 2018, las reformas laborales en Ecuador han seguido una lógica de ajuste estructural impulsada por el acuerdo con el FMI. Bajo Lenín Moreno, la Ley de Fomento Productivo (2018) introdujo contratos temporales y promovió el teletrabajo sin una regulación clara. La Ley de Apoyo Humanitario (2020) permitió la reducción unilateral de jornadas y salarios durante la pandemia. Guillermo Lasso intentó profundizar essa tendencia con la fallida Ley de Oportunidades Laborales, que proponía contratos paralelos con menos derechos. Daniel Noboa ha retomado esta agenda bajo el discurso de empleo juvenil, manteniendo un enfoque flexibilizador cuestionado por sectores sindicales y académicos.

Según datos de la ENEMDU (INEC, 2023), más del 50 % de la población económicamente activa se encuentra en condiciones de subempleo o empleo no adecuado. Las mujeres, jóvenes y trabajadores rurales son quienes enfrentan mayores obstáculos para acceder a empleos estables y bien remunerados. A esto se suma la pérdida de poder de los sindicatos, la fragmentación de la negociación colectiva y el avance de un discurso empresarial que posiciona la flexibilidad como sinónimo de progreso.

4.2 Aumento de la Desigualdad y Persistencia de la Pobreza Multidimensional

A pesar de ciertos periodos de crecimiento económico, la desigualdad y la pobreza multidimensional han persistido como fenómenos estructurales en Ecuador. Esas realidades se han agravado por crisis externas —como la pandemia de COVID-19 y la guerra en Ucrania— y por políticas internas orientadas a la austeridad y la liberalización. Como alertan Freidenberg y Pachano (2016), el Estado ecuatoriano aún debe implementar ‘políticas firmes para reducir la desigualdad de ingresos entre ricos y pobres’, evidenciando que la injusticia estructural persiste, incluso en momentos de crecimiento económico.

Durante el gobierno de Rafael Correa (2007–2017) se registraron avances significativos

en la reducción de la pobreza. La pobreza por ingresos disminuyó de 16,5 % a 8,7 %, y la pobreza extrema por ingresos se redujo a solo 8,7 % en 2016. Sin embargo, estos avances fueron desiguales: la población mestiza experimentó una mejora de un 44 %, mientras que la población indígena lo hizo solo en un 16 %, lo que evidencia persistentes brechas étnicas (CEPAL, 2017/2022). Además, la pobreza multidimensional —que integra aspectos de salud, educación y vivienda— se mantuvo alta en zonas rurales, particularmente en la Amazonía, donde se ubicó en un 59 % en 2016 (CEPAL, 2017/2022).

El giro neoliberal de los gobiernos de Moreno y Lasso, junto con recortes al gasto social, coincidió con un fuerte deterioro de los indicadores

de pobreza. En diciembre de 2024, la pobreza por ingresos alcanzó el 28 % y la pobreza extrema se situó en un 12,7 %, niveles que no se observaban desde la emergencia sanitaria de 2021. Esos retrocesos afectaron con especial dureza a mujeres, jóvenes y trabajadores informales, ya que la ausencia de redes de protección social robustas agravó las desigualdades estructurales (INEC, 2025).

Bajo el mandato de Guillermo Lasso, se priorizó la estabilidad fiscal sobre la inversión social, sin mejoras significativas en indicadores de bienestar. Su gobierno finalizó anticipadamente en 2023 con la “muerte cruzada”, dejando pendientes reformas clave en materia de protección social.

Como señalan Martínez Rodríguez y Fernández Herrería (2023), el neoliberalismo no solo genera desigualdades materiales, sino que también configura subjetividades adaptadas a la precariedad, mediante la naturalización de la exclusión como parte del orden social. En el caso ecuatoriano, esas dinámicas han contribuido a consolidar brechas estructurales de tipo étnico, territorial y de género, limitando las posibilidades de un desarrollo realmente equitativo e inclusivo.

4.3 Conclusión

Las consecuencias sociales del neoliberalismo en Ecuador son múltiples y profundas.

La flexibilización laboral ha precarizado el empleo; la reducción del gasto público ha debilitado los servicios sociales; y las brechas estructurales de desigualdad se han consolidado en un contexto de creciente incertidumbre. Esas transformaciones no solo afectan las condiciones materiales de vida, sino que también moldean formas de pensar, sentir y relacionarse, naturalizando la precariedad como destino colectivo.

Frente a ese panorama, las próximas secciones abordarán las disputas culturales y subjetivas que han emergido como respuesta al modelo neoliberal, así como las alternativas construidas desde abajo para resistir y transformar este orden.

5. Disputas Culturales y Subjetivas Frente al Neoliberalismo

El neoliberalismo, además de manifiesto en políticas económicas y laborales, también opera como una lógica cultural y subjetiva que reconfigura las formas de ver, sentir y habitar el mundo. En Ecuador, esta racionalidad se ha desplegado mediante discursos meritocráticos, individualistas y tecnocráticos que moldean la vida cotidiana, las aspiraciones y los modos de relación. Como plantea Wendy Brown (2015), el neoliberalismo “construye sujetos como económica y exclusivamente humanos”, es decir, moldeados por la competencia,

la auto-explotación y la responsabilidad individual, reemplazando la solidaridad y la justicia colectiva.

Ese orden cultural ha sido consolidado por los medios de comunicación, la educación formal, la comunicación gubernamental y las plataformas digitales, donde se privilegian narrativas de emprendimiento, eficiencia, seguridad y éxito personal como sinónimos de ciudadanía moderna. En palabras de Isabell Lorey (2015), esa forma de gubernamentalidad neoliberal produce "sujetos precarizados" que internalizan la inseguridad como condición normal de vida, reduciendo la identidad y la existencia a la gestión individual ante un orden desigual. En el caso ecuatoriano, esas transformaciones se expresan en distintos niveles:

5.1 Medios de Comunicación y Normalización del Discurso Neoliberal

Desde los años 1990, los medios de comunicación ecuatorianos han desempeñado un

papel crucial en la legitimación del neoliberalismo, presentando la privatización como modernización, la reducción del Estado como eficiencia y la competencia como progreso.

Ese enfoque ha invisibilizado luchas históricas —como las de pueblos indígenas, movimientos feministas o sindicales— y ha despolitizado el debate público al centrarlo en la eficiencia económica y la gestión tecnocrática. Durante las protestas de 2019 y 2022, los medios privados tendieron a criminalizar la protesta social, enfocándose en episodios aislados de violencia y omitiendo las causas estructurales, reforzando así un clima que justifica la represión estatal.

La concentración mediática ha limitado significativamente la diversidad de voces en Ecuador. Según Fundamedios (2021), los principales conglomerados mediáticos están estrechamente vinculados a élites económicas y políticas, condicionando la agenda informativa y reduciendo el espacio para otras narrativas. Frente a esto, han surgido medios alternativos y comunitarios, como los afiliados a la Coordinadora CORAPE, que buscan visibilizar narrativas de resistencia; sin embargo, estos espacios enfrentan obstáculos estructurales — precario financiamiento, acceso limitado a la tecnología y presiones políticas indirectas — que dificultan su consolidación.

En este contexto, disputar el campo mediático se vuelve crucial para imaginar una comunicación democrática y plural, capaz de revalorizar lo común y abrir horizontes emancipadores frente al neoliberalismo.

5.2 Educación y Formación de Subjetividades Empresariales

La educación en Ecuador ha sido progresivamente reconfigurada bajo lógicas neoliberales, priorizando la eficiencia, la empleabilidad y la competencia individual por sobre el pensamiento crítico, los saberes comunitarios y los enfoques interculturales. Este modelo ha contribuido a moldear subjetividades funcionales al mercado, promoviendo la idea del éxito como responsabilidad individual desconectada de condiciones estructurales.

Este giro hacia una lógica más tecnocrática en la educación ha debilitado áreas formativas como la filosofía, la historia o la educación cívica, alineando la escuela con objetivos de productividad y empleabilidad. En el caso de Ecuador, aunque durante la Revolución Ciudadana se ampliaron las oportunidades de acceso a la educación superior, la Ley Orgánica de Educación Superior (LOES) introdujo mecanismos de evaluación centrados en la eficiencia institucional y la inserción laboral, lo que ha limitado los espacios para una formación crítica, humanista e inclusiva (Ministerio de Educación, 2020).

Asimismo, como señala Walsh (2010), los modelos educativos estandarizados invisibilizan saberes ancestrales y fragmentan identidades comunitarias, afectando especialmente a territorios rurales e indígenas. Frente a ese escenario, han emergido propuestas desde movimientos sociales y universidades interculturales que defienden una educación contextualizada, liberadora y comprometida con la justicia social.

5.3 Consumo Cultural, Aspiraciones y Producción de Identidad

El neoliberalismo en Ecuador no solo opera en el ámbito económico, sino que penetra en la vida cotidiana, moldeando cómo se conciben el éxito, el bienestar y el futuro. Utilizando los medios de comunicación, la publicidad y las redes sociales, se impone un ideal aspiracional fundamentado en la movilidad individual y en el consumo como signo de valía personal. Zygmunt Bauman (2007) denuncia cómo la sociedad del consumo transforma a las personas en “promotores y mercancías simultáneamente”, al convertir la identidad en un producto que debe captar atención en un mercado social, el cual define un modelo de existencia individualizada y mercantilizada.

La figura del emprendedor exitoso, reforzada por celebridades digitales, oculta las desigualdades estructurales y naturaliza el fracaso como responsabilidad individual. Así, el neoliberalismo actúa como régimen de subjetivación que define lo que se consume, así como lo que se desea ser.

Sin embargo, también emergen resistencias. Colectivos artísticos, medios comunitarios y movimientos sociales crean narrativas contrahegemónicas que reivindican la memoria colectiva, la justicia social y la

sostenibilidad. Aunque muchas veces marginales, esas expresiones abren posibilidades para imaginarse formas de vida alternativas.

5.4 Resistencias Culturales: arte, memoria y comunidad

El arte y la cultura han sido espacios privilegiados de resistencia al orden neoliberal. En Ecuador, diversas expresiones culturales —desde el muralismo hasta el cine comunitario— han visibilizado memorias de lucha, territorios en disputa y formas alternativas de existencia.

Durante las movilizaciones sociales, el arte ha actuado como herramienta de denuncia, pedagogía política y construcción de comunidad. La performance, la música y las intervenciones urbanas han recuperado narrativas plurinacionales y populares que confrontan el relato del éxito individual.

Como sostienen Restrepo y Rappaport (2020), la lucha política también se libra en el campo estético, donde se disputan sentidos, relatos y emociones. En territorios indígenas y populares, el arte se entrelaza con la defensa del territorio, la revitalización de lenguas ancestrales y la transmisión de saberes comunitarios. Obras plásticas, textilería y expresiones sonoras funcionan como epistemologías del sur, tejiendo resistencia colectiva, identidad cultural y memoria contra formas de dominación colonial y neoliberal. Proyectos como el Cine Comunitario de Sarayaku, los murales de protesta en Quito y Cuenca o las iniciativas de mujeres migrantes en Guayaquil han resignificado el espacio público y cuestionado el imaginario neoliberal. Además, festivales, ferias y radios comunitarias han creado redes simbólicas alternativas que revalorizan lo común, lo diverso y lo colectivo.

Esas experiencias, aunque muchas veces excluidas de las políticas culturales oficiales, representan formas concretas de ciudadanía cultural desde abajo y abren horizontes para una sociedad más justa, solidaria y democrática.

5.5 Conclusión

La cultura, entendida como el terreno donde se produce y se disputa el sentido común, se ha constituido en un espacio clave del avance y de contestación al neoliberalismo. En Ecuador, los medios, la educación, los consumos culturales y el arte no solo reflejan transformaciones económicas, sino que configuran subjetividades, afectos y valores.

Frente a la mercantilización de la vida y la precarización como norma, emergen resistencias culturales que revalorizan la solidaridad, la memoria y el cuidado como principios organizadores de otro mundo posible. Esas prácticas denuncian el modelo vigente y lo confrontan desde lo simbólico, lo estético y lo cotidiano.

Reconocer la centralidad de estas disputas culturales permite entender que el cambio no es solo institucional o económico, sino también subjetivo. Construir un horizonte posneoliberal implica narrativas, pedagogías y vínculos que dignifiquen la vida y reconozcan su diversidad.

6. Horizontes Posneoliberales y Alternativas desde Abajo

El neoliberalismo no ha logrado erradicar completamente las formas colectivas de vida, solidaridad y organización popular. En ese proceso, el Estado fue reestructurado según una lógica extractiva: como señala Burbano de Lara (2014), "la recomposición territorial del poder […] aplicando un 'nuevo' modelo económico basado en la explotación de commodities". Al mismo tiempo, Pachano (2007) caracteriza el giro institucional como una "provincialización de la representación y neoliberalismo autoritario", subrayando cómo la lógica centralista y autoritaria acompañó las reformas neoliberales.

6.1 Economía Popular y Solidaria: otros modos de producir y vivir

La Economía Popular y Solidaria (EPS) se basa en principios como la equidad, la reciprocidad, la sostenibilidad ambiental y la primacía del trabajo sobre el capital (Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria [IEPS], 2022). A diferencia del modelo neoliberal —centrado en la competencia y la acumulación individual—, la EPS propone una lógica orientada al bienestar colectivo y al fortalecimiento del tejido social y comunitario. Si bien su desarrollo en Ecuador enfrenta barreras estructurales como el limitado acceso al crédito y marcos normativos inadecuados, experiencias como ferias agroecológicas, redes de trueque, cooperativas textiles o mercados campesinos evidencian su vigencia. Impulsadas por mujeres, pueblos indígenas y organizaciones de base, esas iniciativas generan ingresos, valorizan saberes locales y promueven relaciones justas con la naturaleza.

Como plantea Coraggio (2011), la Economía Popular y Solidaria no debe considerarse un espacio marginal, sino una alternativa transformadora que reorganiza la economía desde valores humanos y democráticos. Ese modelo no niega el mercado, pero propone habitarlo desde una ética de cuidado, equidad y participación colectiva. Al situar el trabajo por encima del capital, promueve formas de producción y distribución orientadas a la reproducción de la vida, más que a la acumulación individual, desafiando así la lógica hegemónica del neoliberalismo.

6.2 Territorios en Resistencia: defensa del agua, de la tierra y de la soberanía

Los territorios en resistencia son espacios donde comunidades indígenas, campesinas y populares enfrentan activamente las lógicas extractivistas y privatizadoras impuestas por el neoliberalismo. No solo se

oponen al despojo de bienes comunes, sino que proponen formas alternativas de habitar, producir y gobernar, ancladas en cosmovisiones ancestrales y vínculos comunitarios.

En Ecuador, estas luchas incluyen la defensa del agua, de los bosques y de territorios frente a megaproyectos mineros, petroleros y agroindustriales. Casos emblemáticos como la resistencia en el río Intag, la defensa del pueblo Shuar y la victoria en la Consulta Popular de Girón evidencian cómo las comunidades articulan estrategias legales, culturales y ecológicas para proteger su entorno y sus modos de vida. Como explica Burbano de Lara (2014), la transformación neoliberal incluyó la recomposición del poder territorial y un "nuevo" modelo económico extractivo, lo que intensificó la respuesta comunitaria desde abajo. Por su parte Arturo Escobar (2020) establece que esos territorios son “espacios de vida” donde emergen políticas del cuidado y del común que confrontan las racionalidades extractivistas y patriarcales. Esas prácticas articulan planes comunitarios de vida, sistemas de justicia indígena, educación intercultural y agroecología como alternativas concretas.

6.3 Feminismos Comunitarios y Ecologismos Populares

Los feminismos populares y comunitarios han sido fundamentales en la construcción de alternativas posneoliberales, al cuestionar la desigualdad de género, el extractivismo y la lógica patriarcal del desarrollo. Como señala Espinosa Miñoso (2018), los feminismos decoloniales proponen una transformación profunda de las bases coloniales, patriarcales y capitalistas, en lugar de simplemente buscar inclusión en el sistema dominante.

En Ecuador, organizaciones como la Coordinadora de Mujeres por la Vida y la Alianza de Mujeres Amazónicas promueven luchas interseccionales por la soberanía alimentaria, la justicia reproductiva, el cuidado comunitario y la protección del agua. Esas resistencias se expresan en prácticas cotidianas como huertos urbanos, redes de apoyo, salud comunitaria y pedagogías ancestrales. Asimismo, Federici (2020) advierte que el trabajo reproductivo y comunitario, históricamente invisibilizado y no remunerado, es clave para sostener la vida y constituye la base de alternativas concretas al modelo dominante. En conjunto, esos feminismos configuran horizontes alternativos basados en el cuidado, la reciprocidad y la autonomía, donde cuerpo, territorio y comunidad se entrelazan como trincheras de lucha y creación colectiva.

6.4 Conclusión

Las experiencias presentadas no constituyen una utopía lejana ni un proyecto homogéneo, sino un conjunto de prácticas concretas, diversas y situadas que ensayan nuevas maneras de habitar el mundo. Frente a la promesa fallida del neoliberalismo, tales iniciativas construyen una política del cuidado,

reciprocidad y arraigo. No se trata solo de resistir, sino de crear. De transformar la economía, la educación, la cultura y la política desde abajo, en clave de justicia, dignidad y sostenibilidad.

Como afirma Arturo Escobar (2016), estos horizontes posneoliberales no emergen desde el centro del sistema, sino desde sus márgenes, “donde la sociedad se convierte en un laboratorio de nuevas formas de ser y de hacer” y emergen “políticas del cuidado comunitario y del común” que confrontan las lógicas extractivistas y capitalistas

Conclusión General

El análisis del neoliberalismo en Ecuador permite comprenderlo como un fenómeno multidimensional que afecta no solo las condiciones materiales de vida, sino también las estructuras culturales, simbólicas y subjetivas de la sociedad. Desde su implementación en 1984 con la victoria de Febres Cordero en las elecciones presidenciales con el Frente de Reconstrucción Nacional (FRN), el modelo neoliberal ha sido el ropaje con lo que los sectores tradicionales de la Costa y la Sierra utilizaron para darse un retoque de modernidad a su discurso. Las supuestas libertades individuales, la mano invisible del mercado fueron mezclándose con valores tradiciones y religiosidad a tal punto que existía una contradicción en torno de cómo podría actuar ideológicamente este modelo.

La coherencia del modelo neoliberal en Ecuador, una vez llegado al poder, se ha desvanecido, pues siempre viene acompañado de autoritarismo y reducción de libertades individuales, lo que lo hace incompatible ideológicamente con el “liberalismo”. Eso porque los sectores dominantes en el país no han logrado implementar un modelo que aumente las libertades individuales y donde las reglas del mercado sean las que regulen los mercados internos y externos. En Ecuador los sectores dominantes pusieron en marcha el “neoliberalismo a la ecuatoriana”, que ha tenido efectos devastadores como precarización laboral, debilitamiento de derechos sociales, expansión de la desigualdad, mercantilización de los bienes comunes y una profunda erosión del sentido de lo público.

A lo largo de este documento se ha evidenciado cómo estas transformaciones han operado en múltiples niveles: en la economía, mediante políticas de ajuste y flexibilización; en el tejido social, mediante la fragmentación y el individualismo; y en las subjetividades, moldeando formas de pensar, sentir y actuar acordes con la lógica del mercado.

Sin embargo, también se ha mostrado que el neoliberalismo no opera sin resistencias. Desde lo cultural y educativo, desde los territorios y comunidades, desde las economías populares y los feminismos comunitarios, emergen prácticas, discursos y propuestas que disputan ese orden. Esas

experiencias no son homogéneas ni necesariamente articuladas entre sí, pero comparten una vocación común: sostener la vida en condiciones de dignidad, justicia y cuidado mutuo.

Así, Ecuador se configura como un campo de disputa entre dos modelos de sociedad: uno orientado a la acumulación, la eficiencia y la competitividad, y otro centrado en la solidaridad, la equidad y el respeto a los saberes y territorios diversos. Reconocer, visibilizar y fortalecer estas iniciativas desde abajo es fundamental para construir alternativas reales al neoliberalismo.

El porvenir no está escrito. Se juega en las decisiones cotidianas, en la memoria activa, en la organización colectiva y en la capacidad de imaginar mundos posibles más allá de la lógica del capital. En esa tarea, los márgenes se convierten en centro de esperanza y acción transformadora.

Referencias

Acosta, A. (2010). *El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Abya Yala.

Acosta, A. (2012). *Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición*. En *Más allá del desarrollo* (pp. 83–118).: Abya Yala / Fundación Rosa Luxemburg.

Albuja, V., & Dávalos, P. (2013). Extractivismo y posneoliberalismo: el caso de Ecuador. *Estudios Críticos del Desarrollo*, *3*(4). https://www.researchgate.net/publication/351011423_Extractivismo_y_posneoliberalismo_el_caso_de_Ecuador

Bauman, Z. (2007). *Vida de consumo* [*Consuming Life*]. Fondo de Cultura Económica.

Brown, W. (2015). *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Zone Books.

Burbano de Lara, F. (2014). *La revuelta de las periferias: movimientos regionales y autonomías políticas en Bolivia y Ecuador*. FLACSO-Ecuador.

CEPAL, & AECID. (2010). *La flexibilidad laboral en América Latina: reformas pasadas y perspectivas futuras* (LC/W.291). Comisión Económica para América Latina y el Caribe. https://www.cepal.org/es/publicaciones/3771-la-flexibilidad-laboral-america-latina-reformas-pasadas-perspectivas-futuras

CEPAL. (2017). *Informe Nacional sobre el Avance en la Implementación del Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo. Ecuador 2017*. https://crpd.cepal.org/3/sites/crpd3/files/informe_ecuador.pdf

CEPAL. (2021). *Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe 2021: los desafíos de la política fiscal en la recuperación transformadora pos-COVID-19*. https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46808

CEPAL. (2022). *Informe Nacional Voluntario Ecuador: III Conferencia Regional sobre Desarrollo Social de América Latina y el Caribe*. https://crpd.cepal.org/3/sites/crpd3/files/informe_ecuador.pdf

Coraggio, J. L. (2011). *Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital*. FLACSO/Abya Yala.https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf

Durán, G., Bayón Jiménez, M., Bonilla Mena, A., & Janoschka, M. (2022). *Geografías de la gentrificación en el Distrito Metropolitano de Quito*. FLACSO-Ecuador / Instituto de la Ciudad.

Escobar, A. (2011). *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en América Latina.* Abya Yala.

Escobar, A. (2016). *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Editora Tinta Limón.

Escobar, A. (2020). *Pluriversal Politics: The Real and the Possible*. Duke University Press.

Espinosa Miñoso, Y. (2018). *Feminismo decolonial y prácticas de resistencia*. En J. Falquet et al. (Eds.), *El patriarcado del salario* (pp. 121–145). Traficantes de Sueños.

Federici, S. (2020). *El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo*. Traficantes de Sueños.

Freidenberg, F., & Suárez-Cao, J. (2014). Territorio y poder: Nuevos actores y competencia política en los sistemas de partidos multinivel en América Latina*. Revista de Ciencia Política, 35*(3), 661-663. https://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2015000300012

Freidenberg, F., & Pachano, S. (2016). *El sistema político ecuatoriano*. FLACSO Ecuador.

Fundamedios. (2021). *Informe anual 2021 sobre agresiones a periodistas y libertad de prensa en Ecuador*. https://www.fundamedios.org.ec/wp-content/uploads/2021/12/Informe-2021.pdf

Garza Toledo, E. (2010). Trabajo no clásico y flexibilidad. *Caderno CRH*, *26*(68), 315–330.

Gudynas, E. (2015). *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Centro de Documentación e Información Bolivia (CEDIB) y Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES).

Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria. (2022). *El IEPS junto a ti: fortalece tu emprendimiento solidario*. IEPS. https://www.economiasolidaria.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2022/06/Brochure-ServiciosIEPS-actualizado-junio-2022.pdf

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2023). *Boletín técnico anual: Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo (ENEMDU)*. INEC.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2024). *Efectos económicos del COVID-19 en el sector salud*. INEC. https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Bibliotecas/Libros/efectos_economicos_del_covid_en_el_sector_salud.pdf

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2025). *Pobreza por ingresos, diciembre 2024*. Ecuador en Cifras. https://www.ecuadorencifras.gob.ec/pobreza-por-ingresos/

Klein, N. (2007). *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Metropolitan Books.

Lorey, I. (2015). *State of Insecurity: Government of the Precarious*. Verso Books.

Martínez-Rodríguez, F. M., & Fernández-Herrería, A. (2023). Repensando las teorías educativas críticas desde dinámicas regenerativas frente a procesos de precarización neoliberal. Pedagogía Social. *Revista Interuniversitaria*, 43, 179–190. https://doi.org/10.7179/PSRI_2023.43.12

Ministerio de Educación del Ecuador. (2023). *Informe narrativo de Rendición de Cuentas 2022*. https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2023/06/informe-narrativo-rendicion-cuentas-2022.pdf

Ministerio de Educación del Ecuador. (2024). *Informe preliminar de Rendición de Cuentas 2023*. https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2024/04/informe-narrativo-rendicion-cuentas-2023.pdf

Ministerio de Educación. (2020). *Ley Orgánica de Educación Superior (LOES) y sus reformas recientes*. Ministerio de Educación. https://www.gob.ec/regulaciones/ley-organica-educacion-superior-loes

Pachano, S. (2007). *La trama de Penélope: Procesos políticos e institucionales en Ecuador*. FLACSO/International IDEA/Netherlands Institute for Multiparty Democracy, pp. 13-37.

Primicias. (2024, 23 de enero). *El 2023 cerró con más desempleo en Ecuador*. https://www.primicias.ec/noticias/economia/desempleo-subempleo-empleo-ecuador/

Primicias. (2024, mayo 16). *Casi 20.000 estudiantes abandonaron la educación en el ciclo 2024–2025*. https://www.primicias.ec/sociedad/ecuador-estudiantes-ninos-escuelas-abandono-ministerio-educacion-93071/

Restrepo, E., & Rappaport, J. (Eds.). (2020). *Una estética de la resistencia: Arte y des/colonialidad en América Latina*. Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo. https://repository.uaeh.edu.mx/books/109/pr.pdf

Robledo, M. S. (2023). *Gentrificación rural y conflictos socioambientales en la parroquia de Tumbaco, Distrito Metropolitano de Quito, Ecuador, 2012–2020* [Tesis de maestría]. FLACSO-Ecuador. http://hdl.handle.net/10469/19015

Santos, B. de S. (2010). *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del sur*. Siglo XXI / CLACSO.

Svampa, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Editora Tinta Limón.

Walsh, C. (2010). I*nterculturalidad crítica y educación*. Universidad Andina Simón Bolívar.

EL DERECHO Y EL NEOLIBERALISMO EN MÉXICO: NOTAS HISTÓRICAS

Marcela Leticia López Serna
Rubén Díaz López

1. Introducción

Tradicionalmente la historia del derecho en México se ha enseñado más como una cronología que como una historiografía que pretenda acercarnos a entender cuál es el papel social que ha jugado el derecho en el transcurso de los años en el país. En este sentido, la mayor parte de los libros recopilan hechos o normas, lo que en teoría jurídica conocemos como fuentes del derecho: reales, materiales e históricas.

Sin desconocer la importancia de relacionar lo que ha sucedido, en nuestro caso, proponemos asumir esta cronología para hacer una interpretación de cómo el derecho en México ha tomado una postura hacia la izquierda o la derecha, con el consabido cambio en la intención jerárquica de unos u otros derechos en el transcurso de los años. Esto sin entrar al debate de si la estructura impacta sobre la infraestructura o viceversa, pues en realidad lo que nos parece es que el conjunto de hechos sociales tiene una influencia en general, sin poder definir cuantitativamente cuánto aporta cada una al devenir de los derechos.

Por ello, hacemos un breve recuento de cómo la norma, a partir del México independiente, ha estado ubicándose entre el liberalismo y lo social. De esta forma, recorreremos la primera parte de la independencia (entre 1810 a 1821) para analizar cómo el liberalismo fue cobrando carta de naturalización (no sin mucha sangre de por medio) mediante las sucesivas reformas, desde la constitución 1824 hasta la de 1857 cuyo sentido liberal se vio cristalizado en el porfiriato. Posteriormente, analizamos el nacimiento del México social al amparo de la revolución de 1910, una de las primeras guerras civiles influidas o al menos comulgantes con las ideas marxistas, que van a dotar a nuestro país de la primera Constitución social de 1917, documento normativo, considerado como el primero en su tipo a nivel global y tras el cual habrá de replicarse el modelo en otras latitudes.

Durante la consolidación del régimen revolucionario y el otrora poderoso Partido Revolucionario Institucional (PRI, con todo el proceso evolutivo de sus siglas, de PNR a PRM y al PRI que llega hasta nuestros días, en pleno estado de decadencia) la tendencia hacia las ideas sociales se mantuvo en diversas figuras jurídicas, principalmente los regímenes proteccionistas de obreros y campesinos. Sin embargo, con la llegada al poder de los llamados neoliberales

o *chicago boys,* comienza una contrarreforma que va a destruir una de las figuras fundamentales en el México social, el ejido, y a debilitar algunos de los derechos laborales, al concierto de ideas de liberalismo económico que inscribirán a nuestro país en el panorama global.

Con el triunfo electoral de la izquierda, en el año 2018, pareciera que damos un giro político-conceptual hacía lo social, principalmente a partir de las políticas públicas sociales y la intención del fortalecimiento de los derechos de los trabajadores; ello al menos, a través de dos cuestiones: el aumento del salario mínimo por ley y el incremento en los días de vacaciones. En suma, haremos un breve recuento histórico de doscientos años de normas jurídicas que nos permitirán entender dónde nos ubicamos y hacia donde, creemos, nos dirigimos.

2. Nacimiento del México Independiente

Como todo el derecho de la edad media, el que privó en nuestro país durante el virreinato, se trató de un conjunto de normas de lenta configuración, complejas en cuanto al conocimiento popular de ellas (el analfabetismo, la ausencia de bibliotecas públicas, el alto coste de los productos editoriales, así como la inexistencia de otros medios eficaces para su difusión, hicieron imposible que la legitimidad de las normas se fundara en el consenso popular de su valía y que por el contrario, en tanto sistema positivo, fuera suficiente la validez de su proceso formal de creación para hacerlas exigibles) y en cuanto a sus fuentes, ya que si bien emanaban del rey, las distintas manifestaciones reales de este poder provocaban una gran cantidad de fuentes que incitaban dificultad en su aplicación.

Este problema de la dispersión de las normas históricamente se resolvió con las codificaciones. Ejemplo de ello lo son los grandes códigos que aglutinaban distintas reglas, como el de Hammurabi, el *Corpus Iuris Civilis* o el Código Napoleónico; lo mismo sucedió para el derecho de la época del virreinato, la Recopilación de Leyes de las Indias fue uno de estos cuerpos normativos. Particularmente, esta idea codificadora, que aporta especial preponderancia a lo escrito, va a ser un común denominador para los países que forman parte de la tradición romano canóniga.

El México independizado optó por seguir el modelo liberal, heredado de las revoluciones francesa y norteamericana, basado en la idea de pesos y contrapesos de la división de poderes republicana, modelos que, con base en la Carta Magna inglesa, antepusieron el derecho a la propiedad como principal parangón del principio de la libertad.

Pero prácticamente no es sino hasta pasada la primera mitad del siglo XIX que en México comenzó su lenta codificación; la llegada al poder del grupo denominado como “los científicos”, encabezado por Benito Juárez, tecnificó los procesos legislativos y la arquitectura normativa del país, pues a partir de 1850 aproximadamente comienzan a aparecer los textos legislativos propiamente mexicanos, los cuales sustituirán la aplicación del derecho virreinal: así, tenemos el Código Lares, o primer código de comercio de 1854[1], el Código Civil para el Distrito Federal de 1870, o el Código Penal de 1871; destacamos estos dos porque, si bien algunas entidades federativas o provincias tenían ya sus propias leyes o códigos en tales materias, la realidad es que aquellos dos, Civil y Penal federales, marcaron la pauta para que todas las entidades emitieran, siguiendo estos modelos, sus respectivas normatividades.

El contexto político mexicano, como el del resto de los países recién independizados de España, para ese momento era tan convulso que, en su lógica de organización, se respondió de forma inminente a los asuntos jurídicos públicos, dejando en segundo término a los de carácter privado.

Si bien México avanzó en el camino hacia un liberalismo, lo cierto es que tras la independencia aún mantenía ciertas cuestiones relacionadas con el ideario de la antigua monarquía: la disposición de una religión única y de un Estado, la influencia de la iglesia en diversos actos y a través de la perpetuación de figuras morales de la tradición judío-cristiana[2] (actos relacionados con el estado civil de las personas, los panteones, hospicios, etcétera) y conservaba algunas figuras proteccionistas que venían desde la colonia, en especial con relación a las tierras indígenas y algunos de sus modelos de tenencia comunitaria.

No hay que olvidar que todo el derecho sancionado durante esta época es eminentemente heteropatriarcal, basado en la determinación de valores, principios y categorías personales determinados directamente desde el sistema de castas, por lo que no solo eran legales, sino parte del propio sistema moral, la segregación, la desigualdad y la discriminación.

Si bien hubo algunas voces que defendían la inclusión categórica en el concepto de persona, respecto, por ejemplo, de los indios, como fue el caso de Bartolomé de las Casas o Francisco de Vitoria (de la Torre, 1997), la realidad es que aun en la época contemporánea seguimos con esa asignatura pendiente; no hemos conseguido, por completo, proveer condiciones de pleno disfrute de los

[1] Norma que se mantuvo vigente por más de cien años y cuyos alcances reglamentarios se aplican em nivel nacional, pues la materia mercantil tiene tal carácter en términos constitucionales.

[2] Lo que incluso alcanzará a estar presente, de forma velada, aun en nuestros días.

derechos humanos para este sector poblacional, para el que en muchos de los casos ni siquiera se cuenta con el acceso a los derechos de primera generación, por supuesto, menos aun de los emergentes.

3. El Liberalismo

Como ya se anticipaba, la constitución de 1857 es la primera de corte liberal, lo que va a fortalecer la separación Iglesia - Estado, con derroteros esenciales como la secularización de bienes eclesiásticos, además de que va a incluir un capítulo especial para los derechos humanos (aunque no se les conocerá de tal modo, pues la visión que primará en ese momento es eminentemente positivista, así que se les va a denominar garantías individuales) y por supuesto es menester recordar que es en este estadio que surgirá el primer mecanismo de control constitucional para las personas: el juicio de amparo.

Con esta norma, va a arrancar un México que buscaba materializar las ideas liberales, pero que, a su vez, cargará con los problemas de ese liberalismo: el abuso de los más desprotegidos, en especial de los indígenas, campesinos y obreros o trabajadores, y es que justamente es a partir de 1870, con la llegada al poder de Porfirio Díaz, que comenzará el primer intento de industrialización mexicana; la afición por lo francés, que el período porfiriano trajo consigo, incluyó el desarrollo de grandes vías de comunicación como el ferrocarril, obras de infraestructura cultural e incluso, la adaptación jurídica de las teorías de aquella latitud.

El liberalismo enarbolado por Benito Juárez y sus aliados tuvo grandes avances y significó nuevos derechos y formas de entenderse a México como país. Sin embargo, también, como ya lo dijimos, hubo políticas desatinadas. Probablemente una de ellas fue la desamortización de bienes (Ley Lerdo, de 1853) que si bien buscaba agilizar la economía vendiendo los bienes que estaban en manos de asociaciones eclesiásticas y civiles, también provocó la pérdida de tierras de comunidades indígenas que estaban protegidas desde la etapa virreinal.

Ese conflicto con las tierras en propiedad comunal fue tan grave que, cuando en la intervención francesa tomó el poder como emperador Maximiliano de Habsburgo, uno de sus decretos más importantes estuvo enfocado a la protección de esos fundos de grupos indígenas. Ciertamente el Decreto sobre el Fundo Legal buscaba continuar con esa idea proteccionista, pues sus artículos 2 y 3 señalaban:

Art. 2°- Se concede a las poblaciones que tengan más de cuatrocientos habitantes, y escuela de primeras letras, una extensión de terreno útil y productivo igual al fundo legal determinado por la ley.

Art. 3°- Los pueblos cuyo censo exceda de dos mil habitantes, tendrán derecho a que se les conceda, además del fundo legal, un espacio de terreno bastante y productivo para ejido y tierras de labor, que os señalaremos en cada caso particular, en vista de las necesidades de los solicitantes (Tena, 2002, 672).

Este decreto destaca además por ser una de las pocas, tal vez la única ley, en la historia de México que ha sido promulgada oficialmente tanto en español como en un idioma indígena. Aunque no sea el objetivo de este ensayo, queremos hacer énfasis en este punto, pues la política del estado mexicano, en cuanto a expedición de leyes, ha sido publicarlas en el idioma oficial, español. A pesar de que en nuestros días contamos con una enorme población indígena[3], de la que dimanan sesenta y ocho lenguas vivas, no hay una sola versión oficial publicada en ninguno de esos idiomas indígenas, ni siquiera del propio texto constitucional. Por su parte, sí hay algunas traducciones académicas o esfuerzos públicos aislados, pero no a través del medio legal de comunicación y publicidad de las leyes en México, el Diario Oficial de la Federación. Por eso, destacamos el *Decreto sobre el fundo legal (16 de septiembre de 1866)* de Maximiliano, que incluso visualmente es llamativo, con sus dos columnas, una en español, la otra en náhuatl.

A partir del presidente Porfirio Díaz y su dictadura de treinta años, conocida como el Porfiriato, el liberalismo se va a fortalecer principalmente en lo económico: se impulsa la industrialización principalmente creando una enorme red de ferrocarriles que permitiría comunicar al vasto territorio nacional; eso impulsaría por supuesto el comercio y la expansión de industrias en diversas partes del país. Al amparo de los grandes recursos naturales, nace la *hacienda* como unidad económica, poderosa productora que convirtió a México en un gran exportador de productos naturales, en especial el tan necesario henequén, que desde la península de Yucatán surtió de esta fibra vegetal a diversas latitudes del mundo para la producción de gran cantidad de productos.

4. México Social

A la par de este liberalismo económico, evidentemente surgieron los problemas relacionados con el mismo, el principal: la explotación de las

[3] Atentos al Censo 2020 del INEGI, “se estimó que 23.2 millones de personas de 3 años en adelante se identificaban como indígenas en México, lo que equivalió al 19% de la población de esa edad (INEGI, 2020).

personas. En México, el inconveniente se daba principalmente en las haciendas que se transformaron en el símbolo de la opresión, principalmente a lo que se conoció como *tiendas de raya*, centros de abasto dentro de la misma hacienda, donde los trabajadores estaban obligados a comprar a los precios que decidía la propia hacienda. En un cuaderno de raya (de ahí el nombre) se apuntaba los objetos que iban adquiriendo, y al final se contrastaba contra el salario. Evidentemente, terminaban adeudados, transformándose en créditos impagables e incluso heredables a las siguientes generaciones; constituyentes, por tanto, en esclavismo de facto. Esto llevó a múltiples manifestaciones culturales que reflejaban la explotación de la época, una de las más célebres, *La rebelión de los colgados,* que narra la forma en que, para castigar a los campesinos, se les colgaba cruelmente de las manos.

Desde la perspectiva obrera, también había explotación; sin embargo, dado la incipiente industrialización mexicana, era más grande el problema campesino. Hay dos hechos que marcan el nacimiento de la lucha obrera: las huelgas de Río Blanco, empresa textil, y de Cananea, minera norteamericana. En ambos casos, las personas trabajadoras, cansadas de la explotación, iniciaron una huelga que fue reprimida de forma violenta con varias muertes. Esos hechos más tarde darán configuración, como fuente real, a la regulación del cómo se puede realizar legalmente una huelga; ello desde la disposición del derecho a acudir a esos medios de presión, por parte de los trabajadores, quienes, es menester recordar, solo poseen la fuerza de su trabajo y es en el valor de éste y en la dependencia que el patrón tiene, para su producción, de ésta fuerza que basan la posibilidad de defender su derecho.

La explotación de obreros y campesinos fue la génesis de una de las primeras revoluciones sociales del mundo: la mexicana de 1910, que si bien fue iniciada por *liberales tradicionales*, como Francisco I. Madero o Venustiano Carranza, en las bases fue robustecida por líderes que enarbolaban ideas que podríamos denominar de izquierda: Pancho Villa y Emiliano Zapata son los principales expositores de esas ideas, que buscaban ante todo la justicia social para campesinos, obreros y en general las personas pobres. El origen humilde de ambos personajes marcará su postura en torno a los derechos de las personas.

Paradójicamente ninguno de los dos llegará al poder y, por lo contrario, la revolución institucionalizada les arrancará la vida. No obstante, los lemas con que se les asocia, respectivamente a Pancho Villa y Emiliano Zapata: “la tierra es para quien la trabaja” y “tierra y libertad” sí serán disfrutados por los mexicanos con la consumación de la revolución mexicana, por medio de la Constitución de 1917.

Adolfo Gilly (1994) sostiene que la revolución de esas bases sociales fue interrumpida justamente porque terminaron apoderándose de ella grupos de hacendados tradicionales o burgueses. Justamente digamos que quien finaliza

el movimiento es Venustiano Carranza, otro poderoso hacendado del norte del país, como lo fue Madero. Si bien es cierto, siguieron varias luchas y movimientos violentos después de 1917, año en que convencionalmente consideramos que terminó la revolución, ya que es con la nueva Constitución, promulgada el cinco de febrero de ese año, que surge el que podríamos denominar México moderno.

Diferimos de la postura de Gilly. Ciertamente el triunfo de Carranza parecía mantener el estatus quo; así lo demuestra el proyecto de constitución que envió al Congreso Constituyente, que de fondo no hacía cambios trascendentes a la Constitución liberal de 1857, manteniendo los derechos humanos de primera generación o liberales. Corrobora ese hecho la propia publicación oficial de esta "nueva" constitución, en la que se lee que se trata de reformas a la de 1857.

Sin embargo, el congreso constituyente no solo contaba con partidarios de Carranza, sino que se avitualló de distintas fuerzas políticas e ideológicas, en especial del zapatismo, villismo e incluso las ideas de los Flores Magón que permearon a través de varios legisladores: "A ellos debe considerárseles como los precursores del llamado 'constitucionalismo social' y se les debe el que, en el programa del Partido Liberal de 1906, se plantearan los problemas fundamentales para la reivindicación de los derechos sociales de masas populares, campesina y obrera, que dieron lugar a la ideología revolucionaria" (Jiménez, 2016, p. 25).

Los nuevos derechos, privilegiados en esta constitución, anteponen el principio de la igualdad, en contraste con aquellos que hasta antes de este movimiento armado preponderaban, pues aquellos inscritos en el principio de libertad, en concreto vinculados al liberalismo económico habían generado grandes brechas de desigualdad social, pues el acceso a servicios tales como la educación, la salud o la vivienda se encontraban, en su disposición, sujetos a la suerte del mercado.

Así pues, se marca en este momento un cambio de paradigma que concibe que es el Estado quien debe sustanciar la existencia de esas bases de oportunidad en las que se sostiene la posibilidad para las personas de acceder, en términos de dignidad y plenitud, al resto de los derechos, eludiendo de la ecuación jurídica elementos de corte mercantil; por tanto, la estructura estatal ha de engrosarse con la adquisición de nuevas facultades que le obligan a proveer una serie de bienes y servicios públicos de manera generalizada para la población, garantizando con ello el acceso universal a estos.

Si bien el esfuerzo constitucional llevó a la exigibilidad de muchos derechos humanos que anteriormente a ese movimiento no eran considerados como tales, la realidad es que tampoco hubo una inclusión universal de las

necesidades de todos los grupos sociales. Durante la revolución mexicana es reconocida la participación activa de muchas mujeres, algunas directamente en las trincheras, otras asumiendo las labores que quedaron pendientes en las comunidades tras la partida de los hombres a la lucha; en el ideario colectivo, se sabe que durante el connato de culminación de la revolución, acaecido en Aguascalientes, en 1914, durante la Soberana Convención Revolucionaria (tres años antes de su culminación formal, en Querétaro, con la Constitución de 1917), un grupo de mujeres convencionistas solicitaron tomar la tribuna en la discusión del constituyente. No obstante, eso no les fue permitido, por lo que no hay vestigios formales de su participación. Así pues, nunca se sabrá si el episodio efectivamente ocurrió y si sí, cuál era el contenido de su pliego petitorio.

Así, con este cúmulo de ideas, nació la Constitución Mexicana, la primera de carácter social con tres artículos fundamentales: el 3º, que garantizaba la educación laica, gratuita y obligatoria para todos los mexicanos, el 123, protector de los derechos de los obreros y trabajadores en general, así como el 27, que regula la propiedad privada, así como la figura de la expropiación en beneficio de las causas de utilidad pública y que, asimismo, marca regímenes especiales, por ejemplo, para los campesinos.

A partir de esto, se va a configurar un México con aspiraciones socialdemócratas. La normatividad y los derechos van a irse moldeando en un debate interesante: si bien existen ideas de izquierda, derivadas de esta revolución, ellas jamás se consolidarían hacia un socialismo o algo similar, desde nuestra perspectiva, por dos cuestiones: la profunda religiosidad católica que hasta finales del siglo XX permeó todo México y que, todavía en nuestros días constituye el 77.7% de su población, con 90,224,559 fieles (INEGI, 2020) y segundo, y tal vez más importante, porque estamos ubicados al lado del país más capitalista por excelencia; y no solo eso, somos sus socios comerciales de forma preponderante, lo que haría prácticamente imposible la idea de un socialismo.

Sobre esas bases se irá construyendo un sustrato normativo con fuerte protección de la población, poniendo especial atención en aquellos grupos sociales en condiciones de mayor vulnerabilidad, por lo que nacen figuras fundamentales, como los sistemas gubernamentales de protección médica y social y la educación como obligación del estado, con una gran cruzada de alfabetización que se echa a andar y por medio de la cual se instituye la educación básica como obligatoria. Se fundan las grandes universidades públicas, que se constituirán como los centros del conocimiento más importantes de América Latina.

A la par, México llega a la industrialización realmente, no solo debido su gran cantidad de recursos naturales, sino merced al modelo de sustitución de importaciones, lo que hará que el país pase de tener una población principalmente rural para la urbanización. El Estado se asume como el gran

impulsor del desarrollo, creando miles de empresas paraestatales que competían o sustituían, según el caso, a la iniciativa privada.

5. Contrarreforma a la Revolución

Conforme se acerca el nuevo milenio, el país se moderniza con la concertación de grandes políticas públicas, la creación de instituciones gubernamentales que lo mismo podían producir azúcar o leche que extraer o refinar petróleo. Otra medida importante es su incursión en la política internacional, mediante la alineación del país en las normativas internacionales, tanto en materia comercial, como en asuntos referentes a derechos humanos.

Hacia los años ochenta del siglo XX, México experimentaba crisis política y económica a la vez. Los movimientos sociales de la década anterior habían sido reprimidos mediante dos vías: la violencia y el estímulo, una política que Mario Vargas Llosa (Vargas Llosa, 1990) llamará la dictadura perfecta: el gobierno priista asesinando estudiantes, para posteriormente ofrecer becas a intelectuales, financiando partidos políticos e incluso permitiendo la existencia de una oposición crítica, pero alienada al juego del poder, alejándose del macartismo que había imperado, con fuerzas políticas de izquierda; sí, dando en la medida en que ese compartir le permitía mantener el poder a toda costa.

Esas crisis llevaron al poder a un grupo de políticos formados principalmente en universidades norteamericanas, los cuales impulsaban una política económica basada en un nuevo liberalismo: el neoliberalismo. Con el arribo del economista Carlos Salinas de Gortari (1988) a la presidencia de la República, comienza a cambiar la normatividad social para abrir paso a esa nueva política, sobre todo mediante reformas constitucionales que destruyeron algunos de los principios revolucionarios.

Advertimos pues, de nueva cuenta, una contraposición en la jerarquía de valores; los movimientos jurídicos, que hacen ulular las políticas públicas y los marcos normativos acordes a las mareas políticas cambian el orden que a ciertos valores se suele otorgar como hilo conductor de los derechos humanos. En tanto la libertad lo suele ser, para aquellos que se rigen en la individualidad de la persona, tales como el conglomerado de derechos a los que se denomina civiles y políticos, entre los que se describen los relacionados con la propiedad privada, el estado civil de las personas, las libertades de tránsito, de expresión, de credo, del trabajo, etc. Por su parte, aquellos relacionados con la igualdad suelen soslayar en beneficio del estado de bienestar mínimo, pero generalizado, para la población, el beneficio particular. Ello se evidencia a través de figuras como la expropiación o, incluso, la tributación, mediante la cual será factible la prestación de los servicios públicos que garantizan las condiciones mínimas de

igualdad. Hacia ese momento, como se aprecia, vuelve a cobrar relevancia particular la libertad.

El artículo constitucional 27 fue reformado para permitir que los ejidos, en ciertas condiciones legales, pudieran transformarse en pequeña propiedad. Probablemente este es el símbolo más importante de la época, pues mientras que habría prevalecido la idea del fundo legal para comunidades e indígenas, que lo hacía intocable y fuera del comercio (las tierras de que dotaron los reyes españoles a los pueblos indígenas), con la contra reforma salinista comenzó el desmantelamiento del ejido: “la reforma al artículo 27 constitucional y las nuevas leyes para el campo fueron de las modificaciones constitucionales más debatidas y polémicas, ya que significaban el fin del reparto agrario y una nueva visión de las relaciones del campo y el capital” (Sánchez, 1998, p. 145), lo que terminó de concretarse con la creación del programa PROCEDE, mediante el cual las tierras ejidales pueden, desde entonces, cambiar de régimen a la pequeña propiedad civil, con todas las reglas que eso implica; dejan de tener un régimen de protección especial y se equiparan al resto de las propiedades privadas.

Además, comenzaron los tratados de libre comercio que abrieron las fronteras, provocando que la industria nacional, que no estaba en posibilidades de competir en condiciones globales, desapareciera, abriendo las puertas a las grandes maquiladoras, empresas que se caracterizan por la violación de los derechos laborales. Así también la contrarreforma laboral, que flexibilizó algunas cuestiones, incluso hasta llegar, con el expresidente Enrique Peña Nieto, a permitir la subsistencia en nuestro país de las *holdings*, empresas aún más agresivas en cuanto a los derechos obreros. Sin embargo, el artículo 123 no pudo ser transformado a profundidad, al menos como quisiera el neoliberalismo, pues los sindicatos, si bien charros, mantuvieron una postura firme en torno a los derechos laborales básicos.

Los gobiernos neoliberales privilegiaron a la empresa sobre los derechos sociales. Una muestra de ello son los rescates financieros de la terrible crisis de 1994, que se centraron en las grandes empresas, principalmente bancos. Y no es solo la cartera vencida de cientos de miles de mexicanos que vieron su patrimonio perdido, sino la creación de un FOBAPROA (Fondo Bancario de Protección al Ahorro) que todavía seguimos pagando, tras el deleznable manejo de una nueva clase bancaria no profesionalizada, que creyó que la pujante economía mexicana de los años 1990 soportaría vastísimas carteras vencidas, incobrables. Un ejemplo de esa postura, desde lo jurídico, fue la sentencia de la Suprema Corte de Justicia que permitió la usura y el anatocismo de los créditos hipotecarios, que llegaron a tasas anuales superiores al cien por ciento, con los evidentes embates en la esfera de derechos patrimoniales en la ciudadanía.

Si bien los argumentos que favorecieron esas medidas se inscribían también en un contexto de derechos humanos, que anticipaba la inclusión del

país en el entorno global, esperanzando en la atracción de inversión extranjera para la creación de nuevas fuentes de empleo, la apertura de nuevos mercados para los productos producidos en México y un sinfín de promesas de bienestar, que, en algunos casos, se cumplieron parcialmente, no se anticipó que las condiciones en que participaríamos de esas nuevas circunstancias traerían consigo desventajas competitivas y nuevas narrativas aspiracionistas que ayudan a socavar silenciosamente algunos de los derechos ya ganados, ante la expectativa de un futuro mejor.

6. ¿Vuelta a la Izquierda?

El incumplimiento de las grandes promesas que el derecho moderno nos trajo, tanto por la "institucionalización" de los movimientos revolucionarios como con la inclinación hacia los modelos neoliberales, devino en una nueva vuelta hacia los modelos opuestos, la izquierda y la derecha, pero, esta vez, en condiciones de mayor polarización.

Los movimientos estudiantiles ocurridos en nivel mundial también tuvieron representación en México; después del movimiento del 68, con la matanza de estudiantes y la posterior guerra sucia, operó una gran transformación en la llamada reforma Reyes Heroles, que permitió y financió partidos políticos de izquierda. Comenzó el lento camino de formación de distintas fuerzas políticas que, primero desde la oposición, plantearon en diversos escenarios reformas y políticas públicas que se centraban en el asistencialismo y en la crítica a las plataformas neoliberales como generadoras de desigualdad social, lo que culminó en el año 2018 con el triunfo en el México democrático de un presidente que se identifica con la izquierda.

Eso provocó, a su vez, una serie de cambios en la normatividad mexicana dirigidos hacia esta forma de pensamiento, principalmente con la asunción en nivel constitucional de los llamados *programas sociales* o subsidios a los grupos vulnerables, un fortalecimiento de los derechos laborales, principalmente desapareciendo las *holdings*, impulsando el crecimiento del salario mínimo y aumentando sustancialmente las vacaciones de los trabajadores.

Evidentemente la llamada "cuarta transformación" acarreó consigo una serie de reformas estructurales y constitucionales que permitieron que esa serie de políticas públicas no solo fluyeran, sino garantizaran su continuidad a largo plazo. Entre otras, una de las más polémicas fue la desaparición gran parte de los organismos autónomos, por considerarse que sus funciones podían ser asumidas por el gobierno central (entre otros se cuenta al Instituto de Transparencia, a los Consejos de Evaluación de la educación y la pobreza, la

Comisión de Energía o de Competencia Económica). La correlación de estos hechos radica, acorde a la *ratio legis,* en la austeridad republicana y el combate a la corrupción que, desde la narrativa oficial, era un problema endémico de esos organismos.

Otra importante reforma, materializada solo hasta el siguiente sexenio (2024- 2030), encabezada por Claudia Sheinbaum y siempre desde la idea de que es la decisión popular la que debe elegir, es la reforma judicial, con la que, a través de voto popular, serán elegidas las autoridades jurisdiccionales de prácticamente todas las instancias que diriman controversias jurídicas. Recién se vivieron las primeras elecciones judiciales, por supuesto, no exentas de elementos controversiales como la deficiente labor de los Comités de selección, que postularon a candidatos inelegibles virtud a varias causales, en muchos casos sin ninguna clase de experiencia en el litigio o la labor de impartición de justicia. Elecciones que huelga señalar, tuvieron bajísima participación ciudadana, rondando entre el 12.57 % y el 13.32 % de la lista nominal de electores (INE, 2025).

Si bien los programas sociales que desde esta visión política se han generado, han representado para muchos sectores de la población un soporte esencial de desarrollo, la realidad es que también plantean un reto mayúsculo en su sostenimiento a largo plazo por las asignaciones presupuestales que suponen, pero también por la complejidad en la indispensable fiscalización de los recursos empleados, así como para evitar el empleo que de estos se hace en la construcción de un clientelismo electoral.

Los ideales políticos repercuten siempre en la construcción de los sistemas jurídicos. Si bien los planes de desarrollo no pueden ser contrarios a los principios más básicos, consagrados en los catálogos de derechos humanos, las rutas marcadas para conseguir allegarse de estos pueden ser abismalmente distintas y en esa medida favorecer o dificultar el acceso a unos u otros.

Conclusiones

El derecho del México recién independizado tuvo una vocación liberal que nos dio lo que hoy denominamos la primera generación de derechos humanos.

A partir de la revolución mexicana el derecho se gestó desde una perspectiva social buscando favorecer principalmente a dos clases, la obrera y la campesina.

Con la asunción de los neoliberales, un nuevo modelo de Estado se gestó, por ende un nuevo Estado de derecho, enfocado al libre comercio y

partiendo de este como pilar del desarrollo, en detrimento o limitación de los derechos obreros y campesinos.

Con el triunfo de la izquierda en el año 2018 se han realizado modificaciones constitucionales tendientes a fortalecer o aumentar los derechos de las clases sociales menos protegidas.

Referencias

de la Torre, J. A. (1997). *Lecciones de Historia del Derecho mexicano.* Universidad Autónoma de Aguascalientes.

Gilly, A. (1994). *La revolución interrumpida*. Editorial Era.

Instituto Nacional y Electoral. (2025). *Comunicado 192.* INE.

Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (2020). *Censo de población y vivienda.* INEGI.

Jiménez, G. M. (2016). *Influencia de la masonería en la constitución de 1917*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México.

Sánchez, G. J. J. (1998). *Administración pública y reforma del Estado en México*. Instituto Nacional de Administración Pública.

Tena, R. F. (2002). *Leyes fundamentales de México. 1808-2002*. Editorial Porrúa.

Vargas Llosa, M. (1990). *Vuelta (programa televisivo).* Televisa.

INDÚSTRIA CULTURAL, PLATAFORMAS DIGITAIS E A FABRICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

André Luiz da Silva
Jonathan Fon Garcia
Rachel Duarte Abdala
Régis de Toledo Souza

1. Introdução

Vive-se hoje sob uma configuração do capitalismo cujas condições de acumulação não se assentam apenas na produção e na circulação de mercadorias, mas na captura e no processamento da experiência humana. Esse fenômeno pode ser descrito como capitalismo de vigilância, modo de acumulação fundado na extração, na análise e na comercialização de dados comportamentais (Zuboff, 2020). Ao mesmo tempo, pode-se destacar a emergência de um capitalismo de plataformas, no qual empresas de caráter infraestrutural passam a controlar as condições de possibilidade da vida social, econômica e cultural (Srnicek, 2018). Em ambos os diagnósticos, o que está em jogo excede a transformação econômica: trata-se de uma reconfiguração das condições de produção da subjetividade.

As redes sociais digitais constituem, nesse contexto, importantes dispositivos de mediação da existência cotidiana. Embora a diversidade das métricas utilizadas pelas empresas dificulte a comparação direta entre as plataformas, levantamentos globais permitem dimensionar sua abrangência e relevância social. A Meta informou que no Facebook havia 3,07 bilhões de usuários ativos mensais, em dezembro de 2023, e que o Instagram alcançou três bilhões de usuários ativos mensais em setembro de 2025 (Meta Platforms, 2024, 2025). Para outras plataformas, os dados mais recentes são apresentados principalmente sob a forma de estimativas de alcance publicitário: em abril de 2026, as ferramentas do TikTok indicavam um alcance potencial superior a dois bilhões de usuários adultos, e as ferramentas do X/Twitter apontavam aproximadamente 450 milhões (Kemp, 2026). Esses números devem ser interpretados com cautela, pois as empresas adotam métricas distintas, referentes a períodos variados e, portanto, não diretamente equivalentes. Ainda assim, tais cifras evidenciam a escala com que essas plataformas operam como ambientes de formação identitária, sociabilidade, consumo e expressão pública.

As questões formuladas neste capítulo não são, portanto, apenas econômicas ou sociológicas, mas filosófico-antropológicas e formativas: o que as plataformas digitais fazem com os sujeitos? Que tipo de ser humano é produzido por esses dispositivos? Que valores são naturalizados e que formas

de consciência – ou de inconsciência – são promovidas? A Teoria Crítica, em seu itinerário desde a primeira metade do século XX à contemporaneidade, pode nos auxiliar a iluminar e compreender essas questões.

Três referenciais organizam a análise. O primeiro é o conceito de indústria cultural, formulado por Adorno e Horkheimer (1985) em 1944 e historicamente associado ao rádio, ao cinema e à imprensa de massa. Sua lógica central – a padronização disfarçada de diversidade, a pseudo-individuação e a administração do desejo – encontra nas plataformas digitais expressão mais sofisticada. Se a indústria cultural clássica operava de fora para dentro, as plataformas operam de dentro para fora: mobilizam os próprios usuários como produtores de conteúdo e de dados, tornando indistintos os limites entre produtor e consumidor, entre autenticidade e performance, entre desejo próprio e demanda administrada.

O segundo referencial, contemporâneo ao primeiro, é a sociologia figuracional de Norbert Elias (1990, 1994). A recusa eliasiana da dicotomia indivíduo/sociedade permite compreender de que modo as estruturas sociais das plataformas são internalizadas como estruturas psíquicas e o *habitus* dos usuários é moldado pelas interdependências específicas que as redes digitais constituem. O equilíbrio Nós-Eu adquire novas configurações, quando mediado por algoritmos que regulam visibilidade, pertencimento e reconhecimento.

O terceiro é o conceito adorniano de semiformação (*Halbbildung*), elaborado um pouco mais tarde, em 1959 (Adorno, 2005), que oferece a chave para qualificar o tipo de formação subjetiva que as plataformas promovem: não a ausência de cultura, mas sua presença truncada, fragmentada e esvaziada de potencial crítico – uma pseudoformação que se apresenta como cultura e que confere ao sujeito a sensação de estar informado, engajado e criativo, enquanto o mantém nos parâmetros da racionalidade instrumental, como uma das expressões do neoliberalismo.

A tese que articula esses três referenciais pode ser enunciada de modo direto. A crítica original da indústria cultural concentrava-se no controle sobre a produção cultural e na passividade do consumo como meios de manutenção da hegemonia. O neoliberalismo, considerado como “racionalidade governamental" (Dardot & Laval, 2016, p. 68), desloca esse ponto de controle: da padronização do produto cultural para a fabricação da subjetividade. A indústria cultural reconfigurada não vende apenas um filme ou uma canção; vende um estilo de vida, um conjunto de valores e uma ética empresarial que o indivíduo deve internalizar para obter reconhecimento (Rosa, 2019). O lazer não se funde apenas ao trabalho, pois a própria identidade torna-se projeto de capital humano a ser otimizado e monetizado no interior da economia da atenção (Noronha, 2024). De dispositivo de pacificação, a indústria cultural converte-se em dispositivo de fabricação de subjetividades neoliberais.

Essa formulação exige, contudo, uma ressalva de método. Afirmar que a racionalidade neoliberal fabrica subjetividades não equivale a supor indivíduos inteiramente moldados de fora. Como sustenta Elias (1994), as forças sociais que obrigam as pessoas a agirem, sentirem e pensarem de determinadas maneiras são exercidas por outras pessoas e por elas mesmas. Poder e subjetivação capilarizam-se por todas as dimensões da vida social, e é justamente por isso que a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade constitui premissa, e não apêndice, da análise aqui desenvolvida.

Delimitado este quadro, fica estabelecido que este capítulo tem por objetivo geral analisar de que modo a indústria cultural, reconfigurada pela racionalidade neoliberal e pela infraestrutura das plataformas digitais, participa da produção de subjetividades dispostas a interiorizar e a reproduzir valores associados à concorrência, à performance e à acumulação de capital. Este objetivo desdobra-se em três tarefas: (a) reconstituir, a partir de literatura selecionada, o percurso do conceito de indústria cultural, da reprodutibilidade técnica à plataformização, examinando sua atualidade e seus limites; (b) caracterizar o neoliberalismo como racionalidade de governo e identificar os ideais que, por meio da indústria cultural, são propagados e consumidos – a ideologia da competência, a conversão da diversidade cultural em ativo econômico e a gamificação da existência; e (c) analisar os mecanismos pelos quais as plataformas digitais operam a subjetivação neoliberal e avaliar seus efeitos formativos à luz do conceito de semiformação. Cabe registrar desde já, que se trata de estudo teórico-interpretativo, de natureza bibliográfica, que não se apoia em pesquisa empírica de recepção.

2. Da reprodutibilidade técnica à mercadoria cultural: gênese e atualidade de um conceito

Antes de examinar a indústria cultural propriamente dita, convém reconstituir o percurso pelo qual a arte se tornou, no capitalismo, instrumentalizada e reprodutível. Benjamin (2024) observa que a obra de arte sempre pôde ser reproduzida manualmente, com finalidades diversas: por estudantes que buscavam aperfeiçoar a técnica, por mestres que pretendiam difundir suas obras e por terceiros interessados em obter vantagem com a cópia. Ao longo da história, sucederam-se instrumentos e técnicas – a xilogravura, a gravura em cobre e a litografia, esta última uma impressão planográfica sobre pedra que, ao contrário da xilogravura e da calcografia, prescinde do entalhe e permite acompanhar o ritmo da impressão escrita –, até que a fotografia superasse a litografia e, associada à reprodução do som, tornasse possível o cinema.

Ainda que essas técnicas se destinem a reproduzir o original, algo nele se perde: o aqui e agora, a existência única no lugar em que a obra se encontra, sua inserção numa tradição – aquilo que Benjamin (2024) denomina *aura*. A reprodução técnica afasta a obra do domínio da tradição e permite que seja difundida em contextos nos quais o original jamais estaria presente. É nesse sentido que a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica viabiliza a massificação do consumo. Uma sinfonia pode ser ouvida em um cômodo, por meio de um disco, sem que o ouvinte precise deslocar-se à sala de concerto: a experiência única, *in loco*, cede lugar a uma experiência massificada. O cinema constitui o vetor mais poderoso dessa desvalorização da tradição, na medida em que tudo se torna filmável, das religiões e dos mitos às figuras consagradas da cultura (Benjamin, 2024).

Ao perder o caráter ritual, a arte massificada tem seu valor de exposição sobreposto ao contexto e ao sentido em que foi criada. Originalmente, a arte não se destinava necessariamente à exposição e vinculava-se, por exemplo, à magia e à religião (Benjamin, 2024). Quando a exposição adquire primazia e se associa à expansão tecnológica da reprodutibilidade, tornam-se dadas as condições históricas para o surgimento de uma indústria cultural.

Adorno e Horkheimer (1985) formulam o conceito tendo em vista os meios de comunicação de massa de seu tempo, o rádio e o cinema. Por indústria cultural, designam o processo de homogeneização das produções culturais pelo qual a arte se converte em mais uma mercadoria entre outras. As obras passam a ser produzidas em série, como automóveis em linha de montagem, servindo à perpetuação da dominação por meio de ideologias que mantêm a sociedade alienada[4].

A obra ganha, assim, planejamento e destinação: é orientada para determinado segmento do público, naquilo que os autores denominam *esquematismo da produção*. O conteúdo varia apenas no modo de aparecer, mantendo-se estruturalmente semelhante – como nos filmes cujo desfecho se deixa antecipar já nos primeiros minutos, compostos por sequências de imagens em alta velocidade que não facultam ao espectador pensar, apenas consumir. Com a música ocorre o mesmo, produzida com intervalos predefinidos que visam à reprodução incessante e à memorização (Adorno & Simpson, 1986). Dois traços definem, portanto, o conceito: a estandardização, isto é, a redução dos produtos culturais a fórmulas repetíveis que asseguram previsibilidade e

[4] Marilena Chauí (2008, p. 7), retomando as ideias de Marx, afirma "[...] que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, [e] que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política".

consumo, e a pseudo-individuação, a aparência de variedade e de originalidade que mascara a uniformidade estrutural.

O mecanismo central da indústria cultural não é a coerção, mas o *consentimento administrado*. Ela não obriga os sujeitos a consumi-la; organiza os desejos de modo que a ela se dirijam voluntariamente. Diversão, entretenimento e prazer incorporam-se como dispositivos de manutenção da conformidade: ao mesmo tempo em que oferecem alívio das tensões produzidas pelo trabalho alienado, reforçam a disposição de retorno a esse mesmo trabalho (Adorno & Horkheimer, 1985).

Debord (1997, p. 28) radicaliza esse diagnóstico ao analisar o espetáculo na sociedade capitalista e afirmar que ele é, no fundo, a alienação do espectador, pois "[...] quanto mais ele contempla, menos ele vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo". O espetáculo não visa a nada além de si próprio. Instaura-se uma confusão entre o mundo real e o mundo das imagens, de tal modo que este último adquire vida e passa a influenciar comportamentos; o parecer ganha primazia sobre o ter e o ser, e as relações humanas passam a ser mediadas pela imagem, que expressa a consagração da mercadoria.

Adorno (2020) acrescenta que a produção artística massificada dilui a fronteira entre arte e realidade. Pela propaganda, a mercadoria assume um brilho com o qual se identifica e é identificada; o espectador acredita que o consumo suprirá suas necessidades, o que não ocorre. Tudo, na indústria cultural, é pré-digerido, testado e moldado antes que o público dele usufrua. Não há espaço para a fantasia, substituída por um controle rígido, automático e planejado. A técnica é empregada para produzir obras emocionantes e chocantes que deixam o espectador perplexo, mas não lhe permitem formular crítica sobre o que consome; simultaneamente, associa-se a uma tendência individualizante que produz uma estandardização do individual.

O que sustenta a indústria cultural é, pois, a aparência de que determinado produto apresenta características únicas e nele exclusivamente encontráveis (Adorno, 2020). O que ela oferece, contudo, é um mundo padronizado, um repertório de clichês e estereótipos que consomem os indivíduos, levando-os a repetir padrões de comportamento e de pensamento da cultura de massa (Antunes & Maia, 2018).

Resta saber se esse diagnóstico conserva validade quando os meios se transformam. Com o avanço tecnológico, novos dispositivos inseriram-se no cotidiano e afetaram diretamente os modos de propagação da indústria cultural. Em diferentes partes do mundo, observa-se o uso cada vez mais precoce de tecnologias de comunicação em massa que possibilitam interação imediata e intensa, tornando o ambiente *on-line*, com frequência, mais atrativo do que a realidade *off-line* (Pontes &

Souza, 2021). É nesse sentido que se emprega, neste capítulo, a expressão *atualização da indústria cultural*, referida ao uso contemporâneo de aplicativos e de dispositivos, como o smartphone e o tablet, como meios de propagação ideológica. Sobre o encantamento produzido por esses meios e a adesão cotidiana às mídias digitais, observam Pontes e Souza (2021, p. 147):

> Essa adesão é estimulada pela Indústria Cultural que, através do encantamento promovido por esses meios, aponta para a manipulação da consciência e inconsciência das pessoas. As redes permitem interação 24 horas por dia, sete dias por semana, e estão cada vez mais disponíveis a todas as camadas da sociedade, possibilitando acesso em tempo real às notícias e eventos advindos de todas as partes do mundo, por meio de computadores e smartphones.

A objeção mais consistente a essa leitura provém da constatação de que o usuário das mídias digitais não ocupa a posição do espectador passivo. Habermas (2023, p. 59-60) sustenta que o sujeito contemporâneo não recebe passivamente as informações dos meios de comunicação de massa – rádio, televisão, cinema – nem das novas mídias possibilitadas pela internet, tornando-se também autor:

> Porque, em princípio, a nova mídia capacita todos os potenciais usuários a serem autores independentes e com igualdade de direitos. [...] difere a mídia tradicional na medida em que as empresas digitais usam essa tecnologia para oferecer aos potenciais usuários possibilidade ilimitadas de redes digitais como se fossem quadros em branco para apresentarem seu próprio conteúdo comunicativo. Diferentemente das agências de notícias tradicionais como imprensa, rádio ou televisão, a nova mídia não é responsável por seus próprios "programas", ou seja, pelo conteúdo comunicativo produzido de maneira profissional e filtrado por uma redação.

A objeção impõe uma pergunta incontornável: seria ainda possível falar em indústria cultural? Não se estaria vivendo um tempo de maior liberdade e de menor alienação, justamente porque o meio de comunicação se encontra mais acessível do que antes, literalmente na palma da mão? A resposta que este capítulo sustenta é negativa, e sua justificação exige o exame de dois deslocamentos: o da racionalidade neoliberal, que converte o indivíduo em empresa de si, e o da infraestrutura algorítmica, que transforma a própria participação em matéria-prima da acumulação. Antunes e Maia (2018) advertem que a nova configuração, longe de ser mais livre, revela-se, a um olhar crítico, mais totalitária do que a anterior. Esse duplo deslocamento é examinado nas seções subsequentes.

3. O neoliberalismo como racionalidade de governo e a fabricação do sujeito-empresa

Convém, inicialmente, delimitar o que se entende por neoliberalismo. Em definição abrangente, Harvey (2008, p. 12) sustenta que

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. [...] Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Com o aprofundamento dessa racionalidade em escala mundial, a consequência imediata é o desmantelamento progressivo do setor público, cabendo ao mercado a gestão da economia. Multiplicam-se medidas de ajuste fiscal favoráveis ao livre mercado e eliminam-se barreiras à circulação do capital, ao passo que se reduzem as políticas redistributivas e se amplia o desemprego (Rodrigues, 1999). Historicamente, o programa neoliberal encontrou sua primeira aplicação sistemática no Chile, a partir de 1975, após o golpe de 1973 e sob a ditadura de Pinochet; posteriormente, foi adotado no Reino Unido, no governo de Margaret Thatcher, a partir de 1979, e nos Estados Unidos, no governo de Ronald Reagan, a partir de 1981 (Harvey, 2008). Substituiu, assim, o arranjo keynesiano predominante no pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o Estado investia ativamente na economia e operava políticas públicas inclusivas e redistributivas (Heloani, 2006).

O neoliberalismo não se reduz, contudo, a uma política econômica: constitui também um modo de produção de subjetividades. Dardot e Laval (2016) caracterizam-no sobretudo como racionalidade governamental que atinge a todos, portadora da ideia de um sujeito que se autodetermina e que deve gerir-se como se fosse uma empresa. O prefixo *neo* remete precisamente a essa internalização de ideais liberais como competitividade e lucro: uma vez interiorizados, os sujeitos passam a cobrar-se resultados. O laço com o outro fica comprometido, uma vez que ambos se percebem como empresas rivais (Dardot & Laval, 2016).

Essa formulação encontra sua genealogia na análise foucaultiana da governamentalidade. Foucault (2008) identifica no neoliberalismo –

especialmente em sua versão norte-americana – a extensão da lógica do mercado para além da esfera econômica, aplicada à totalidade da existência. O *homo oeconomicus* neoliberal não é apenas o agente racional do mercado clássico: é o empreendedor de si mesmo, aquele que administra a própria existência como empresa. Brown (2019) acrescenta que esse processo implica a erosão sistemática da racionalidade democrática e a substituição do cidadão pelo empreendedor como figura central da vida pública. Não se trata de imposição externa violenta, mas de produção subjetiva que opera por meio de instituições, discursos e práticas – hoje, de modo destacado, por meio das plataformas digitais.

Como consequência, os fenômenos coletivos passam a ser interpretados segundo uma lógica individual e acrítica, movimento que Safatle *et al.* (2021, p. 9) nomeiam despolitização da sociedade:

> O neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social.

A redução de todo conflito político e social a fracasso individual integra, portanto, um processo de manutenção do *status quo* e de remoção dos entraves à acumulação do capital. Safatle *et al.* (2021, p. 27) identificam nesse processo uma espécie de design psicológico, definido como:

> [...] internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. [...] Um design que só poderia ser feito através da repetição generalizada de exortações morais que nos levavam a compreender toda resistência a tal redescrição empresarial da vida como falta moral, como recusa em ser um "adulto na sala", em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria.

É por essa via que a ideologia da competência se torna dominante. Segundo Chauí (2008), o sujeito atribui à própria incapacidade o fato de não ter sido bem-sucedido ou de não ter obtido o emprego pretendido, o que oculta, tanto a divisão de classes, quanto a substituição progressiva do trabalho humano pelo trabalho automatizado. Formam-se, assim, subjetividades suscetíveis à internalização de valores neoliberais. Casara (2024) leva o argumento adiante, ao sustentar que a idiotização da sociedade se torna projeto no neoliberalismo:

o pensamento é desvalorizado, a intelectualidade é atacada, e a resposta padrão consiste na simplificação dos fenômenos e na individualização de problemas coletivos, de modo que a crítica passa a ser recebida quase como ofensa.

Cabe, nesse ponto, precisar a natureza da relação entre a crítica clássica da indústria cultural e o diagnóstico neoliberal. Costa (2013) adverte que as eventuais limitações do conceito adorniano não decorrem de suposto esgotamento do fenômeno, mas de leituras não dialéticas que convertem um método de análise crítica em fatalidade inapelável. O percurso que vai da padronização fordista do bem cultural (Adorno & Horkheimer, 1985) à fabricação algorítmica de subjetividades (Han, 2020, 2022; Zuin & Zuin, 2018) não deve ser lido, portanto, como ruptura entre paradigmas incomunicáveis, mas como radicalização de uma mesma lógica de dominação que desloca seu alvo: do controle sobre o que é produzido para o controle sobre quem produz e consome. Se, para Adorno e Horkheimer (1985), o esquematismo da produção cultural já pré-digeria a experiência do público, a racionalidade neoliberal amplia esse esquematismo para a gestão da própria vida, fazendo de cada indivíduo, simultaneamente, produto, consumidor e matéria-prima de sua própria produção (Dardot & Laval, 2016; Safatle *et al.,* 2021).

Resta identificar quais ideais são efetivamente propagados por essa indústria cultural reconfigurada. A literatura recente oferece refinamento importante em torno da categoria diversidade cultural. Freire e Ramon (2024), ao analisarem o patrocínio da grife alemã Hugo Boss à obra do artista japonês Yasumasa Morimura, exposta no Museu Guggenheim de Nova York em 1996, demonstram que a incorporação de corpos e de estéticas culturalmente diversas pelo mercado da arte não decorreu de compromisso substantivo com a alteridade, mas de estratégia deliberada de reposicionamento de marca diante de seu histórico de envolvimento com a Alemanha nazista e de sua entrada em novos mercados consumidores. Apoiadas em Žižek (1998, como citado em Freire & Ramon, 2024), as autoras sustentam que o multiculturalismo se tornou lógica cultural funcional ao capitalismo tardio: o discurso da tolerância preserva intocadas as relações de propriedade e de exploração ao mesmo tempo em que rende dividendos simbólicos às corporações que dele se apropriam.

Crocco (2017) chega a conclusão semelhante, ao examinar documentos de política cultural brasileira, como o Plano da Secretaria da Economia Criativa, nos quais a diversidade cultural é explicitamente redefinida como "ativo econômico" voltado à consolidação de um novo modelo de desenvolvimento. O deslocamento é revelador: o que antes se reivindicava como direito ou patrimônio simbólico converte-se em insumo de cadeias produtivas, subordinado à métrica do valor de troca. Mecanismo análogo pode ser reconhecido, em escala cotidiana, na indústria fonográfica brasileira.

Stefanuto (2024), ao analisar a canção sertaneja "A roça venceu", de Antony e Gabriel, mostra que a aparente conciliação entre campo e cidade – o berrante compondo com batidas eletrônicas, as parcerias entre sertanejo e funk – cumpre a função de ampliar o alcance comercial do produto sem tocar na concentração fundiária e na dominação de classe que a própria canção celebra sob a forma de vitória individual do trabalhador rural. Em todos esses casos, a diversidade deixa de ser índice de pluralidade para tornar-se dispositivo de expansão de mercado, tal como a algoritmização da experiência de consumo oferece, sob a aparência da personalização, exatamente aquilo que Adorno e Simpson (1986, p. 124) descreveram como "questionário de múltipla escolha" no fenômeno da música popular e que pode ser estendido para toda a indústria cultural clássica.

A esses ideais soma-se a gamificação da existência. Mesmo os momentos de lazer, como o jogo ou a aposta esportiva de pequeno valor em plataformas *on-line*, são instrumentalizados pelo capital de modo a produzir prazer instantâneo derivado da sensação de realização e da recompensa imediata. Han (2020) observa que as emoções são mobilizadas para promover maior desempenho e produção; no caso das apostas, esse arranjo tende a gerar dependência e a comprometer a saúde mental e financeira de parcelas expressivas dos usuários. Mais amplamente, Han (2020) sustenta que, no neoliberalismo, o poder conforma os indivíduos de modo distinto: o sistema pretende seduzir o sujeito e produzir emoções para delas se servir na promoção do consumo. A indústria cultural serve-se da curtida para fins de dominação e busca produzir sujeitos dependentes, criando bolhas digitais (Habermas, 2023) que fragmentam a esfera pública. Tudo é esquematizado, na formulação de Adorno e Horkheimer (1985), para deixar as coisas exatamente como estão.

4. Indivíduo e sociedade nas plataformas: interdependência, *habitus* e equilíbrio Nós-Eu

A tese de que a indústria cultural fabrica subjetividades exige um modelo de relação entre indivíduo e sociedade que não recaia, nem no determinismo estrutural, nem no voluntarismo. Elias (1994) fornece esse modelo ao romper com o pensamento dicotômico que separa artificialmente indivíduo e sociedade, tratando-os como entidades ontologicamente distintas. Ele identifica, na história do pensamento, uma divisão entre os que supervalorizam os indivíduos em relação à sociedade, priorizando sua satisfação, e os que defendem a abdicação da satisfação individual em favor do bem-estar coletivo. Contra ambos, sustenta que a sociedade não existe sem os indivíduos e que estes não existem sem a sociedade, ainda que a vida cotidiana aparente relativa independência. É a partir

do outro que se constituem, desde o início da vida, as determinações que a cada pessoa são próprias, pois cada uma:

> [...] vive e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; *vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal.* E aí reside o verdadeiro problema: em cada associação de seres humanos, esse contexto funcional tem uma estrutura muito específica. [...] Entretanto esse arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total (Elias, 1994, p. 19, grifos do autor).

Elias (1994) concebe, assim, uma sociedade reticular, na qual um indivíduo depende do outro, mesmo sem conhecê-lo. É essa rede de interdependências – mais ou menos visível conforme o caso, mas sempre existente, em que as ações dos indivíduos estão continuamente ligadas entre si – que o autor denomina sociedade. Seu conceito central é o de *figuração*: o padrão mutável de interdependências que os seres humanos constituem entre si. Uma figuração não é estrutura rígida imposta de fora sobre indivíduos passivos, tampouco mero agregado de ações individuais autônomas; é forma emergente que resulta das ações e reações de múltiplos indivíduos em relação de dependência mútua (Elias, 1990, 1994).

Ao se tratar da indústria cultural, do indivíduo e do neoliberalismo como processos dinâmicos e históricos, não cabe afirmar que a sociedade molda o indivíduo, que é passivo diante dela. Tampouco cabe supor, segundo a lógica neoliberal, a hiperindividualização da vida, como se a sociedade não existisse e não enquadrasse as intenções e as ações de cada um. Entre os extremos, é necessário considerar as relações de interdependência em que cada indivíduo ocupa determinada posição e função, experimentadas de forma singular e constitutiva daquilo que Elias (1994) denomina individualidades.

Esse instrumental tem implicações precisas para a análise das plataformas. As redes sociais constituem novas figurações: padrões específicos de interdependência tecnologicamente mediada, que geram dinâmicas, pressões e rituais próprios de reconhecimento e de exclusão. Compreender o que as plataformas fazem com os sujeitos exige, portanto, compreender a estrutura dessas figurações, e não apenas as intenções individuais de quem as usa ou as projeta.

Em *O processo civilizador*, Elias (1990) demonstra como as estruturas sociais são internalizadas na forma de estruturas psíquicas e como o *habitus* individual se forma pelas interdependências específicas de cada época e configuração social, e mudanças nos padrões de comportamento externo não se separam de mudanças na estrutura da personalidade. Aplicado às plataformas, esse argumento permite identificar o processo pelo qual exigências estruturais – produzir conteúdo com regularidade, cultivar uma audiência, gerir a própria imagem pública, monitorar métricas de engajamento – são gradualmente internalizadas pelos usuários como disposições e formas naturalizadas de existir. O sujeito deixa de perceber tais exigências como externas e passa a experimentá-las como expressão de seus próprios desejos.

As cadeias de interdependência das plataformas apresentam, porém, uma peculiaridade em relação às figurações analisadas por Elias (1990): são *assimetricamente e ocultamente* estruturadas. Numa figuração face a face, os participantes percebem relativamente bem a estrutura de poder e de dependência. Nas redes sociais, a figuração é mediada por algoritmos opacos e por arquiteturas de plataforma que determinam as condições de visibilidade, de alcance e de reconhecimento, sem que os usuários possam perceber ou questionar as regras do jogo que jogam (Zuboff, 2020).

Um dos conceitos mais fecundos de Elias (1994) permite qualificar o efeito subjetivo desse arranjo: o *equilíbrio Nós-Eu*, isto é, a proporção variável com que os seres humanos se identificam com grupos – famílias, nações, classes – e consigo mesmos como indivíduos. Nas sociedades modernas ocidentais, verificou-se tendência de avanço do polo Eu, com maior individualização e maior ênfase na identidade pessoal. As plataformas produzem configuração paradoxal desse equilíbrio. De um lado, promovem hipertrofia do Eu: a *selfie*, o relato autobiográfico e a construção da marca pessoal constituem formas extremas de individualização. Por outro lado, produzem formas intensas de identificação grupal – tribos de consumidores, comunidades de fãs, bolhas ideológicas – que funcionam como substitutos das formas tradicionais de pertencimento.

Esse paradoxo é constitutivo da lógica neoliberal: ela produz indivíduos atomizados que, privados de vínculos de solidariedade estrutural, buscam pertencimento em comunidades de consumo e de identidade mediadas pelas plataformas. O resultado é uma individualização sem emancipação: os sujeitos são responsabilizados individualmente por seus destinos ao mesmo tempo em que são inseridos em formas de pertencimento grupal que não ameaçam a ordem vigente. Se o processo civilizador descrito por Elias (1990) mostrou como formas de autocontrole foram gradualmente interiorizadas ao longo da história europeia, nas redes sociais essa autorregulação adquire forma específica: a *autocensura performativa*, a moderação constante da expressão em função de

uma audiência imaginada, o cálculo permanente sobre como cada publicação afetará a própria reputação e a visibilidade.

Stefanuto (2024) oferece vocabulário útil para nomear o paradoxo. As categorias de dominação, de oposição entre cultura e natureza, de empreendimento de si e de subjetivação sem sujeito, mobilizadas pela autora a partir de Adorno e Horkheimer (1985), permitem observar como a indústria cultural produz sujeitos que se reconhecem, ainda que voltados contra si mesmos, nas próprias narrativas que os subordinam. A *subjetivação sem sujeito* nomeia exatamente esse impasse: o indivíduo é convocado, o tempo todo, a narrar-se, performar-se e otimizar-se (Noronha, 2024; Rosa, 2019), mas o resultado não é a afirmação de uma individualidade concreta, e sim sua padronização sob a aparência de singularidade – o que Adorno e Simpson (1986) descreveram, a propósito da música popular, como pseudo-individuação.

5. A infraestrutura da indústria cultural digital: plataformização, dataficação e gestão algorítmica

A atualização do conceito de indústria cultural exige incorporação de transformações estruturais na infraestrutura da produção e da circulação cultural. A plataformização – processo pelo qual plataformas digitais se tornam a infraestrutura dominante da vida social, econômica e cultural – constitui nova fase desse fenômeno (Srnicek, 2018). Quatro de suas especificidades merecem exame.

A primeira é a conversão da participação em trabalho não remunerado. Nas redes sociais, os usuários não são apenas consumidores, mas também produtores de conteúdo e, sobretudo, produtores de dados. O modelo de negócio das plataformas funda-se na extração e na monetização do comportamento humano (Zuboff, 2020): cada curtida, cada compartilhamento, cada tempo de permanência na tela e cada padrão de rolagem são capturados, processados e vendidos. O usuário trabalha gratuitamente para a plataforma ao mesmo tempo em que acredita expressar-se livremente. Couldry e Mejias (2019) denominam esse processo *colonialismo de dados*: a apropriação da vida humana como matéria-prima para a acumulação capitalista.

A segunda é a personalização algorítmica como nova forma de pseudo-individuação. Se a indústria cultural clássica oferecia os mesmos produtos a todos, com pequenas variações superficiais, as plataformas oferecem *feeds* personalizados que criam a ilusão de experiência única e autêntica. Cada usuário recebe um mundo aparentemente feito para si; esse mundo, contudo, é construído por algoritmos de maximização de engajamento cujo objetivo é reter o usuário pelo

maior tempo possível. Para isso, privilegiam conteúdos geradores de reações emocionais intensas, sobretudo raiva, indignação, inveja e ansiedade (Wu, 2017).

A terceira é a constituição da atenção como recurso escasso. A economia da atenção, noção que remonta a Simon (1971) e que Wu (2017) desenvolve historicamente, descreve o modelo econômico das plataformas: num mundo de abundância informacional, o recurso escasso é a atenção humana. As plataformas competem agressivamente por ela, empregando técnicas de design persuasivo – notificações, esquemas de recompensa variável, interfaces de rolagem infinita – derivadas da pesquisa interdisciplinar sobre condicionamento e interação humano-computador. Fogg (2003), por exemplo, descreveu os mecanismos pelos quais sistemas computacionais aplicam princípios de persuasão para moldar comportamentos de usuários por condicionamentos operantes.

A quarta é a vigilância e a retroalimentação. Diferentemente da televisão e do rádio, as plataformas digitais são bidirecionais: observam os usuários tanto quanto são observadas por eles (Zuboff, 2020). Esse regime de visibilidade total, que Han (2022) descreve como *panóptico digital*, produz efeitos subjetivadores específicos, pois a consciência de ser constantemente monitorado modifica o comportamento e incentiva a autocensura e a performance calculada. Zuboff (2020) denomina *modificação comportamental* o ciclo que se inicia na coleta de dados e culmina na modelagem e no direcionamento do comportamento humano em escala.

A base técnica desse arranjo consolidou-se rapidamente. A partir de algoritmos e de mecanismos de busca especializados, tornou-se possível realizar o que até a virada do milênio pertencia à ficção científica: produzir conteúdo ajustado a cada indivíduo com base nos dados coletados. Nanossensores presentes nos mais variados objetos, e por vezes nos próprios corpos, permitem obter quantidade expressiva de dados de usuários, conjunto que se convencionou denominar *big data* (Zuin & Zuin, 2018). A internet das coisas (IoT), conceito criado por Kevin Ashton em 1999, apoia-se na compreensão de que, mediante tecnologias de identificação por radiofrequência, objetos tecnológicos podem comunicar-se entre si, além de coletar, organizar, armazenar e analisar dados e retransmiti-los. O resultado dessa comunicação pode ser enviado a grandes corporações de tecnologia, que o classificam e ordenam (Zuin & Zuin, 2018).

Com o crescimento do uso das mídias sociais e o volume de dados obtidos, multiplicaram-se os projetos voltados ao mapeamento da personalidade dos usuários. No Facebook, por exemplo, desenvolveu-se o projeto myPersonality, criado por David Stillwell em 2007, Nesse projeto, os usuários podiam realizar 25 tipos de testes psicológicos e obter resultado imediato, passível de compartilhamento e de doação a pesquisadores (Lambiotte & Kosinski, 2014, p. 1935). Cerca de seis milhões de usuários participaram, o que permitiu predizer traços individuais, preferências musicais e estados afetivos, como a felicidade. A

estrutura das redes sociais permite, ainda, identificar pegadas digitais que autorizam predizer características mais íntimas, como orientação sexual e situação conjugal, a partir das interações e do intercruzamento de círculos sociais (Lambiotte & Kosinski, 2014). Empresas passam, assim, a mapear preferências de consumo, hábitos, dados biográficos e estados emocionais, e tudo é calculado para fornecer ao usuário informações condizentes com o perfil previamente traçado, ainda que ele não as tenha buscado.

O capitalismo informacional, segundo Han (2022, p. 7), transforma os seres humanos em "animais de consumo e dados", em virtude da hegemonia do regime da informação, entendido como "[...] forma de dominação na qual as informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos". Como o sujeito navega sem ser explicitamente obrigado a nada, o uso de aplicativos e de mídias digitais transmite a impressão de preservação da liberdade – impressão que não se sustenta, pois as escolhas disponíveis já foram previamente selecionadas (Zuin & Zuin, 2018). O intuito é controlar comportamentos de modo a direcionar propagandas voltadas à manipulação de pensamentos, desejos, preconceitos e posicionamentos políticos, propiciando assim a formação de bolhas digitais de intolerância e de medo (Antunes & Maia, 2018). A eleição presidencial estadunidense de 2016 e a eleição brasileira de 2018 ilustram o alcance do fenômeno (Antunes & Maia, 2018; Rocha, 2023). No caso brasileiro, o resultado deveu-se, em grande medida, ao uso de aplicativos de mensagens e de plataformas de vídeo para a propagação de desinformação e de pautas morais, visando à mobilização constante das massas e à despolitização da sociedade (Rocha, 2023).

Han (2022, p. 18) observa que a promessa de liberdade estampada no antigo slogan da Microsoft, "onde você quer ir hoje?", não se cumpriu, tendo-se convertido em forma de controle assemelhada ao que denomina panóptico digital. Fisher (2020) destaca que tal controle digital ratifica o que Deleuze (1992) definiu como sociedade de controle, sucessora da sociedade disciplinar foucaultiana. O autor acrescenta que esse controle só se torna possível porque os próprios sujeitos se tornam cúmplices. Han (2022) corrobora essa leitura ao assinalar que não há, necessariamente, coação externa para que os sujeitos forneçam seus dados: fazem-no espontaneamente, e nisso reside o segredo do panóptico digital, que propicia vigilância sem limites, inclusive entre os próprios usuários. Configura-se, assim, uma crise da liberdade: mal se experimentou a liberdade advinda da queda da sociedade disciplinar, cujo signo eram os muros, e já se passou a uma sociedade do controle que pressupõe a planificação da vida social, a internalização da vigilância e a gestão das vontades (Han, 2020).

A indústria cultural atual propicia, portanto, uma forma inédita de alienação: na condição simultânea de autor e espectador, o usuário produz e disponibiliza os meios de seu próprio controle. Tal como Adorno (2020) já explicitara, o controle assume papel fundamental na indústria cultural, na medida em que tudo é planejado para conferir ao indivíduo a impressão de algo personalizado e único, ainda que massificado.

Daí decorre um efeito político preciso. A indústria cultural quer que o movimento aconteça apenas nas telas, e que seja movimento rumo ao consumo. Mesmo quando a obra representa a realidade de maneira crua – como na animação *WALL·E*, na qual o mundo se degrada em razão de um modo de produção cuja necessidade de expansão destrói a natureza (Stanton, 2008) –, aquilo que poderia suscitar indignação e conflito é consumido como mais uma mercadoria. Trata-se de indicativo do que Fisher (2020) denominou *realismo capitalista*, no qual o lema atribuído a Thatcher, "there is no alternative" (Margaret Thatcher Foundation, 1981), exprime o sentimento de que nada mais pode ser feito e de que nenhum horizonte de transformação é visualizável. Essa sensação é reforçada pela gestão algorítmica das grandes corporações de tecnologia, cujo mapeamento de gostos, desejos e ações permite prognósticos cada vez mais precisos do comportamento dos usuários (Antunes & Maia, 2018). A indústria cultural não produz arte destinada a complexificar o pensamento, pois isso obstaria o consumo acrítico das mercadorias.

Grohmann (2020) sintetiza o arranjo ao propor que se pense a plataformização contemporânea como o encontro entre financeirização, dataficação e racionalidade neoliberal, tendo na gestão algorítmica seu elemento central de organização – não apenas do trabalho, mas, por extensão, do consumo cultural. As plataformas de *streaming* operam segundo lógica semelhante: cada escolha do usuário, do episódio assistido até ao fim do gênero abandonado, converte-se em dado a ser processado, precificado e revertido em recomendação, compondo o que Han (2022) chamou de regime da informação. Nesse arranjo, o antigo modelo de produção em série da indústria cultural clássica (Adorno & Horkheimer, 1985) não desaparece; torna-se invisível, pois cada usuário recebe a impressão de um catálogo talhado para si, quando, na verdade, está inserido em categorias estatísticas de comportamento. Soma-se a isso a precarização do trabalho artístico e criativo como modelo geral do trabalho contemporâneo, discutida por Crocco (2017): o empreendedorismo de si exigido do artista autônomo, cuja liberdade permanece circunscrita a âmbito estreito e precário de atuação antecipa a subjetividade fragmentada, flexível e permanentemente disponível que a racionalidade neoliberal demanda de todo trabalhador digitalizado (ver Botelho, 2011).

O algoritmo constitui, assim, o coração da indústria cultural contemporânea. Ele não é neutro: codifica um conjunto de valores, prioridades

e objetivos; primariamente, a maximização do engajamento e, por extensão, a do lucro publicitário. Sua opacidade – os algoritmos das grandes plataformas são segredos comerciais cuidadosamente guardados – implica que os usuários sejam orientados por forças que não compreendem, não escolheram e mal percebem. Han (2020) avança a análise ao propor o conceito de *psicopolítica neoliberal*: a biopolítica administrava os corpos (Foucault, 2012), e a psicopolítica administra almas, emoções e desejos. As redes sociais são seu principal dispositivo, pois não coagem, seduzem; não reprimem, excitam; o poder opera pela estimulação, e não pela proibição. A administração algorítmica do desejo atua por múltiplos mecanismos: a criação e a amplificação de tendências que definem o que é relevante; a hierarquização da visibilidade, que determina quais vozes são amplificadas e quais são silenciadas; a construção de câmaras de eco que reforçam crenças preexistentes (Pariser, 2012); e, a colonização do imaginário por repertório restrito de aspirações e de estilos de vida. É nesse sentido que Stiegler (2015) fala em proletarização: a externalização de capacidades cognitivas e afetivas em sistemas técnicos que as administram de forma heterônoma.

6. Mecanismos de subjetivação neoliberal nas plataformas

Descrita a infraestrutura, cabe examinar os mecanismos pelos quais ela opera sobre os sujeitos. Podem ser reunidos em três eixos articulados – a captura afetiva, a quantificação do eu e o empreendedorismo de si –, que se manifestam de modo específico em cada plataforma.

6.1 Captura afetiva, quantificação do eu e empreendedorismo de si

O mecanismo mais fundamental é a *captura afetiva*: a mobilização sistemática das emoções como vetor de engajamento e de fidelização (Wu, 2017). Treinados para maximizar o tempo de permanência, os algoritmos identificaram empiricamente aquilo que a psicologia experimental já demonstrara: emoções negativas – medo, raiva, indignação – produzem engajamento mais intenso e duradouro do que emoções positivas. Cria-se, assim, viés estrutural em direção ao conteúdo emocionalmente perturbador, à controvérsia e ao conflito. O usuário é sistematicamente exposto a fluxo calibrado para mantê-lo em estados de ativação emocional elevada, o que configura, do ponto de vista da saúde mental, um regime de estresse crônico e, do ponto de vista político, um mecanismo de despolitização, pois sujeitos sobrecarregados emocionalmente tendem a pensamento mais maniqueísta, a menor tolerância à complexidade e a maior vulnerabilidade à manipulação (Han, 2020). Trata-se, em síntese, de uma despolitização por superexcitação política.

A quantificação do eu (Lupton, 2015, pp. 180-183) constitui o segundo mecanismo, e talvez o mais eficaz na naturalização da racionalidade neoliberal. Ao traduzir o valor humano em métricas – seguidores, curtidas, visualizações, comentários, compartilhamentos –, as plataformas aplicam à subjetividade a mesma lógica que o neoliberalismo aplica à economia: tudo pode e deve ser mensurado, comparado e otimizado (Dardot & Laval, 2016).

Evidências oriundas da neurociência cognitiva permitem qualificar esse mecanismo. Sherman *et al*. (2016) desenvolveram um paradigma experimental de ressonância magnética funcional que simulava o Instagram e mensuraram as respostas neurais de adolescentes a curtidas. O estudo demonstrou que a visualização de fotografias com muitas curtidas, em comparação com poucas, associou-se a maior atividade em regiões implicadas no processamento de recompensa, incluindo regiões cerebrais ligadas à cognição social e à atenção. Cabe destacar que, quando os adolescentes visualizavam fotografias de comportamentos de risco com muitas curtidas, verificava-se simultaneamente diminuição da ativação da rede de controle cognitivo, o que os autores interpretam como evidência do papel da pressão de pares virtuais na tomada de decisões de risco. Tais achados são consistentes com a proposta de Meshi *et al.* (2015), segundo a qual as redes neurais implicadas no pensamento autorreferencial, na mentalização e no processamento de recompensa são particularmente relevantes para o engajamento em mídias sociais; o circuito cerebral de recompensa é ativado por aspectos centrais desse uso. Resultados semelhantes foram replicados e ampliados por Sherman *et al*. (2018), em estudo com adolescentes no qual fotografias populares eliciaram maior atividade em múltiplas regiões cerebrais, dentre elas as relacionadas à cognição social e à atenção[5].

Os efeitos subjetivadores da quantificação do eu são de três ordens. Em primeiro lugar, institui-se uma *heteronomia calculada*: o sujeito passa a orientar sua autoexpressão, não pelo que considera genuinamente importante, mas pelo que acredita que lhe renderá mais aprovação, subordinando, assim, criatividade e autenticidade à performance para audiência real ou imaginada. Em segundo lugar, produz-se uma *economia de validação* em que a autoestima passa a depender de métricas externas flutuantes; o design das plataformas emprega deliberadamente esquemas de reforço de razão variável – mecanismo análogo ao das máquinas caça-níqueis – que tornam compulsivo o comportamento de verificação (Fogg, 2003). Em terceiro lugar, a quantificação do eu funciona como preparação subjetiva para formas mais amplas de quantificação neoliberal: a avaliação de desempenho no trabalho, os escores de crédito e de seguro, a reputação em plataformas de trabalho intermediado por aplicativos. O sujeito

[5] Cabe uma ressalva metodológica: esses estudos mensuram a ativação de circuitos neurais por neuroimagem funcional e não aferem diretamente a liberação de dopamina, distinção frequentemente ignorada no debate público (Sherman et al., 2018).

treinado desde a adolescência a gerir sua marca pessoal encontra-se preparado para internalizar as formas de autogestão e de autovigilância que o neoliberalismo requer.

O terceiro mecanismo é o *empreendedorismo de si*. A ideia de que cada indivíduo deve gerir a vida como empresa, desenvolvendo habilidades como ativos, construindo sua rede de contatos como capital social e administrando sua marca pessoal como diferencial competitivo (Foucault, 2008), encontra nas plataformas seu principal veículo de disseminação e de naturalização. O LinkedIn constitui o caso mais explícito, mas a lógica permeia todas as plataformas: no Instagram, aparece na figura do influenciador e na economia de criadores; no TikTok, na viralidade como forma de ascensão social; no X/Twitter, na construção de autoridade intelectual como diferencial competitivo; e, no Facebook, na gestão de comunidades como forma de influência. O discurso do *empoderamento* é particularmente revelador dessa lógica: sob a aparência de afirmação da capacidade individual, transfere ao sujeito toda a responsabilidade por sua situação, apagando determinações estruturais de classe, raça, gênero e território. A asserção de que cada um é o único responsável por seu sucesso é, a um só tempo, mobilizadora e despolitizante (Brown, 2019).

A esse eixo articula-se um fenômeno que merece registro: a emergência de uma *cultura da produtividade* e do *autocuidado* que, aparentemente orientada ao bem-estar, constitui expressão refinada da disciplina neoliberal. O vasto ecossistema de conteúdo sobre rotinas matinais, gestão do tempo, mentalidade, autoconhecimento e saúde mental que circula nas redes não representa resistência ao neoliberalismo, mas sua forma mais elaborada (Han, 2015). Essa cultura institui como ideal o *sujeito otimizado* – aquele que dorme bem, exercita-se, medita, alimenta-se de forma saudável, estuda continuamente, gere as emoções com eficiência e produz resultados mensuráveis em todas as áreas da vida. Apresentado como saúde e bem-estar, esse ideal corresponde à internalização da eficiência produtiva como norma existencial. Han (2015) observa que a sociedade contemporânea não é mais, fundamentalmente, uma sociedade disciplinar, que opera por proibição e negação, mas uma sociedade do desempenho, que opera por exigência e positividade: o sujeito não é oprimido de fora, oprime-se a si mesmo ao internalizar as exigências de performance como imperativo moral. O esgotamento profissional, a depressão e a ansiedade seriam, nessa leitura, as formas de adoecimento características dessa modalidade de sujeição.

6.2 Configurações de plataforma: Instagram, TikTok, Facebook e X/Twitter

Esses mecanismos não operam de modo uniforme. Cada plataforma configura uma modalidade particular de subjetivação, e o exame comparativo permite precisar seu argumento.

O Instagram opera de modo mais direto como dispositivo de produção do sujeito neoliberal, por meio da estetização da vida e da construção da *marca pessoal*. Fundado em 2010 como plataforma de compartilhamento de fotografias, constitui hoje ecossistema complexo de conteúdo visual, identidade performada e economia de influência. Sua lógica é a da *estetização total da existência*: refeições, exercícios, relacionamentos, viagens, sofrimentos e conquistas podem e devem ser convertidos em conteúdo visualmente atraente. Essa estetização produz relação instrumental com a própria experiência, na qual o valor do vivido é subordinado ao valor de sua representação (Debord, 1997): viaja-se para fotografar, frequenta-se a academia para publicar o resultado, documentam-se relacionamentos para exibição pública.

Do ponto de vista empírico, a associação entre uso intensivo de plataformas visuais e indicadores de bem-estar é documentada. Fardouly *et al.* (2015), em estudo experimental, demonstraram que o uso do Facebook produzia maior preocupação com a imagem corporal e humor mais negativo do que a leitura de revistas de moda *on-line*, efeito mediado pela tendência a comparações de aparência com pares. Em revisão posterior, Fardouly e Vartanian (2016) concluíram que o uso de mídias sociais, sobretudo de plataformas visuais, correlaciona-se de forma consistente com maiores preocupações com a imagem corporal entre mulheres e homens jovens, e que estudos longitudinais sugerem fortalecimento dessa associação ao longo do tempo. O modelo do *influenciador* – empreendedor de si por excelência – é o ideal subjetivo que a plataforma promove: alguém que converteu personalidade, estilo de vida e relacionamentos em ativo econômico, que monetiza a própria autenticidade e que administra sua audiência como uma empresa administra clientes. Mesmo usuários que jamais alcançarão esse estatuto internalizam a lógica como aspiração e parâmetro de autoavaliação (Dardot & Laval, 2016). Os filtros e as ferramentas de edição merecem atenção específica, pois institucionalizam a distância entre o eu real e o eu representado, normalizando assim a performatividade como condição da aparição pública.

O TikTok representa inflexão significativa. Enquanto o Instagram privilegia a curadoria – a construção cuidadosa de identidade coerente e esteticamente valorizada –, o TikTok privilegia a *performance* e a *viralidade*. Seu algoritmo de recomendação é reconhecido por mapear interesses com notável precisão e por criar experiências personalizadas a partir de quantidades reduzidas de dados comportamentais. De acordo com o relatório da Rival IQ, o TikTok permanece como a plataforma com maior taxa de engajamento entre as principais redes sociais analisadas, embora seus índices tenham apresentado redução no período recente (Mundaden, 2025). Sua lógica é a da *gamificação do eu*: a expressão pessoal converte-se em jogo competitivo por atenção e visibilidade, e tendências, desafios, sons virais e formatos replicáveis instituem uma gramática de produção que os usuários reproduzem, buscando a

recompensa da viralidade[6]. Produz-se, assim, dinâmica peculiar: aparência de criatividade e de originalidade no interior de estrutura altamente padronizada.

Como veículo de penetração entre públicos mais jovens, em pleno processo de construção identitária, a plataforma opera diretamente sobre os parâmetros de valor, beleza, sucesso e pertencimento que moldarão a subjetividade de uma geração; a normalização de corpos editados digitalmente, de padrões aspiracionais de consumo e de estilos de vida baseados na exibição pública tem efeitos formativos que Fardouly e Vartanian (2016) documentaram ser mais intensos em plataformas visuais do que em plataformas textuais. Do ponto de vista da semiformação, o TikTok representa o extremo da fragmentação: conteúdos de quinze a sessenta segundos, linguagem visual acelerada e atenção dispersa. A *cultura do corte* – a montagem rápida, o corte seco, a mudança constante de estímulo – institui regime de percepção que torna progressivamente mais difícil a atenção sustentada e a elaboração de raciocínios complexos (Han, 2015).

O Facebook, ainda a maior rede social em número de usuários, configura outra modalidade: a *simulação de comunidade*. Onde as formas tradicionais de comunidade – baseadas em proximidade física, história compartilhada e vínculos de solidariedade estrutural – foram enfraquecidas pelo processo de individualização neoliberal, a plataforma oferece substituto na forma de grupos, páginas e comunidades temáticas que produzem sentimento de pertencimento sem as exigências e as tensões das comunidades concretas. O mecanismo das *câmaras de eco* e das *bolhas de filtro* (Pariser, 2012) é aí particularmente ativo: o algoritmo de relevância privilegia conteúdos que geram engajamento intenso, e os que mais engajam são os que confirmam visões de mundo preexistentes, geram indignação moral e reforçam identidades grupais, com radicalização progressiva das opiniões e fragmentação do espaço público.

Do ponto de vista da teoria das figurações (Elias, 1990, 1994), produz-se aí cadeia de interdependência específica: comunidades de opinião que funcionam como grupos de pressão emocional, em que a pertença se mantém pela conformidade ideológica e o dissenso é punido pelo ostracismo. Tais figurações, em lugar de ampliar a perspectiva do sujeito e desenvolver sua capacidade de descentramento, tendem a estreitá-la. A função publicitária acrescenta camada adicional: os dados comportamentais coletados permitem segmentação de audiências com precisão sem precedentes, e o usuário é simultaneamente consumidor de conteúdo, produtor de dados e alvo de persuasão comercial e política, sem clareza sobre nenhum desses papéis.

---

[6] Sobre o conceito “gamification of the self” (e para uma discussão geral sobre digitalização da vida), ver Lupton (2015, pp. 66-92).

O X/Twitter, por fim, é entre as plataformas consideradas a que mais diretamente opera no campo da produção de opinião pública e de subjetivação política. Sua transformação sob a gestão iniciada em 2022 – com a reintegração de contas antes banidas, a redução das equipes de moderação e a reorientação algorítmica em direção à amplificação de conteúdo controverso – aprofundou tendências já presentes. A plataforma funciona como *mercado de opiniões* no sentido literal (Wu, 2017): espaço em que opiniões competem por atenção, em que a capacidade de argumentação é secundária à performance retórica e em que a credibilidade depende mais do número de seguidores do que do conhecimento. Sua *economia de reputação* favorece posições extremas e polarização, porque são elas que geram maior engajamento e, portanto, maior visibilidade.

Do ponto de vista da subjetivação neoliberal, o X/Twitter é o *locus* privilegiado da *guerra cultural*: espaço em que conflitos sociais são recodificados como disputas identitárias e simbólicas, desviando a atenção das estruturas econômicas e políticas (Brown, 2019). A controvérsia permanente em torno de questões de identidade cumpre função ideológica precisa: produzir antagonismos que não ameaçam a ordem neoliberal, substituindo conflitos de classe por conflitos culturais. É também nessa plataforma que o conceito de semiformação (Adorno, 2005) encontra expressão particularmente nítida – argumento que é desenvolvido na seção subsequente.

7. Semiformação e inflação simbólica no ecossistema digital

Resta qualificar os efeitos formativos desse conjunto de mecanismos, e para isso o conceito adorniano de semiformação oferece o instrumento adequado. Em *Teoria da semicultura*, Adorno (2005) diagnostica a *Halbbildung* – semiformação ou semicultura – como estado dominante da consciência numa época de democratização formal da cultura e de decadência real da formação. A *Bildung*, conceito alemão que implica não apenas aquisição de conhecimentos, mas também transformação da personalidade, desenvolvimento da capacidade crítica e síntese pessoal da experiência, teria sido substituída por seu simulacro.

A semiformação não se confunde com a ignorância; é, em certo sentido, mais grave do que ela. Produz sujeitos que acumulam fragmentos de cultura sem integrá-los em compreensão coerente, que têm opiniões sobre tudo sem ter desenvolvido a capacidade de pensar criticamente sobre algo, que reconhecem referências culturais sem ter vivenciado as experiências que as tornaram significativas. A semicultura, escreve Adorno (2005, p. 2), é a "[...] onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede. Deste modo, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização." Seu aspecto mais perverso consiste em impedir a consciência da própria incompletude: o semiculto sente-se culto. A fragmentação e a superficialidade são vividas como pluralismo e abertura; a ausência de

profundidade é interpretada como agilidade; a incapacidade de sustentar atenção concentrada é recodificada como adaptabilidade.

As plataformas digitais correspondem, ponto a ponto, a esse diagnóstico. Sua lógica estrutural – conteúdo curto, apelo imediato, recompensa rápida, superfície sobre profundidade – opera por mecanismos que merecem exame. O primeiro é a *fragmentação radical do discurso*: o formato das publicações curtas, dos vídeos de poucos segundos e dos conteúdos efêmeros institui a brevidade como forma dominante de comunicação (Wu, 2017). Não se trata de afirmar que assuntos complexos não possam ser introduzidos nesses formatos – podem –, mas de constatar que a complexidade não pode neles ser desenvolvida. O resultado é uma cultura de epígrafes sem obras, de conclusões sem argumentos, de posicionamentos sem fundamentos.

O segundo é a *valorização da reação imediata*. O prêmio de visibilidade cabe à resposta mais rápida, mais ousada e mais carregada emocionalmente. Pensar demanda tempo; o pensamento superficial circula melhor. Criam-se, assim, incentivos estruturais para a substituição do raciocínio elaborado pela reação imediata, da análise pela epifania e da argumentação pela assertividade – fenômeno que Stiegler (2015) associa à proletarização da atenção.

O terceiro é a consolidação do *meme* como forma cultural dominante. Produto cultural paradigmático da era das plataformas, o meme condensa referências em imagens e textos de rápida apreensão e alta capacidade de disseminação. Ainda que memes possam operar como instrumentos de crítica e de subversão, sua lógica predominante é a descontextualização, o pastiche e a circularidade autorreferencial – exatamente o que Adorno e Simpson (1986) identificavam na pseudo-individuação. Constroem uma semicultura de referências compartilhadas que produz o sentimento de pertencer a uma comunidade de iniciados sem que haja, necessariamente, profundidade de compreensão partilhada.

O quarto é a *inflação informacional*. A disponibilidade permanente e ampliada de informações pode reduzir a necessidade de retenção de determinados conteúdos e incentivar consultas fragmentadas. Quando tudo parece acessível, pode-se diminuir o esforço efetivo de compreensão. Seus efeitos formativos, entretanto, dependem das práticas de pesquisa, dos critérios de validação e da capacidade de se integrar informações dispersas em estruturas interpretativas mais amplas.

Desses mecanismos decorre um efeito que pode ser designado *estetização da ignorância*: a conversão da falta de formação em valor cultural positivo. O anti-intelectualismo não é vivido como deficiência, mas como autenticidade, praticidade ou democratismo (Han, 2015). A especialização torna-se suspeita, o senso comum é celebrado e a complexidade é desprezada como

elitismo. Articula-se, aí, o que Debord (1997) descreveria como sociedade do espetáculo em sua versão digital: o que conta não é o que se sabe, mas o que se performa. O capital cultural nas plataformas não se mede pela profundidade do conhecimento, mas pela capacidade de produzir conteúdo emocionalmente ressonante, visualmente atraente e facilmente compartilhável.

Paralelamente, as plataformas promovem uma *pseudoautenticidade*: a aparência de espontaneidade e de sinceridade como produto calculado. O eu genuíno que se apresenta nas redes é construção cuidadosamente elaborada – selecionada, filtrada, editada – e oferecida como acesso direto ao interior do sujeito. Essa pseudoautenticidade constitui, paradoxalmente, o mais eficiente mecanismo de conformidade: ao exigir que os sujeitos se mostrem como são, as plataformas asseguram que performem as identidades que supõem recompensadas pelo mercado de atenção.

Encontra-se aí a expressão mais completa da semiformação: uma configuração que produz a sensação de se estar informado e engajado politicamente sem que se realize, na maior parte dos casos, a formação de consciência crítica. Em condições marcadas pela fragmentação discursiva, pela aceleração das respostas e pela valorização métrica da visibilidade, a participação política nas plataformas pode apresentar características semiformativas. O acesso a grande quantidade de informações e referências não assegura, por si só, sua integração em uma compreensão histórica e estrutural. Isso não autoriza classificar previamente os usuários como incapazes de reflexão, mas permite investigar em que medida as condições de circulação favorecem ou dificultam a elaboração crítica. É esse provável resultado formativo, e não apenas o consumo de mercadorias culturais padronizadas, que constitui hoje o objeto próprio da crítica.

8. Considerações finais

Neste capítulo, objetivou-se analisar de que modo a indústria cultural, reconfigurada pela racionalidade neoliberal e pela infraestrutura das plataformas digitais, participa da produção de subjetividades dispostas a interiorizar e a reproduzir valores associados à concorrência, à performance e à acumulação de capital. O percurso partiu da crítica clássica de Adorno e Horkheimer (1985) à padronização dos bens culturais sob o capitalismo fordista, atravessou a reconfiguração dessa crítica diante da racionalidade neoliberal como governo de condutas (Dardot & Laval, 2016; Safatle *et al*., 2021) e chegou à sua atualização mais recente, associada à digitalização, à dataficação e à gestão algorítmica da vida cotidiana (Grohmann, 2020; Han, 2020, 2022; Zuin & Zuin, 2018).

Quanto ao primeiro objetivo específico, a reconstituição do percurso conceitual indica que a relação entre indústria cultural, neoliberalismo e subjetivação não é de mera justaposição, mas de intensificação recíproca. Se a indústria cultural clássica fornecia à sociedade de massas conteúdo padronizado e pacificação social (Adorno & Horkheimer, 1985), a racionalidade neoliberal converteu essa mesma indústria em tecnologia de produção de sujeitos-empresa, cobrados por performance, resultado e otimização contínua de si mesmos (Noronha, 2024; Rosa, 2019). Nesse sentido, as objeções que apontam o esgotamento do conceito adorniano diante da interatividade digital revelam-se, como sustenta Costa (2013), menos um limite do conceito do que efeito de leituras não dialéticas.

Quanto ao segundo, os ideais propagados e consumidos revelaram-se organizados em torno de poucos eixos recorrentes: a ideologia da competência, que atribui ao indivíduo responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso (Chauí, 2008); a conversão da diversidade cultural, da tolerância e do multiculturalismo em ativos econômicos e estratégias de posicionamento de marca (Crocco, 2017; Freire & Ramon, 2024; Stefanuto, 2024); e, a gamificação de dimensões cada vez mais amplas da existência, do lazer ao trabalho (Han, 2020). Tais ideais convergem para um mesmo efeito: a despolitização de conflitos estruturais, reescritos como falhas morais ou desafios pessoais de autogestão (Safatle *et al*., 2021).

Quanto ao terceiro, o papel das plataformas mostrou-se decisivo, mas não autônomo: seu poder de vinculação e de internalização de valores neoliberais depende da articulação entre dataficação, financeirização e gestão algorítmica (Grohmann, 2020), que transforma cada interação em dado monetizável e cada recomendação em instrumento de conformação do desejo, configurando o que Han (2022) descreveu como panóptico digital operado por adesão voluntária. O exame comparativo evidenciou, ademais, que essa operação não é uniforme: a estetização da vida no Instagram, a gamificação do eu no TikTok, a simulação de comunidade no Facebook e a guerra cultural no X/Twitter constituem modalidades distintas de um mesmo processo.

Quanto ao quarto, os efeitos formativos foram qualificados pelo conceito de semiformação (Adorno, 2005): as plataformas não produzem ignorância, mas cultura truncada, que confere ao sujeito a sensação de estar informado e engajado, enquanto o mantém nos parâmetros da racionalidade vigente. Daí decorre que a crítica cultural, hoje, não pode satisfazer-se em identificar temas ou denúncias explícitas nos produtos da indústria cultural; é preciso perguntar, sempre, a que uso – narrativo, comercial, algorítmico – tais denúncias estão sendo submetidas.

A análise não pretende, contudo, ser determinista. Reconhece-se que as plataformas são também espaços de resistência, de organização coletiva, de

expressão de grupos subalternizados e de construção de contradiscursos; movimentos sociais de amplo alcance demonstraram que essas infraestruturas podem ser instrumentalizadas para fins que contradizem sua lógica dominante (Couldry & Mejias, 2019). É preciso, porém, evitar o otimismo ingênuo: tais práticas operam *segundo a lógica* das plataformas, utilizam suas ferramentas, obedecem a suas regras, dependem de sua infraestrutura e frequentemente se subordinam a seus imperativos de visibilidade. O ativismo em rede corre o risco permanente de ser capturado – convertido em performance, em marca, em conteúdo consumível, em identidade que circula como mercadoria (Debord, 1997).

Antes do encerramento, cabe destacar uma ressalva de método: reconhecer o poder conformador da indústria cultural neoliberal não equivale a postular a passividade absoluta do público (Costa, 2013). Adorno jamais atribuiu aos consumidores da indústria cultural uma estupidez originária; o problema não reside na incapacidade de discernimento do espectador, mas na desproporção estrutural entre o poder de quem produz, financia e distribui os bens culturais e a capacidade de resposta de quem os consome. A recepção crítica de conteúdos massificados nas redes indica que a indústria cultural não elimina inteiramente a reflexividade dos sujeitos; apenas a mantém, estruturalmente, em desvantagem. Retomando a advertência de Elias (1994), enunciada na abertura, conclui-se que o indivíduo não pode ser compreendido, nem como produto passivo da indústria cultural e da racionalidade neoliberal, nem como agente inteiramente autônomo diante delas: trata-se de relação de interdependência assimétrica, na qual o poder de produzir, financiar e distribuir sentido permanece concentrado, ainda que a reflexividade dos sujeitos não seja suprimida.

Dessa constatação decorrem duas implicações complementares. No plano estrutural, a teoria das figurações (Elias, 1990, 1994) indica que transformações subjetivas efetivas dependem de mudanças nas redes de interdependência, e não apenas da consciência individual, o que confere relevância à regulação do setor – legislação antimonopólio, transparência algorítmica, proteção de dados e responsabilização das plataformas pelos danos que produzem. No plano formativo, impõe-se a urgência de práticas que incorporem a literacia digital, o pensamento crítico sobre os meios de comunicação e a compreensão das estruturas de poder das plataformas como competências fundamentais: não se trata de rejeitar as tecnologias digitais, mas de desenvolver a capacidade de usá-las sem ser usado por elas. As plataformas constituem-se, pois, numa das expressões mais visíveis de uma racionalidade social mais ampla, cuja transformação é, em última instância, tarefa da teoria social crítica. Registre-se, por fim, como limitação, o recorte teórico-interpretativo e bibliográfico aqui adotado: a verificação empírica dos efeitos formativos das plataformas sobre distintos segmentos de usuários brasileiros permanece como agenda de investigação.

Referências

Adorno, T. W. (2005). Teoria da semicultura. *Primeira versão*, *4*(13), 2-19. https://primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/191_.pdf

Adorno, T.W. (2020). *Indústria cultural*. Editora Unesp.

Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). Indústria cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In *Dialética do esclarecimento* (pp. 99-137). Zahar.

Adorno, T. W., & Simpson, G. (1986). Sobre música popular. In G. Cohn (Org.) *Theodor W. Adorno* (pp. 115–146). Ática.

Antunes, D. C., & Maia, A. F. (2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, *29*(2), 189-199. https://doi.org/10.1590/0103-656420170156

Benjamin, W. (2024). *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. L & PM.

Botelho, I. (2011). Criatividade em pauta: alguns elementos para reflexão. In Brasil. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014* (pp. 86-92). Ministério da Cultura.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Politeia.

Casara, R. (2024). *A construção do idiota: O processo de idiossubjetivação.* Da Vinci.

Chauí, M. (2008). *O que é ideologia?* Brasiliense.

Costa, J. H. (2013). A atualidade da discussão sobre a indústria cultural em Theodor W. Adorno. *Trans/Form/Ação*, *36*(2), 135-154. https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000200009

Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.

Crocco, F. L. T. (2017). Sobre o papel desempenhado pela cultura no projeto neoliberal. *Contemporânea – Revista de sociologia da UFSCar, 7*(1), 149–166. https://doi.org/10.4322/2316-1329.030

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo.* Contraponto.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Editora 34.

Elias, N. (1990). *O Processo civilizador: uma história dos costumes* (Vol. 1). Zahar.

Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Zahar.

Fardouly, J., Diedrichs, P. C., Vartanian, L. R., & Halliwell, E. (2015). Social comparisons on social media: The impact of Facebook on young women's body image concerns and mood. *Body Image*, *13*, 38-45. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S174014451400148X

Fardouly, J., & Vartanian, L. R. (2016). Social media and body image concerns: Current research and future directions. *Current opinion in Psychology*, *9*, 1-5. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352250X15002249

Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Autonomia Literária.

Fogg, B. J. (2003). *Persuasive technology: using computers to change what we think and do*. Morgan Kaufmann.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France* (1978-1979). Martins Fontes.

Foucault, M. (2012). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975–1976)* (2ª ed.). WMF Martins Fontes.

Freire, L. M., & Ramon, P. C. R. (2024). As apropriações neoliberais do corpo da diversidade cultural. *Revista observatorio de la economía latinoamericana, 22*(8), 1–10. https://doi.org/10.55905/oelv22n8-076

Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista eletrônica internacional de economia política da informação da comunicação e da cultura*, *22*(1), 106-122. https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188

Habermas, J. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa.* Ed. UNESP.

Han, B.-C. (2015). *A Sociedade do cansaço*. Vozes.

Han, B.-C. (2020). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyiné.

Han, B.-C. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia.* Vozes.

Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: História e implicações.* Loyola.

Heloani, R. (2006). *Organização do trabalho e administração: Uma visão multidisciplinar.* Cortez.

Kemp, S. (2026, 22 de Abril). *Digital 2026 mid-year global update report*. DataReportal. https://datareportal.com/reports/digital-2026-mid-year-global-update-report

Lambiotte, R., & Kosinski, M. (2014). *Tracking the digital footprints of personality. Proceedings of the IEEE, 102*(12), 1934 -1939. https://doi.org/10.1109/JPROC.2014.2359054

Lupton, D. (2015). *Digital sociology*. Routledge.

Margaret Thatcher Foundation. (1981, 3 de maio). *Margaret Thatcher: Interview for Sunday Times*. https://www.margaretthatcher.org/document/104475

Meta Platforms. (2024, 01 de fevereiro). *Meta reports fourth quarter and full year 2023 results*. https://investor.atmeta.com/investor-news/press-release-details/2024/Meta-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2023-Results-Initiates-Quarterly-Dividend/default.aspx

Meta Platforms. (2025, 28 de setembro*). In India, Instagram debuts a Reels-first experience for its mobile app*. https://about.fb.com/news/2025/09/in-india-instagram-debuts-a-reels-first-experience-for-its-mobile-app/

Meshi, D., Tamir, D. I., & Heekeren, H. R. (2015). The Emerging neuroscience of social media. *Trends in cognitive sciences*, *19*(12), 771-782. https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.09.004

Mundaden, M. (2025, 25 de fevereiro). *2025 social media industry benchmark report*. Rival IQ. https://www.rivaliq.com/blog/social-media-industry-benchmark-report/

Noronha, A. C. C. (2024). Dispersos em tempos de economia da atenção: a tecnologia e nós. *Texto livre*, *17*, e47843. https://www.scielo.br/j/tl/a/y4xRFwzJGfv3TW4TGhp9zrh/?format=pdf&lang=pt

Pariser, E. (2012). *O Filtro invisível: O que a internet está escondendo de você*. Zahar.

Pontes, L. M., & Souza, L. C. (2021). Curtir, comentar e compartilhar: o indivíduo, a internet e a indústria cultural. In P. F. D. Silva, C. S. Borzuk, & G. Gonçalves Junior (Orgs.). *Teoria crítica, violência e resistência* (pp. 147-160). Blucher.

Rocha, J. C. D. C. (2023). *Bolsonarismo: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva.* Autêntica.

Rodrigues, A. T. (1999). Neoliberalismo: gênese, retórica e prática. *Filosofia, sociedade e educação*, *1*(1), 193-225. https://ghiraldelli.org/wp-content/uploads/2008/07/neoliberalismo_alberto_tosi.pdf

Rosa, R. R. (2019). Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. *Argumentos*, *11*(21), 154-165. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43845/1/2019_art_rrrosa.pdf

Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. I. L. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

Sherman, L. E., Payton, A. A., Hernandez, L. M., Greenfield, P. M., & Dapretto, M. (2016). The power of the like in adolescence: Effects of peer influence on neural and behavioral responses to social media. *Psychological science*, *27*(7), 1027–1035. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27247125/

Sherman, L. E., Greenfield, P. M., Hernandez, L. M., & Dapretto, M. (2018). Peer influence via Instagram: Effects on brain and behavior in adolescence and young adulthood. *Child Development*, *89*(1), 37-47. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5730501/

Simon, H. A. (1971). Designing organizations for an information-rich world. In M. Greenberger, (Ed.). *Computers, communication, and the public interest* (p. 37-72). Johns Hopkins University Press.

Srnicek, N. (2018). Capitalismo de plataformas. Caja Negra.

Stanton, A. (Diretor). (2008). *WALL·E* [Filme]. Pixar Animation Studios; Walt Disney Pictures.

Stefanuto, J. R. R. (2024). Neoliberalismo, subjetividade e indústria cultural no Brasil: uma proposta de interpretação a partir da teoria crítica. *Aurora: Revista de arte, mídia e política, 17*(50), 135–155. https://doi.org/10.23925/1982-6672.2024v17i50p135-155

Stiegler, B. (2015). *States of shock: Stupidity and knowledge in the twenty-first century*. Polity Press.

Wu, T. (2017). *The attention merchants: The epic scramble to get inside our heads*. Knopf.

Zuboff, S. (2020). *A Era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

Zuin, V. G., & Zuin, A. A. S. (2018). A indústria cultural algorítmica na era da internet das coisas. *Educação e filosofia*, *32*(66), 1131-1156. https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v32n66a2018-07

NEOLIBERALISMO E CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE PELA ECOLOGIA POLÍTICA

Júlio Cesar Voltolini

Caminhando descalço pela selva, a sombra parecia mais densa que a noite, e a luz que descia entre as copas era tão antiga quanto a respiração do mundo. O ar carregava o perfume doce da madeira úmida, e o coro de aves e primatas anunciava um segredo que ninguém jamais ouviria por completo. Os cipós desciam desde o alto como serpentes dormidas, e riachos de água cor de canela corriam frios, guardando na areia o sussurro das raízes ancestrais. Sobre o solo, sementes cochichavam entre si, lembrando como haviam dançado em voo de mãos dadas pelas copas ao solo para renascer no dia seguinte. Mas os mesmos pés que tocavam esse chão sagrado sentiram o feitiço se romper. As sombras fugiram para o topo das copas, e a luz caiu como fogo sobre a pele. A selva se desfez de repente, como se as próprias sombras tivessem apagado um sonho antigo. O sol parecia ter sido arremessado sobre troncos queimados, e o vento trazia o hálito negro da fumaça. Era um campo de guerra, mas de quais tribos? Árvores reduzidas a carvão, o solo aberto em feridas vermelhas, e um silêncio de morte com o sorriso irônico da fumaça. Mais adiante, o pasto e o gado se estendiam em linha reta até um infinito impossível, todos enredados em cipó de metal farpado que sangrava meus pés. E a fumaça, ao subir pelo meu corpo, sussurrou ao meu rosto que a muralha verde atrás de mim seria a próxima a cair. Aos poucos meu corpo em nuvem de flores azul cobalto e cauda de múltiplos cipós se desfez; novamente morri com a imagem ao longe de um ser, um único ser, era estranho, olhos grandes em cor, tinha apenas duas patas e me olhando eu vi, ele era branco, muito branco.

Em um mundo marcado pelas crises ambientais e sociais, florestas da América Latina emergem como o principal campo de batalha de um conflito complexo: o embate entre a natureza e a racionalidade neoliberal. Longe de serem apenas problemas técnicos de desmatamento, a degradação e a destruição desses ecossistemas podem ser interpretadas, sob determinadas abordagens críticas da governança ambiental, como expressão de processos que transformam bens comuns em ativos econômicos e reconfiguram as relações entre Estado, mercado e comunidades locais.

Propõe-se, portanto, uma análise aprofundada desse problema, utilizando seis estudos de caso críticos que, em conjunto, revelam as múltiplas facetas do neoliberalismo nas florestas. Eles demonstram que, ao buscar

soluções de mercado para problemas ecológicos, essa ideologia, não apenas falha em proteger as florestas, mas também aprofunda as desigualdades sociais. De maneira sistemática, o neoliberalismo despolitiza a conservação, ignorando as lutas por direitos territoriais e as dinâmicas sociais e de gênero, enquanto, paradoxalmente, exige um Estado forte para sustentar sua lógica de acumulação. A questão central não é apenas como gerir as florestas de forma mais eficiente, mas como a sociedade pode construir um novo paradigma que valorize a vida em detrimento do lucro. Embora os estudos selecionados dialoguem com diferentes tradições críticas, sua articulação é orientada principalmente pelo campo da Ecologia Política, abordagem que investiga como relações de poder, desigualdade e disputa territorial moldam os processos de transformação ambiental.

A análise utiliza os estudos de Devine e Baca (2020), Hecht (2007), Humphreys (2009), Liverman e Vilas (2006), Stewart *et al*, (2021) e Vecchia e Gonçalves (2024), que estão entre os mais citados sobre Neoliberalismo e conservação de florestas na América Latina.

Do ponto de vista metodológico, adota-se uma revisão narrativa orientada por amostragem teórica. Os estudos foram selecionados por representarem diferentes escalas analíticas (internacional, regional e local) e distintas interpretações críticas sobre governança ambiental, conservação florestal e neoliberalismo na América Latina. A seleção dos artigos foi feita para uma análise multifacetada do neoliberalismo e da conservação florestal na América Latina, abrangendo, desde a formulação de políticas internacionais, até os impactos sociais e ambientais locais.

Vecchia e Gonçalves (2024) oferecem um estudo de caso contemporâneo na Amazônia, focando na lógica técnico-gerencialista e na despolitização da governança climática neoliberal, e Stewart *et al*. (2021) contextualizam a destruição amazônica sob o governo Bolsonaro como "neoliberalismo sem limites" com consequências socioecológicas diretas. Para uma perspectiva social micro é essencial citar Hecht (2007, que demonstra como o neoliberalismo ignora a divisão de gênero do trabalho e os custos de oportunidade do tempo das mulheres em projetos extrativistas, levando ao seu fracasso. A base teórica macro é fornecida por Liverman e Vilas (2006), que traçam as interconexões entre políticas neoliberais (privatização, mercantilização de recursos, pagamentos por serviços ambientais) e a gestão ambiental na América Latina, revelando impactos variados. Já Devine e Baca (2020) introduzem o "neoliberalismo verde" como um momento contemporâneo na governança ambiental global, caracterizado por soluções de mercado para biodiversidade e sequestro de carbono, ascensão de atores não estatais e militarização da conservação. Finalmente, Humphreys (2009) explora a influência ideológica do neoliberalismo na política florestal internacional,

destacando a primazia da mercantilização, do setor privado e do voluntarismo, em detrimento de regulamentações mais rígidas, e delineando os limites da ação política nesse campo.

1. O Contexto da Governança Neoliberal e as Florestas

> The weakening of environmental protection in the Amazon has been systematic and a feature of the Brazilian shift from neo-liberalism to neo-developmentalism which can be characterised politically as neo-liberal authoritarianism. Stewart et al. (2021)

1.1. O Neoliberalismo e sua Relação com o Meio Ambiente

O neoliberalismo é um conceito multifacetado. Segundo David Harvey (2005), constitui um projeto político de classe voltado à acumulação de capital e à restauração do poder econômico das elites. Michel Foucault (1979) analisa-o como uma forma de governamentalidade que molda indivíduos e populações segundo a lógica do mercado. Já Pierre Dardot e Christian Laval (2009) destacam sua dimensão como racionalidade que penetra todas as esferas da vida social. Neste estudo, adota-se uma compreensão ampliada do neoliberalismo, entendido simultaneamente como racionalidade política, projeto econômico e tecnologia de governança que reorganiza as relações entre Estado, sociedade e natureza.

Adota-se, neste estudo, a Ecologia Política como principal referencial analítico. A Ecologia Política constitui um campo interdisciplinar que investiga as relações entre natureza e sociedade a partir das dinâmicas de poder, desigualdade e conflito territorial. Em vez de compreender a degradação ambiental como resultado de fatores exclusivamente técnicos ou comportamentais, essa abordagem enfatiza como processos históricos de acumulação, políticas estatais e estruturas econômicas moldam o acesso, o controle e a transformação dos recursos naturais. Autores como Blaikie e Brookfield (1987) demonstram que a degradação ambiental está intrinsecamente ligada a relações sociais desiguais, e estudos posteriores ampliam essa perspectiva ao analisar a governança ambiental como arena de disputa política. Aqui a Ecologia Política é utilizada como lente interpretativa para compreender como a governança neoliberal das florestas na América Latina reorganiza relações de poder, produz desigualdades socioambientais e redefine o acesso aos recursos naturais.

No contexto da conservação de florestas, o neoliberalismo transforma a natureza em mercadoria, abrindo novas fronteiras de acumulação de capital e concentrando poder econômico em empresas e investidores globais. Assim, comunidades locais e povos indígenas perdem poder de decisão. Essa lógica

subordina a proteção ambiental à rentabilidade, priorizando áreas lucrativas no mercado de carbono em detrimento de formas comunitárias e tradicionais de cuidado da natureza.

Além disso, como destaca Wendy Brown (2015; 2019), determinadas formas contemporâneas de racionalidade neoliberal podem reduzir espaços democráticos e deslocar decisões coletivas para mecanismos orientados pelo mercado. Desse modo, despolitizam a gestão ambiental: mulheres, negros, indígenas e populações LGBT são marginalizados, tendo suas formas de vida e saberes desvalorizados, reduzidos a beneficiários de projetos ou consumidores de produtos verdes.

Assim, o neoliberalismo na conservação não é apenas uma política ambiental, mas um processo que fragiliza direitos coletivos, reproduz exclusões sociais e transforma, tanto a floresta quanto os grupos vulnerabilizados, em objetos de gestão e rentabilização.

A ascensão do neoliberalismo como força ideológica dominante transformou as relações entre o estado, a sociedade e a natureza em escala global. Longe de ser apenas um conjunto de políticas econômicas, o neoliberalismo é uma forma de racionalidade de governança que se infiltra em diversas esferas, incluindo a política ambiental. Conforme argumenta Humphrey (2009), essa ideologia que se inspira no liberalismo clássico preconiza um papel central para os mercados, na alocação de recursos e na solução de problemas, incentivando a privatização, a desregulamentação e a responsabilidade individual. No contexto florestal, essa visão se manifesta na promoção de soluções de mercado para a conservação e para transferência de responsabilidades ambientais para o setor privado e para atores não estatais. Humphreys (2009) demonstra como esses princípios fundamentais, o aumento do papel dos mercados, a ênfase no setor privado e a regulamentação voluntária penetraram de forma sistêmica as "soft laws" internacionais sobre florestas desde 1992, moldando acordos e mecanismos globais, como o Protocolo de Quioto.

A governança é o conjunto de regras, processos e atores que influenciam como algo é gerenciado, não se limitando à ação do governo. Nos estudos de Vecchia e Gonçalves (2024), Devine e Baca (2020) e Liverman e Vilas (2006), a ideia de governança vai além do simples governo (a ação do Estado),A governança neoliberal refere-se a um sistema de gestão das florestas que promove a participação central do mercado e do setor privado. Em vez de ser apenas uma função do Estado, a tomada de decisões sobre as florestas é distribuída entre diversos atores, como empresas, ONGs e organismos internacionais. Essa forma de governança manifesta-se em mecanismos como a certificação florestal, com a qual empresas privadas avaliam e atestam práticas de manejo sustentável, no comércio de créditos de carbono (REDD+), em que a floresta se torna um ativo financeiro para ser negociado no mercado, e nas

parcerias público-privadas, por meio das quais o Estado se associa ao setor privado para projetos de conservação. Assim, a governança neoliberal das florestas é o "como" as florestas são gerenciadas, e essa gestão é guiada pela ideologia que busca soluções de mercado para problemas ambientais.

1.2. O Conceito de "Floresta Política"

> *...(sobre a despolitização) it inserts the actors involved and the Amazon rainforest itself into a technical-managerial logic that contributes to depoliticizing the process of defining possible projects for the territory.*
>
> Vecchia e Gonçalves (2024)

A aplicação da lógica neoliberal aos ecossistemas florestais vai além da simples privatização. Ela reconfigura a própria natureza da floresta, desnaturalizando-a, para que se torne uma entidade político-ecológica, ou o que Nancy Peluso e Peter Vandergeest chamam de "floresta política" (Devine e Baca, 2020).

Segundo essa perspectiva, a noção de floresta política desloca o entendimento da floresta como simples entidade biofísica, para compreendê-la como território produzido por relações históricas de poder, conflito e negociação social. As florestas não são apenas um "recurso natural" a ser gerenciado, mas um espaço onde o poder é territorializado e onde as relações sociais e ecológicas são constantemente negociadas e redefinidas.

Devine e Baca (2020) identificam uma "quarta onda" de governança florestal, que rotulam como "neoliberalismo verde," uma era caracterizada pela crescente entrada de atores não estatais, como ONGs, corporações e fundações, na gestão florestal, e pela priorização de soluções de mercado, como a conservação da biodiversidade e o sequestro de carbono.

Nesse cenário, a floresta é frequentemente re-imaginada através de lentes econômicas e tecno-gerenciais. Vecchia e Gonçalves (2024), por exemplo, analisam o projeto piloto Floresta+Amazônia no Brasil como um caso paradigmático dessa racionalidade. Eles argumentam que, mesmo sem transações financeiras diretas, o projeto insere a floresta e os atores locais em uma lógica técnica e gerencial, na qual a conservação é vista como um problema a ser resolvido com métricas e instrumentos financeiros. Essa abordagem, eles alertam, contribui para a despolitização dos conflitos ambientais, obscurecendo as tensões sociais, as desigualdades e as questões de poder que estão no cerne da degradação florestal. No entanto, é crucial notar, como afirmam Liverman e Vilas (2006), que a implementação e os impactos do neoliberalismo variam enormemente entre nações e locais, dependendo do contexto político e institucional.

Assim, propõe-se, neste texto, aprofundar a análise dessa relação complexa e multifacetada. A partir de uma análise comparativa dos seis estudos,

argumenta-se que o neoliberalismo, longe de ser um fenômeno uniforme, opera em sinergia com o estado para reestruturar as relações entre sociedade e natureza. Examina-se como essa ideologia se manifesta em diferentes escalas, desde a política internacional de Humphreys (2009) até a dinâmica regional na América Latina, explorada por Liverman e Vilas (2006). Abordamos, em particular, as expressões mais extremas e recentes, como o "autoritarismo neoliberal" (Stewart *et al*., 2021) na Amazônia sob a administração Bolsonaro e a dimensão de gênero e trabalho frequentemente invisibilizada nas reservas extrativistas (Hecht, 2007). Em última análise, busca-se demonstrar que a governança neoliberal das florestas é um campo de disputa ideológica e territorial, onde a racionalidade do mercado colide com as realidades sociais, culturais e ecológicas dos povos que dependem diretamente desses ecossistemas.

2. Mecanismos de Governança Neoliberal em Escala Internacional

2.1. A Ideologia Neoliberal na Política Florestal Internacional

A ideologia neoliberal não é apenas um conjunto de princípios teóricos, mas uma força pragmática que se manifesta em mecanismos concretos de governança. Em nível internacional, sua influência pode ser rastreada na política florestal desde o final do século XX. Como observa Humphreys (2009), as chamadas "leis brandas" (soft laws), como os acordos e relatórios negociados no âmbito da Organização das Nações Unidas, foram sistematicamente permeadas por três princípios neoliberais: a ampliação do papel dos mercados, o fortalecimento do setor privado e o incentivo à regulamentação voluntária. Essa permeabilidade ideológica levou à adoção de esquemas de certificação florestal e de mecanismos de mercado (como o comércio de emissões), que se tornaram elementos centrais na política florestal global, como exemplificado pelo Protocolo de Quioto e, mais recentemente, em iniciativas como o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

2.2. Estudos de Caso em Florestas e Clima

A racionalidade do mercado estende-se aos mecanismos de financiamento climático, um ponto crucial para a compreensão da governança neoliberal. Vecchia e Gonçalves (2024), ao analisarem o projeto piloto Floresta+ Amazônia, ilustram como essa lógica opera na prática. Eles argumentam que, mesmo sem transações financeiras diretas entre atores privados, o projeto incorpora uma lógica tecno-gerencial que "despolitiza" a questão da conservação, transformando-a em um problema de otimização econômica e de gestão técnica. A floresta, nesse contexto, deixa de ser um local de conflitos sociais e territoriais para se tornar um objeto de gerenciamento para a provisão de "serviços ambientais", como a manutenção do estoque de carbono. Os

autores, ao se basearem na literatura crítica sobre o mecanismo REDD+, mostram como a quantificação e a precificação da natureza são ferramentas que acabam por neutralizar as lutas políticas de atores marginalizados, como os povos indígenas e as comunidades tradicionais, cujas reivindicações de direitos e de autonomia territorial são relegadas a um segundo plano, em prol de métricas de carbono e de eficiência de projetos.

2.3. Comparação de Abordagens

A análise comparativa dos artigos de Humphreys (2009) e Vecchia e Gonçalves (2024) revela uma coerência ideológica entre os níveis global e local. Humphreys (2009) concentra-se na penetração do discurso neoliberal nas esferas de negociação política internacional, e Vecchia e Gonçalves (2024) demonstram como essa ideologia se traduz em um projeto concreto no território. Eles sublinham que, paradoxalmente, a implementação de políticas neoliberais necessita de um estado forte para criar e manter a infraestrutura regulatória que permite que o setor privado e outros atores não estatais operem nesse espaço. Este ponto refuta a ideia de um "estado mínimo" e reforça a visão de que o estado neoliberal é um ator ativo na reestruturação das relações sociais e ecológicas. Ambos os estudos sublinham a importância de se analisar, não apenas as políticas em si, mas também as racionalidades e os discursos que as justificam, revelando como a lógica da acumulação de capital e a busca por eficiências de mercado se tornaram o alicerce da política ambiental contemporânea.

3. O Neoliberalismo e seus Impactos em Nível Regional e Local na América Latina

> *We label this fourth moment 'green neoliberalism' to identify an era of global environmental governance characterised by market-based solutions to socio-ecological problems...*
>
> Devine e Baca (2020)

3.1. A América Latina como Laboratório Neoliberal

A América Latina tem sido historicamente um epicentro para a implementação e os impactos das políticas neoliberais. Liverman e Vilas (2006) fornecem uma análise abrangente de como a agenda neoliberal de livre comércio e menor intervenção estatal alterou a gestão ambiental em toda a região. Eles demonstram que a privatização e a mercantilização de recursos ambientais e bens comuns, como florestas, água e biodiversidade, tornaram-se uma característica central das políticas neoliberais. Embora reconheçam que o neoliberalismo pode ter gerado resultados variados em diferentes lugares, os autores destacam que ele frequentemente resulta na destruição de meios de subsistência e paisagens. A crítica de Karl Polanyi sobre a "utopia do mercado" é resgatada por eles para

contextualizar como a tentativa de submeter a natureza e o trabalho à lógica do mercado pode levar a crises sociais e ambientais.

3.2. O Caso da Amazônia sob o Neoliberalismo Autoritário

Em uma escala mais específica, a Amazônia brasileira serve como um estudo de caso contundente. Stewart *et al.* (2021) analisaram o avanço da destruição ambiental na região sob a administração do presidente Bolsonaro, que eles caracterizam como uma forma de "autoritarismo neoliberal". Eles argumentam que o enfraquecimento sistemático da proteção ambiental e a violência contra as comunidades tradicionais não são meros acidentes, mas parte de uma agenda política que busca abrir a Amazônia para a exploração de capital em detrimento dos direitos sociais e ambientais. A pandemia de COVID-19, nesse contexto, exacerbou a vulnerabilidade dos povos indígenas e das comunidades de descendentes de africanos, com madeireiros e invasores ilegais agindo como vetores de transmissão de doenças em territórios onde a presença do estado é enfraquecida. Esse cenário ilustra como o neoliberalismo, quando combinado com um estado autoritário, pode levar a uma desregulamentação extrema e a uma apropriação violenta da natureza e da terra.

3.3. Gênero, Trabalho e Reservas Extrativistas

> *...the main form of surplus extraction in these systems is the underpaid or unpaid labour of women and children.*
>
> Hecht (2007)

A dimensão de gênero e trabalho, muitas vezes negligenciada, é fundamental para se entender o impacto do neoliberalismo nas comunidades florestais. Hecht (2007) traz uma perspectiva crucial ao explorar o papel frequentemente invisível das mulheres em reservas extrativistas da Amazônia. Analisando o caso das mulheres em reservas de castanha-do-pará, a autora argumenta que a falta de atenção às obrigações de trabalho feminino e os custos de oportunidade de seu tempo levaram ao fracasso de projetos de desenvolvimento, como o Projeto Castanha. Hecht (2007) revela que a principal forma de "extração de excedente" nessas economias não é a venda de produtos, mas o trabalho não remunerado ou mal pago de mulheres e crianças. Ela recorre a conceitos de autores como o sociólogo Pierre Bourdieu, para analisar a invisibilidade do trabalho feminino e a lógica de acumulação social em contextos rurais. Essa análise demonstra que a racionalidade neoliberal, ao ignorar o complexo tecido social e a divisão de trabalho dentro das famílias, acaba por minar a própria viabilidade das economias extrativistas que pretende "modernizar".

4. Análise Comparativa e Síntese dos Artigos

4.1. Convergência de Temas

A análise dos seis estudos revela que o neoliberalismo não é um fenômeno monolítico, mas uma ideologia de governança que se adapta e se manifesta de maneiras distintas em diferentes escalas e contextos. Todos os estudos convergem para um ponto central: a privatização e a mercantilização dos recursos naturais e dos serviços ambientais são pilares dessa agenda. Essa racionalidade, que busca soluções de mercado para problemas socioambientais, é a força motriz por trás das mudanças na governança florestal, em nível global ou local.

4.2. Diferenças de Perspectiva

Apesar dessa convergência ideológica, os autores abordam a questão de perspectivas e escalas diferentes, o que enriquece a compreensão do fenômeno.

Humphreys (2009) foca na ideologia e no discurso em nível de política internacional. Ele demonstra como o neoliberalismo, por meio de seus princípios de mercado e regulação voluntária, penetrou nas "leis brandas" globais, legitimando uma abordagem gerencialista para as florestas.

Liverman e Vilas (2006) adotam uma visão ampla e regional, revisando os impactos do neoliberalismo na América Latina. Eles destacam a variabilidade de resultados em diferentes países, mostrando que, embora a mercantilização da natureza seja uma constante, os efeitos são moldados por contextos políticos e institucionais específicos.

Vecchia e Gonçalves (2024) e Stewart *et al*. (2021) oferecem análises mais específicas sobre o Brasil e a Amazônia. Vecchia e Gonçalves (2024) examinam a racionalidade tecno-gerencial em um projeto de REDD+, ilustrando como a conservação se torna uma questão de gestão econômica, o que, segundo eles, despolitiza os conflitos. Por sua vez, Stewart et al. (2021) revelaram uma manifestação extrema do neoliberalismo, o "autoritarismo neoliberal" da administração Bolsonaro, que desmantela sistematicamente a proteção ambiental e aprofunda a vulnerabilidade de comunidades tradicionais.

Hecht (2007) traz uma lente de gênero e trabalho, revelando as dinâmicas sociais invisibilizadas pela economia extrativista. Ao focar no trabalho não remunerado de mulheres e crianças em reservas extrativistas, ela demonstra que a racionalidade neoliberal, ao ignorar essas realidades sociais complexas, pode minar a viabilidade dos próprios sistemas que busca "modernizar".

A síntese dessas abordagens demonstra que o neoliberalismo nas florestas é um fenômeno multifacetado. Ele é uma ideologia que opera em diferentes escalas, gera resultados variados, pode operar em conjunto com

formas autoritárias de governança e afeta de forma diferenciada os grupos sociais. A convergência dessas análises mostra que a relação entre o neoliberalismo e as florestas é, em essência, uma luta contínua por poder, por recursos e por diferentes visões sobre o que a floresta é e para quem ela serve. Quando analisados comparativamente, os estudos diferem, não apenas em escala, mas também no papel atribuído ao Estado, aos mercados e às comunidades locais. Humphreys (2009) enfatiza a institucionalização internacional de princípios neoliberais, Stewart et al. (2021) destacam sua articulação com formas autoritárias de governança, Hecht (2007) evidencia seus efeitos sobre relações sociais e de trabalho e Liverman e Vilas (2006) ressaltam a variabilidade dos resultados conforme os contextos políticos.

4.3. O futuro das florestas da América Latina e o Neoliberalismo

Embora os estudos revisados não tenham sido concebidos como modelos normativos de intervenção, sua leitura comparativa permite identificar princípios que podem orientar alternativas. Com base nas falhas do neoliberalismo na gestão e conservação das florestas, é possível inferir alternativas que contrastam com a lógica de mercado e a redução da intervenção estatal. As críticas levantadas apontam para estas direções:

1. Fortalecimento da Governança e do Estado: em oposição à política de "menos governo" do neoliberalismo, que pode levar à desregulamentação ambiental e à falta de fiscalização. Uma alternativa seria o fortalecimento das políticas estatais. Isso incluiria a implementação de regulamentações mais rigorosas e maior controle sobre as atividades extrativas e de desmatamento. Stewart *et al.* (2021) ressaltam que o enfraquecimento da proteção ambiental foi uma característica de uma gestão política de caráter "neoliberal autoritário";
2. Valorização das Economias Comunitárias e Extrativistas: os artigos criticam a comodificação da natureza e a falta de atenção às comunidades locais. Uma alternativa seria apoiar modelos que não dependem do corte de árvores para a exploração econômica, como as reservas extrativistas. Hecht (2007) defende a criação de mais opções para apoiar economias extrativistas em projetos urbanos e vilarejos, valorizando o trabalho das mulheres rurais, que muitas vezes são ignoradas em projetos de desenvolvimento;
3. Reconhecimento e Demarcação de Terras Indígenas: A vulnerabilidade das florestas é diretamente ligada à falta de proteção territorial. O estudo de Stewart *et al.* (2021) aponta que as terras indígenas que não são formalmente demarcadas estão mais suscetíveis a invasões e crimes ambientais. A demarcação dessas terras e o fortalecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais são uma alternativa fundamental para a conservação;

4. Governança Descentralizada e Participativa: O artigo de Liverman e Vilas (2006) menciona a transferência da gestão ambiental para "instituições locais ou não governamentais". A crítica à centralização da produção em fábricas, como no Projeto Castanha, analisado por Hecht (2007), também aponta para a importância da descentralização e da participação comunitária na gestão dos projetos, garantindo que as demandas e a mão-de-obra local sejam consideradas; e
5. Abordagens Não-Comerciais para a Conservação: Os textos criticam a "racionalidade neoliberal" que propõe soluções econômicas e técnico-gerenciais para a conservação, como o pagamento por serviços ambientais e os mecanismos de mercado (ex: REDD+). Esses modelos são vistos como uma forma de "despolitizar" a definição de projetos no território. As alternativas sugeridas, portanto, opõem-se à mercantilização das florestas e defendem a conservação com base em valores que não são monetários, como os saberes e práticas locais.

Sobre essas práticas é necessário aprofundamento, e os estudos revisados apontam para a importância de abordagens que se opõem à lógica de mercado, e as práticas locais que se destacam são:

As Economias Extrativistas

O estudo de Hecht (2007) critica um projeto que tentou industrializar a produção de castanha-do-pará e que falhou, por não considerar o papel e o tempo das mulheres rurais na coleta e no processamento. A alternativa defendida é o apoio a modelos baseados no conhecimento das comunidades extrativistas. Isso valoriza o uso sustentável da floresta, pois a economia local baseia-se em produtos que não exigem o corte das árvores.

Governança Comunitária e Direitos Territoriais

Os textos apontam para a importância de dar o controle da gestão ambiental a instituições locais ou não governamentais, em vez de um modelo centralizado e de cima para baixo.

O estudo de Stewart *et al.* (2021) enfatiza que as terras indígenas que não são formalmente demarcadas ficam mais vulneráveis a invasões e crimes ambientais. Isso sugere que a demarcação e o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas são uma prática fundamental para a conservação. A lógica por trás dessa alternativa é que os povos indígenas têm conhecimento intrínseco e uma forma de organização social que são eficazes na proteção das florestas.

Liverman e Vilas (2006) entendem que a governança descentralizada e participativa é uma alternativa à privatização. A ideia é a de que as próprias comunidades tenham voz ativa e poder de decisão sobre seus territórios, o que se opõe aos modelos técnico-gerenciais que "despolitizam" as decisões sobre a terra, como argumentam Vecchia e Gonçalves (2024).

Em resumo, as práticas e saberes locais não são apenas métodos de coleta de recursos, mas também formas de organização social, de governança e de relação com a natureza que se baseiam em valores que vão além do lucro financeiro. Eles representam uma alternativa ao modelo neoliberal que os artigos criticam.

Perspectivas Críticas e Alternativas ao Neoliberalismo

Neste estudo, considera-se que a Ecologia Política opera como eixo articulador das diferentes perspectivas mobilizadas, permitindo conectar governança ambiental, mercantilização da natureza, desigualdade social e conflitos territoriais. Diversas linhas teóricas e movimentos sociais atuais dialogam diretamente com uma possível mudança de paradigma, oferecendo modelos de sociedade que priorizam a justiça social e a sustentabilidade ecológica. Aqui estão algumas das principais linhas teóricas que se encaixam nesse debate:

1. Ecologia Política

Blaikie, P., & Brookfield, H. (1987). Land degradation and society.

Esta obra é um marco na Ecologia Política. Os autores argumentam que a degradação ambiental não é apenas um problema técnico (como a erosão do solo), mas também um processo enraizado em relações sociais e políticas. Demonstram como a degradação da terra é um reflexo direto de desigualdades de poder e de acesso a recursos, desafiando a visão neoliberal que responsabiliza apenas os indivíduos pela má gestão ambiental. A Ecologia Política é um campo de estudo que, de forma muito próxima aos artigos, analisa a relação entre poder, política, economia e meio ambiente. Ela argumenta que os problemas ambientais não são apenas questões técnicas ou científicas, mas também o resultado de desigualdades sociais, relações de poder e a apropriação de recursos. Em vez de tratar o desmatamento como um problema de "gestão", a Ecologia Política investiga quem se beneficia e quem é prejudicado pelo processo, mostrando como as elites políticas e econômicas usam a lógica de mercado para se apropriar de terras e recursos, explorando comunidades vulneráveis.

2. Pós-Crescimento e Decrescimento (Degrowth)

Latouche, S. (2009). Farewell to growth: A guide to degrowth.

Nesta obra, Latouche critica o mito do crescimento econômico ilimitado, que é o motor do neoliberalismo. Ele argumenta que o crescimento contínuo em um planeta com recursos finitos é insustentável e leva a crises ecológicas e sociais. Propõe "decrescimento" como uma alternativa, defendendo a necessidade de repensar a produção, o consumo e as relações sociais para alcançar um modelo de sociedade que priorize a suficiência, a justiça e a sustentabilidade. Essa linha teórica desafia diretamente o dogma central do neoliberalismo: a necessidade de crescimento econômico infinito. Os defensores do Decrescimento argumentam que a busca incessante por mais produção e consumo é ecologicamente insustentável e socialmente injusta. A solução não seria um "crescimento verde", mas a transição para uma economia que busque a prosperidade humana e a saúde do planeta, em vez de focar no Produto Interno Bruto (PIB). O Decrescimento propõe a redução da produção e do consumo, o fortalecimento de economias locais e a redistribuição da riqueza, em oposição à lógica neoliberal de acumulação.

3. Teoria dos Comuns (Commoning)

Ostrom, E. (1990). Governing the commons: The evolution of institutions for collective action. Neste trabalho seminal, Elinor Ostrom contesta a crença de que os recursos comuns (como florestas e água) precisam ser privatizados ou controlados pelo Estado, para evitar sua degradação. Vencedora do Prêmio Nobel de Economia, ela utiliza estudos de caso ao redor do mundo para mostrar que as comunidades, por meio de arranjos de governança local e regras auto-organizadas, são passíveis de gerir esses recursos de forma sustentável e equitativa, oferecendo uma alternativa prática à lógica do mercado e do Estado. A Teoria dos Comuns, popularizada por autores como Elinor Ostrom, oferece uma alternativa, tanto à privatização (lógica neoliberal), quanto à estatização. Ela propõe arranjos policêntricos de governança que combinam instituições locais, mecanismos coletivos e diferentes escalas de coordenação, sugerindo que a solução para a gestão de recursos como florestas, água e ar está na governança coletiva, na qual as próprias comunidades que dependem desses recursos criam e aplicam suas próprias regras de uso e preservação. Essa abordagem se opõe diretamente à mercantilização e à privatização, valorizando o conhecimento local e a capacidade das comunidades de gerir seus próprios territórios de forma sustentável, como visto de forma implícita no artigo sobre as reservas extrativistas.

4. Justiça Ambiental e Epistemologias do Sul

Santos, B. de S. (2014). Epistemologies of the South: Justice against epistemicide.

Nesta obra, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos critica a hegemonia do conhecimento ocidental e a sua tendência a "assassinar"

(epistemicídio) outros saberes. Ele defende a valorização das "Epistemologias do Sul", que são os conhecimentos, as práticas e as lutas das comunidades marginalizadas globalmente. O livro é um chamado para que a ciência, a política e a economia reconheçam e incorporem as vozes dos oprimidos na construção de uma justiça global mais robusta e completa.

Bullard, R. D. (1990). Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality.

Considerado o livro que lançou o movimento da Justiça Ambiental, Robert Bullard analisa como lixões, indústrias poluentes e outras ameaças ambientais são desproporcionalmente localizadas em comunidades negras e de baixa renda, nos Estados Unidos. A obra demonstra que o acesso a um meio ambiente saudável é uma questão de direitos civis, e aponta as profundas injustiças raciais e de classe que as políticas ambientais neoliberais frequentemente ignoram ou exacerbam.

Estas linhas teóricas se concentram nas dimensões de poder e desigualdade, dando voz a grupos historicamente marginalizados. A Justiça Ambiental destaca que a carga da degradação ambiental (poluição, desmatamento, etc.) recai desproporcionalmente sobre as comunidades mais pobres e racializadas. As Epistemologias do Sul, propostas por Boaventura de Sousa Santos, buscam valorizar os conhecimentos e as lutas sociais de povos indígenas, comunidades quilombolas e camponeses, que muitas vezes são invisibilizados pela ciência e pela economia ocidental. Ambas as abordagens oferecem uma visão que prioriza a luta por direitos e o reconhecimento de múltiplas formas de saber, em oposição à lógica neoliberal, que universaliza soluções de mercado.

Esses núcleos teóricos, embora diferentes, compartilham um objetivo comum: desafiar a ideia de que o mercado é o único e mais eficiente alocador de recursos. Propõe-se, em vez disso, a construção de sociedades mais justas, democráticas e ecologicamente sustentáveis, nas quais a saúde do planeta e o bem-estar das pessoas são priorizados em detrimento do lucro.

O futuro da conservação florestal na América Latina não pode ser fundamentado exclusivamente em mecanismos de mercado que reproduzam desigualdades, mas tende a depender de projetos políticos que integrem justiça socioambiental, soberania territorial e reconhecimento da natureza como bem comum.

Referências

Blaikie, P., & Brookfield, H. (1987). Land degradation and society. Methuen.

Brown, W. (2019). Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia.

Bullard, R. D. (1990). Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality. Westview Press.

Dardot, P., & Laval, C. (2019). A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal (3ª ed.). Boitempo.

Devine, J. A., & Baca, J. (2020). Neoliberalism and the political forest in Guatemala. The Journal of Peasant Studies, 47(3), 580–600.

Escobar, A. (1995). Encountering development: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press.

Foucault, M. (2004). Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978–1979). Martins Fontes.

Harvey, D. (2005). A brief history of neoliberalism. Oxford University Press.

Hecht, S. B. (2007). Factories, forests, fields and family: Gender and neoliberalism in extractive reserves. Journal of Agrarian Change, 7(3), 316–347.

Humphreys, D. (2009). Discourse as ideology: Neoliberalism and the limits of international forest policy. Forest Policy and Economics, 11(5–6), 319–325.

Latouche, S. (2009). Farewell to growth: A guide to degrowth. Polity Press.

Liverman, D. M., & Vilas, S. (2006). Neoliberalism and the environment in Latin America. Annual Review of Environment and Resources, 31(1), 327–363.

Martínez-Alier, J. (2002). The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar.

Ostrom, E. (1990). Governing the commons: The evolution of institutions for collective action. Cambridge University Press.

Santos, B. de S. (2014). Epistemologies of the South: Justice against epistemicide. Paradigm Publishers.

Stewart, A. M., Benjaminsen, T. A., & da Rocha, G. M. (2021). The Bolsonaro paradox: Neoliberalism and environmental politics in the Brazilian Amazon. Geoforum, 118, 202–211.

Vecchia, A., & Gonçalves, R. S. (2024). Forests in neoliberal climate governance: An analysis of the Floresta+ Amazônia pilot project. Sustainability, 16(3), 1125.

CORPOS-MULHER E O TRABALHO NA ERA NEOLIBERAL BRASILEIRA: UM OUTRO NO TERRITÓRIO

Camila Borges Honorato

Mariana Helloá de Oliveira Gomes

Débora Inácia Ribeiro

1. Introdução

> Eu não terei minha vida reduzida. Eu não vou me curvar ao capricho ou à ignorância de outra pessoa (bell hooks).

Este trabalho busca incluir e atualizar as discussões sobre gênero dentro da temática do neoliberalismo, sobretudo denunciando a dificuldade vivenciada pelos corpos-mulher na ocupação igualitária dos territórios. A partir dos atuais debates feministas latino-americanos, este trabalho lança mão de uma abordagem ampliada do conceito de território. Tradicionalmente, o território é abordado nas produções acadêmicas apenas como espaço físico marcado pela exploração histórica e colonial. Entretanto, aqui partimos da espacialidade interseccional do corpo, denunciando-o como território simbólico de alienação, exploração e de resistência (Halvorsen & Zaragocin, 2021).

Mais além do conceito político de corpo-território, a conjunção entre as palavras expõe a impossibilidade de separação ontológica do corpo individual do coletivo, bem como do território (Freitas, 2022). O corpo-território desliga a noção do corpo como propriedade privada e o coloca como categoria política, uma vez que não há quem não o possua, e consequentemente é também munido de território (Freitas, 2022).

A metodologia adotada é qualitativa, de caráter teórico-critico, fundamentada em revisão bibliográfica e inspirada pelos princípios do sentipensar, que propõe a superação da dicotomia entre teoria e prática, pensar e fazer (Halvorsen & Zaragocin, 2021). Com base nesse princípio, compreendemos a escrita acadêmica como um território político, que rompe com a pretensão de neutralidade e denuncia os obstáculos enfrentados pelas mulheres na ocupação dos espaços formais de produção de conhecimento. Ao adotar essa postura, promovemos uma crítica à exploração do corpo e do território como elementos inseparáveis na lógica neoliberal. Federici (2023) aponta que o desenvolvimento da sociedade capitalista produziu uma

mudança profunda na posição da mulher na sociedade e nas formas da produção de força de trabalho. A acumulação primitiva, própria do imperialismo, adquire uma nova divisão que subordina as mulheres à reprodução. Assim há uma nova ordem patriarcal e a transformação do corpo em uma máquina (Federici, 2023).

As críticas de Federici (2023) à teoria marxista representam um ponto em comum com Dardot e Laval (2016). Federici (2023) aponta a teoria marxista como utópica ao supor uma sociedade que caminharia para a libertação. As transformações do capitalismo rearranjaram as formas de violência e redefiniram as categorias históricas de dominação. Dardot e Laval (2016), ao desferirem suas críticas ao pensamento marxista tradicional, escancaram engrenagens de dominação que escapam à lógica do capital. Ambos, em diálogo com leituras foucaultianas mediadas por Federici (2023), parecem vislumbrar a tessitura dialética entre sujeito e estrutura, em que o poder se infiltra nas veias da economia e da política, moldando corpos e consciências por meio dos dispositivos do discurso.

O capitalismo em constante expansão tem buscado novos terrenos de exploração, a qual, expropriando produtores e instrumentalizando corpos, produz uma extensa gama de cercamentos, permitindo a expansão do Capital. Dessa maneira, colonialismo e feminismo estão ligados ao mesmo processo histórico de acumulação primitiva (Federici, 2023). Esses movimentos se sobrepõem e se complexificam à medida que o neoliberalismo avança. Com os interesses de liberdade econômica do *Homem Empresa* consolidados a partir dos anos 1970, uma série de reformas políticas e trabalhistas tem sido realizada com o objetivo de garantir o livre mercado e a competição (Dardot & Laval, 2016). Esse movimento de neoliberalização adquire contornos próprios e sobreposições de desigualdades com certas particularidades no Brasil.

Este estudo estrutura-se a partir da análise crítica dos corpos-mulher como territórios simbólicos e políticos, tensionados por dinâmicas de exploração, resistência e reprodução dentro do cenário neoliberal. Iniciaremos essa discussão com uma problematização ontológica e epistemológica acerca da noção de “corpo-mulher”, tomando como base teórica as contribuições existencialistas, a fim de entender os processos históricos-sociais da constituição da condição de Outro imposta à mulher. Na sequência, examinaremos a gênese da acumulação primitiva do capital e seus desdobramentos sobre os corpos-mulher, com atenção às formulações de Federici, que articulam corpos, território e violência estrutural. Posteriormente, discutiremos as especificidades da formação econômica e social brasileira, destacando as intersecções que incidem sobre a mulher negra e pobre. Abordaremos os mecanismos de subjetivação forjados pela racionalidade

neoliberal, ancorando-nos nas reflexões de Dardot e Laval e de Han. Contudo, pretendemos extrapolar tais reflexões, trazendo a discussão dos modos contemporâneos de autoexploração para a perspectiva dos corpos-mulher. Por fim, analisaremos a crise dos cuidados e a apropriação do trabalho reprodutivo feminino no âmbito das políticas públicas brasileiras, evidenciando as formas sutis de manutenção das desigualdades de gênero.

2. Ser Mulher é Ser o que Fizeram dela

Que lugar ocupa, afinal, a pessoa socialmente reconhecida como mulher na engrenagem da sociedade capitalista contemporânea? De que maneira o neoliberalismo atravessa os corpos-mulher? Para que tais perguntas possam ser enfrentadas com a devida profundidade, é preciso, antes, lançar luz sobre uma questão fundamental: o que é um corpo-mulher?

A princípio queremos marcar que mulher é uma construção social. Em outras palavras, não existe uma essência que determine o ser mulher. Ser mulher não é um dado da natureza, mas da cultura. Com isso, queremos apontar que a mulher à qual nos referimos é produto de uma relação de dominação.

O primeiro volume de *O Segundo Sexo,* de Simone de Beavoir (1949/2019), tem como objetivo revelar como os principais pilares culturais da humanidade — ciência, filosofia, religião e literatura — construíram narrativas sobre as mulheres. Ao tentar explicar a identidade da mulher, essas áreas criaram mitos, lendas e preconceitos que, ao longo do tempo, se consolidaram como verdades. Essas narrativas criaram uma “figura essencializada acerca da mulher”, limitando seus horizontes existenciais (Hilgert, 2019 p. 58)

Simone de Beauvoir (2019) afirma que a humanidade é concebida como masculina, pois o homem é visto tanto como positivo quanto neutro, “a ponto de dizermos ‘homens’ para designar os seres humanos” (p. 11). Nessa perspectiva, a mulher é relegada à posição de inessencial, enquanto o homem é o essencial, o Sujeito, o Absoluto. A mulher, então, é percebida como o “Outro”. “A mulher determina-se e se diferencia-se em relação ao homem” (Beauvoir, 2019, p. 12). A designação mulheres é sempre para-outro.

A situação singular da mulher reside no fato de que, embora, ontologicamente seja uma liberdade autônoma como qualquer ser humano, ela se descobre em um mundo onde os homens a encerram na condição de "Outro". Essa imposição busca reduzi-la à imanência, negando sua transcendência, que é constantemente sobreposta por uma consciência masculina essencial e

soberana (Beauvoir, 2019). Sobre a questão da inferioridade da mulher, nas palavras da filósofa:

> Quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido em uma situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra "ser" que precisamos entender-nos. A má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: "ser" é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres em seu conjunto "são" hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores (Beauvoir, 2019, p. 21).

Com isso, a autora destaca que a condição de inferioridade da mulher é socialmente estruturada na relação com o homem, posicionado como gênero neutro. Dito de outra forma, a condição da mulher nada tem de natural; a posição de "Outro" a ela designada é determinada social e culturalmente.

Frantz Fanon (2020) também abordou a questão da inferioridade ao investigar a relação de poder entre o colonizador e o colonizado. Para o autor, a inferiorização ou complexo de inferioridade é produto da superiorização europeia, ou seja, o colonizador cria o colonizado: "É o racista que cria o inferiorizado" (Fanon, 2020, p. 107). Diante do olhar do colonizador, o negro é objetificado e fixado à condição de "Outro", em contraste com o homem branco que é tido como o padrão universal de humanidade.

Para Jean Paul Sartre (1946/2014), o indivíduo é aquilo que faz de si mesmo, por não ser, aprioristicamente, nada. O filósofo existencialista defende que não existe uma natureza humana, e por isso, o homem é aquilo que se tornar. Daí a máxima Sartriana, "o homem está condenado a ser livre" (Sartre, 1946/2014, p. 33). Contudo, essa liberdade é situada; dito de outra forma, só é concebível em uma perspectiva de futuro, relacionando o existente com as suas possibilidades, uma totalização em curso (Sartre, 1960/2002). Nesse sentido, o que se coloca como questão é que as condições materiais do existir criam o campo de possibilidades do existente (Sartre, 1960/2002).

O corpo é o modo pelo qual o existente se lança no mundo, experimenta sua facticidade e age no mundo. Aliás, o próprio corpo é abertura do campo para os possíveis, favorecendo ou limitando situações concretas (Beauvoir, 2019). Tal horizonte existencial pode se apresentar mais amplo ou mais limitado, a depender de determinadas realidades, como raça, classe social, gênero, corpos com deficiência e intersecções. Contudo, a filósofa francesa não adota uma perspectiva biologizante acerca do corpo:

> A sujeição da mulher à espécie, os limites de sus capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que

> basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: Por que a mulher é o Outro? (Beauvoir, 2019, p. 65).

Chegado a esse ponto da discussão, já podemos ilustrar o que compreendemos por “corpo-mulher”, visto que “mulher” é produto de uma construção social e “corpo” trata-se do lugar da experiência vivida. Contudo, falar de corpo-mulher aponta para o risco de uma interpretação generalizada da experiência de mulheres que vivem diferentes formas de opressões. Grada Kilomba (2019) reflete sobre a antítese da masculinidade e da branquitude, na qual a mulher negra estaria hierarquicamente na posição mais vulnerável da relação patriarcal e colonial, sendo essa o “Outro do Outro”, por ser o outro do homem e o outro do branco. Por esse motivo, falaremos em corpos-mulher.

A experiência desses corpos é vivida como experiência imediata de impossibilidades. Embora o corpo seja abertura para aquilo que podemos fazer ou tornar-se, esse fazer está situado em um mundo que tem modos de sustentar tais possibilidades e também de restringi-las. Para compreender os fundamentos que sustentam a desigualdade que incide sobre esses corpos, é preciso retornar à origem violenta do capitalismo: a acumulação primitiva.

3. O Território que Habitamos: Mulheres e Acumulações

Prosseguimos nossa discussão abordando o conceito de acumulação primitiva do capital, pois ele representa o momento precursor dos cercamentos, articulando o corpo feminino, a escravidão e as bases do neoliberalismo. Essa ligação conceitual está diretamente relacionada ao surgimento do modo de produção capitalista, o qual implicou, em um primeiro momento, a produção de um mercado e do dinheiro como meio de troca. Entretanto, somente a existência desses elementos não é suficiente para que haja uma produção capitalista; para que isso se consolidasse, foi necessária a existência de duas “classes de homens” (Netto, 2020). Essas classes, entre o século XV e meados do século XVIII, começam a se complexificar a partir de uma disparidade: de um lado, os possuidores da terra e do dinheiro, que valorizaram suas riquezas com base na compra e uso da força de trabalho, e do outro, trabalhadores que só possuíam a mão de obra como meio de troca e subsistência (Netto, 2020). Essa disparidade, no entanto, é fruto de uma privação violenta, injusta e ilegal da posse das terras anteriormente ocupadas pelos camponeses (Netto, 2020). O resultado dessas relações, ao longo do tempo foi uma brutal concentração fundiária e um intenso êxodo rural da população trabalhadora (Netto, 2020).

A expansão do capitalismo tem desenvolvido e transformado territórios em meios de exploração (Federici, 2023). É a partir da transição do sistema feudal para o capitalismo imperialista que o corpo, assim como o território, passa a ser instrumentalizado para a acumulação do capital, produzindo uma série de cercamentos (Federici, 2023) que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, geraram uma série de movimentos sociais, em que as mulheres tiveram um papel importante para a formação de um proletariado e de lutas de resistência. Essa perspectiva é apontada por Federici (2023) como uma crítica à teoria marxista, que não reconhece que o proletário masculino gerou uma reestruturação das forças produtivas (Federici, 2023). Assim, a identidade sexual passou a ser considerada uma "função-trabalho que oculta a reprodução da vida sob disfarce de um destino biológico" (Federici, 2023, p. 39)

Os cercamentos, que antes serviam para delimitar terras, passaram a demarcar também o trabalho e as diferenças sociais, especialmente de gênero, quando mulheres começaram a ser perseguidas e assassinadas durante a chamada "caça às bruxas". Esse processo, longe de ser um fenômeno isolado ou meramente religioso, consistiu em uma violência política e instrumental, fundamental para consolidar uma visão degradada da mulher e naturalizar sua subordinação. Foi nesse contexto que se estruturou uma equivalência simbólica entre fábrica e corpo feminino, ambos transformados em instrumentos de reprodução da força de trabalho sob a lógica capitalista (Federici, 2023). Nesse sentido, a luta feminista deve ser compreendida no mesmo eixo das lutas contra a escravidão, pois ambas expressam formas estruturais de exploração que não se limitam à fase da acumulação primitiva, mas atravessam todo o desenvolvimento do capitalismo (Federici, 2023).

Para que se garanta o pleno controle da reprodução da força de trabalho na sociedade monetária que se formaria a partir do surgimento do capitalismo, houve um longo trabalho de naturalização da exploração doméstica, que deixa de ser considerado um trabalho na sociedade feudal. O uso instrumental da violência com legitimidade estatal é apontado por Federici (2023) como um recurso de disciplinarização e justificação da diferença.

Ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente desfavorecidas no tocante a direitos civis e econômicos, que incluíam práticas jurídicas como a negação do direito a herança e terras, salário e até a ocupação de cargos religiosos. Dessa maneira, as mulheres foram cercadas na esfera privada, criando-se um imaginário doméstico. É certo que a idealização da família burguesa – como uma unidade econômica, moral e divina – e os salários capazes de sustentá-la dependiam de que a figura feminina ocupasse esse lugar (Federici, 2023). Esse modelo de família não apenas reforçou a divisão sexual do trabalho, mas também criou um ideal de esposa a partir de seu negativo

perseguido e selvagem (Federici 2023). Exaltava-se, assim, a mulher obediente, passiva e dócil.

Ao contrário da pretenciosa premissa marxista — que apostava na possibilidade de transformar as relações de classe por meio de uma revolução científica —, a ciência acabou por deslocar os paradigmas orgânicos para mecânicos (Federici, 2023). Uma das estratégias de biopoder que emergem juntamente com a propagação do protestantismo foi o encontro entre as racionalidades do pensamento cartesiano e os avanços científicos da medicina, os quais promoveram uma visão fragmentada do corpo, voltada para a categorização, sobretudo, subordinada a uma ordem e saber externos (Federici, 2023).

Apesar da clara influência das obras de Foucault, Federici (2023) aponta que o autor foi alvo de muitas críticas dentro do movimento feminista ao ocultar de sua obra a diferença sexual, ainda que tenha se apropriado de formulações teóricas desenvolvida pelo próprio movimento feminista. Desse modo, o corpo passa a ser compreendido como algo essencialmente construído pelo discurso, desconsiderando correlações de forças econômicas e sociais (Federici, 2023). Existe, portanto, uma falha em identificar quais corpos exercem poder e quais territórios ocupam.

Pensando a partir do contexto brasileiro, é possível identificar particularidades no desenvolvimento econômico e suas implicações nas questões de classe, raça e gênero que se colocam como desafios para a compreensão da posição da mulher no mundo do trabalho. Diante desse desafio e em busca de romper com os cercamentos, discutiremos as particularidades do desenvolvimento do capital e a sua relação com os movimentos feministas, tomando como base as ideias de Lélia Gonzalez (2020), que traz importantes críticas ao capitalismo dependente na América Latina, em particular, no Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil seguiu uma trajetória distinta daquela observada nos países europeus, caracterizando-se pela coexistência de diferentes formas: comercial, industrial competitivo e capital monopolista (Gonzalez, 2020). O capital comercial, surgido no Brasil colônia, permitiu a acumulação primitiva do capital, criando as condições necessárias para o surgimento de um capital competitivo. Entretanto, o surgimento deste não gerou transformações nas estruturas do setor agrário, impedindo o desenvolvimento uniforme da industrialização, colocando o país em relações econômicas dependentes da exportação de matérias-primas e de alimentos.

O efeito é uma formação manca do trabalhador livre, que implicou diretamente o mercado de trabalho que mantinha vínculos empregatícios baseados na cultura colonial nos setores rurais, solidificando uma massa excedente ao sistema produtivo, integrando diferentes processos históricos (Gonzalez, 2020). A população relativa e marginalizada é apontada por

Gonzalez (2020, p 22) como “coincidentemente” de mulheres e pessoas negras. É importante ressaltar que essa coincidência não é casual, mas pressupõe uma estrutura social complexa, entranhada nas relações sociais (Gonzales, 2020).

Diante das tensões geradas pela coexistência de formas produtivas, o Estado passa a atuar como mediador em uma situação de desequilíbrio estrutural com impactos ideológicos, utilizando mecanismos de coerção aberta para evitar que o sistema colapse (Gonzalez, 2020). Um exemplo prático demonstrado por Gonzalez (2020) são as condutas políticas do governo Goulart. As campanhas de alfabetização no Nordeste eram tomadas como uma ameaça, pois tinham potencial de politizador da população marginalizada, especialmente os trabalhadores rurais (Gonzalez, 2020). Nessa cena, o Estado, pressionado pelas elites econômicas, opta por minimizar essas mudanças sociais, mantendo a marginalidade funcional do sistema. Ao mascarar a opressão estrutural da população negra, forma-se e se consolida um imaginário falacioso de harmonia a partir do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020). O mito é usado como uma ferramenta ideológica para naturalizar as desigualdades raciais e evitar tensões sociais (Gonzalez, 2020; Freitas, 2022).

A desigualdade material das pessoas negras no Brasil está diretamente ligada a um constructo ideológico e racial do "negro vagabundo", usado para justificar sua exclusão sistemática. Esse imaginário não surge por acaso; ele é parte de um processo histórico que está intrinsecamente relacionado à transição do trabalho escravizado para o trabalho livre assalariado e à lógica do capitalismo dependente no Brasil (Gonzalez, 2020). Com o nascimento do Estado Moderno, as políticas econômicas das burguesias ascendentes propunham a liberdade contratual, a limitação do Estado e a centralidade da propriedade privada como fundamentos da ordem social. Entretanto, a mulher latina e mulata no Brasil sofre uma sobreposição de exclusões e marginalidade, pois ela está na interseção de gênero, raça e classe (Gonzalez, 2020; Freitas, 2022). O imaginário da mulher mulata foi moldado historicamente pelo racismo estrutural e por estereótipos que hipersexualizam e desumanizam o corpo (Gonzalez, 2020; Freitas, 2022).

Segundo Gonzalez (2020, p 61), o mito da democracia racial

> [...] reproduz aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros e constitui um amplo repertório de expressões populares pontuadas por imagens negativas dos negros: “Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão”; “O preto, quando não suja na entrada, suja na saída”; “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”.

Essa última expressão aponta para o segundo nível em que atuam os mecanismos do branqueamento: um nível mais inconsciente que corresponde aos papéis e lugares estereotipados atribuídos a um homem ou mulher negros.

O capital permeia todas as esferas da vida, impregna nossos corpos e identidades, define nosso preço e lugar a ocupar e cerca, especialmente no Brasil, mulheres negras. O imaginário que associava a mulher negra ao trabalho servil e à hipersexualização, como denunciado por Gonzalez (2020), não apenas persiste, como se atualiza no contexto neoliberal sob novas formas de expropriação e controle.

O neoliberalismo emerge como reação à crise produtiva do capital e à expansão dos direitos sociais no pós-guerra, radicalizando os princípios do liberalismo clássico. O capitalismo liberal foi incapaz de solucionar desigualdades sociais causadas pelas oligarquias que mantinham os interesses centralizados no Estado (Dardot & Laval, 2019). No Brasil, esse modelo se impõe de forma singular, na continuação histórica desse processo. Como consequência, a promessa de liberdade e prosperidade é esvaziada, dando lugar à informalidade, à superexploração e à retomada seletiva de práticas coloniais travestidas de progresso.

3.1 A Quem é Permitido o Movimento de Tornar-se?

Retomemos o segundo ponto de indagação: qual lugar a pessoa reconhecida socialmente como mulher ocupa na engrenagem da atual sociedade capitalista? E de que forma o neoliberalismo atravessa os corpos-mulher?

Para Von Mises, segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o homem produzido pelo neoliberalismo é o sujeito empresarial. O autor austríaco é categórico ao rejeitar qualquer forma de intervenção estatal. Para ele, não há meio-termo: ou se aceita a “soberania do consumidor” ou se impõe a “ditadura do Estado” (Dardot & Laval, 2016, p. 137). A liberdade, nessa lógica, é entendida como a plena autonomia do indivíduo no mercado, sob o princípio da concorrência como forma ideal de organização social.

Ao diferenciar o liberalismo do neoliberalismo, Von Mises aponta que a diferença reside na valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade, com ênfase na ação individual e na prática de mercado. Ressalta que o neoliberalismo constrói subjetividades, de forma que os sujeitos passam a reproduzir o chamado “espírito de competitividade”, no qual é necessário que estejam todos em estado de alerta constante, a fim de não perderem nenhuma oportunidade de lucro. Para Von Mises e Hayek, como apontam Dardot e Laval (2019), a concorrência no mercado é vista como uma descoberta de informações pertinentes, sendo uma conduta adotada por pessoas que buscam superar e ultrapassar seus concorrentes na identificação de novas oportunidades. Além disso, os autores alegam que a motivação advém do desejo das pessoas de mudar a própria sorte.

Von Mises defende a dimensão da competição e da rivalidade como características fundamentais do *homem-empresa* — o sujeito moldado pela lógica neoliberal, que se torna um empreendedor capaz de identificar e aproveitar oportunidades lucrativas. Para Schumpeter, nem todas as pessoas são empreendedoras, uma vez que nem todos têm as características necessárias para tal, a saber: “um combatente, um competidor que gosta de lutar e vencer, e cujo sucesso financeiro é apenas um símbolo de seu sucesso como criador” (Dardot & Laval, 2019, p. 153).

Han (2018) destaca a autoexploração como um aspecto paradoxal do regime neoliberal. Afinal, “é a exploração da liberdade que produz o maior lucro” (Han, 2018, p. 12), demonstrando que o sentimento atual de liberdade está relacionado à criação de projetos individuais e livres, que se transformam continuamente. Na atualidade, a subordinação do indivíduo não decorre de coerções disciplinares, mas de uma subjetivação, de uma ordem interna e mais eficiente, em que o indivíduo, como projeto, se submete às pressões internas de desempenho e otimização constantes. “Vivemos um momento particular, no qual a própria liberdade provoca coações” (Han, 2018, p. 9). Assim, apesar da crença na autonomia, o sujeito se explora voluntariamente.

Contudo, a figura do sujeito forjado pelo neoliberalismo — esse homem-empresa ideal — não contempla a experiência da mulher nesse sistema, uma vez que universaliza essa vivência e fala a partir da perspectiva de um gênero neutro — ou seja, da perspectiva masculina. À mulher, historicamente, nem mesmo foi concedido o direito de ser sujeito. Se o homem é convocado a empreender, a competir e a conquistar, espera-se da mulher que o acompanhe nesse jogo — um jogo para o qual ela sequer foi convidada. Ainda marcada pela condição de “Outro”, antes que possa chegar à condição de “homem-empresa” precisa transcender a condição de produto. Segundo Beauvoir (2019, p. 539), “Enquanto ainda tiver que lutar para se tornar um ser humano, não lhe é possível ser uma criadora”.

Na esfera da sexualidade, por exemplo, Federici (2019) explica que, para a mulher, sexo é trabalho. A autora ressalta que é esperado que a mulher tenha um trabalho assalariado, cuide da casa, cozinhe, tenha filhos e que, ao final de sua dupla jornada de trabalho, esteja sexualmente atraente e que possa oferecer prazer sexual aos seus companheiros. hooks (2024) chama a atenção para outro aspecto vivenciado pelas mulheres, que diz respeito à falta de liberdade reprodutiva, como uma forma de opressão sexista.

O corpo feminino é vivenciado como um produto a ser vendido, por saber que muitas vezes o destino da mulher depende da aparência para conseguir um emprego e até mesmo uma companhia para a velhice (Federici, 2019). “A obsessão da nossa nação em julgar mulheres de todas as idades com base em nossa aparência jamais foi eliminada” (hooks, 2024, p. 60). A comercialização

do corpo feminino desfigura a relação da mulher com sua corporeidade, transformando-a em objeto. “É impossível que nos sintamos confortáveis com nosso próprio corpo” (Federici, 2019, p. 59). Ao se despir diante de um homem, a mulher não o faz como expressão de sua liberdade, mas sob o peso de padrões normativos que regulam sua existência corporal. Para Federici (2019), existem padrões visíveis nas cidades e nas mídias em relação não só ao corpo feminino, mas também ao seu desempenho. “Sabendo que, de alguma forma, estamos nos vendendo, destruímos nossa confiança e nosso prazer no corpo” (Federici, 2019, p. 59). Assim, a mulher é alienada de si mesma, observando seu corpo a partir de um olhar externo, marcado pela objetificação e pela lógica de mercado.

No segundo volume de O segundo sexo, Beauvoir argumenta que “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem” (2019, p. 503) e por meio do trabalho é que se poderia conquistar uma liberdade concreta. Contudo, é também Beauvoir que alerta: “Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita liberdade: hoje o trabalho não é a liberdade. […] Em sua maioria, os trabalhadores são hoje explorados” (Beauvoir, 2019, p. 503). Pela análise de hooks, somente as mulheres privilegiadas tiveram a ingenuidade de acreditar que trabalhar fora de casa poderia libertá-las. Em concordância, Federici (2019) aponta que as feministas da década de 1970 acreditavam que o trabalho assalariado seria o caminho para a libertação da mulher; porém as cinco décadas seguintes demonstraram a insustentabilidade dessa ideia. Para a autora, os anos de trabalho fora da esfera domiciliar tem demonstrado que o segundo trabalho, além de aumentar a exploração vivenciada pela mulher, também tem se apresentado como uma mera extensão do trabalho doméstico. “Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres ter ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos” (Federici, 2019, p. 69).

O trabalho doméstico, historicamente imposto às mulheres, foi moldado como um traço inerente à sua essência, apresentado como uma necessidade íntima ou aspiração que supostamente emerge da “natureza feminina”. Ao invés de ser reconhecido como uma atividade laboral, foi naturalizado para justificar sua ausência de remuneração. Como aponta Federici (2019), servindo aos seus próprios interesses, o capital buscou convencer as mulheres de que as tarefas domésticas eram inevitáveis, naturais e até mesmo fonte de realização pessoal, garantindo assim a aceitação desse trabalho sem pagamento. Entretanto, ser dona de casa não é algo intrínseco ou natural; prova disso é que são necessários anos de socialização e treinamento constante – realizados por mães não remuneradas – para preparar mulheres para assumir esse papel, convencendo-as de que cuidar do lar, dos filhos e do marido é o maior objetivo de suas vidas (Federici, 2019).

A feminista defende a necessidade de reconhecer que as inúmeras atividades realizadas pelas mulheres não são meros atos de amor, mas sim trabalho. Ao destacar a trabalhadora doméstica como uma figura central nas dinâmicas de exploração capitalista, Federici (2019) expõe a relação direta entre a desvalorização, o trabalho reprodutivo e a subvalorização da posição social das mulheres. A autora defende a luta pela remuneração salarial para o trabalho doméstico como uma perspectiva revolucionária e argumenta que a luta por salários não busca integrar as mulheres à lógica das relações capitalistas, mas reafirmar que elas nunca estiveram fora dessa lógica, pois o trabalho doméstico, de forma inevitável, contribui para geração de riqueza no sistema capitalista. Em suas palavras: “o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos” (Federici, 2019, p. 48).

3.2 A Crise dos Cuidados e Neoliberalismo

Em nossa exposição acima, revelamos os corpos-mulher como território de exploração e historicamente marcados por violências. Barreto (2020) discorre sobre a importância da compra de força de trabalho para a expansão do capital e destaca o trabalho da mulher na reprodução e manutenção da vida. É a partir da divisão sexual do trabalho que o capital aprofunda e complexifica a acumulação, modificando sua natureza pelas atividades e disciplinas presentes nas relações de produção exercidas pelas mulheres (Federici, 2023).

Ao tomarmos a escrita como espaço de resistência e denúncia, reivindicamos nosso lugar como sujeito. Ao fazê-lo, ressaltamos a relevância de um lugar de enunciação feminino e a diferença em relação à teoria marxista, que parte do ponto de vista do proletário, tomando o homem como único sujeito epistêmico. Revelamos, assim, a dificuldade que nos espreita a cada passo: escrever, para nós, exigiu romper grilhões sutis e cotidianos. Vencer o peso persistente do trabalho doméstico foi como tentar acender a palavra sob o escombro — um gesto de insubordinação, feito que nos arrancou fôlego, tempo e alma.

A seguir, desvelamos o advento do neoliberalismo em solo brasileiro e suas reverberações sobre os corpos-mulher.

Atualmente Brasil o carece de investimentos do Estado em políticas públicas que possam equilibrar a carga cotidiana de trabalho doméstico e de cuidados entre os sexos (Barreto, 2020). Na ausência de creches, escolas e restaurantes, o uso do tempo social da mulher brasileira compensa a insuficiência e a inexistência desses serviços. Esse movimento encontra-se diretamente ligado ao avanço do neoliberalismo no Brasil. A partir da crise do capital dos anos 1970, o Estado passa a intervir menos nos interesses de acumulação do capital (Harvey, 2008).

Segundo Netto e Braz (2011, p. 221), “o capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do imperialismo”, porém o seu desenvolvimento trouxe uma série de reestruturações sociais; isto nos faz pensar em como o capital, em seu desenvolvimento, aperfeiçoou explorações mais primitivas como a escravidão, atualizando-as e flexibilizando-as.

Após o fim dos anos dourados do capitalismo monopolista, o mundo enfrentava crises generalizadas e transformações significativas nas esferas político-econômicas (Netto & Braz, 2011). Com os novos acordos políticos e econômicos no período pós Segunda Guerra mundial, o capitalismo monopolista inicia os anos 1960 com crescimento econômico e promessas de seguridade social, como o “Welfare State” (Netto & Braz, 2011). Esse período ficou marcado pela ascensão dos movimentos sindicais nos países centrais e pela criação de entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas.

Entretanto, as crises se mantiveram com pequenos episódios, se manifestando com baixas taxas de lucro na ordem financeira mundial, afetando os grandes impérios (Netto & Braz, 2011). Desta forma, a longa onda expansiva do capitalismo se transforma em uma longa onda recessiva, acendendo um alerta para o capital monopolista, que enfrenta a crise com ataques ao movimento sindical e modelos de seguridade social (Netto & Braz, 2011).

As tensões geradas pelas mudanças estruturais nas sociedades capitalistas levaram ao esgotamento da acumulação rígida, próprias do sistema taylorista-fordista nos trabalhos fabris, estabelecendo uma reestruturação produtiva que marca a terceira fase do imperialismo: a acumulação flexível, no setor de serviços e financeirização da economia (Netto & Braz, 2011). A acumulação rígida pode ser caracterizada pela produção padronizada e massificada, e estava associada, até os anos dourados, a uma previsibilidade e estabilidade nos padrões do consumo (Netto & Braz, 2011). Com as transformações e inovações tecnológicas, houve uma ciclagem das crises do capitalismo que demandou a reestruturação produtiva; segundo Netto e Braz (2011), a reestruturação produtiva que caracteriza o início da era neoliberal e buscou atender mercados específicos, adaptando-se às peculiaridades de consumo de maneira desterritorializada e flexível. Essa desterritorialização pode ser observada, por exemplo, com o estabelecimento de grandes empresas internacionais em países periféricos da América Latina (Netto & Braz, 2011).

Portanto, com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal, a colonização e a acumulação adquirem uma nova racionalidade: a retomada de poder das elites (Harvey, 2008). A acumulação flexível foi a resposta do grande capital às crises do capitalismo; podemos entender sua marca imperialista quando impõe dinâmicas econômicas globais — como a financeirização, a flexibilização do trabalho e a mundialização dos mercados — ou quando passa a ditar as condições mínimas das relações econômicas tanto no nível macro

quanto no micro. Dessa maneira, a flexibilização produtiva não só redefine os processos de acumulação, mas reposiciona dinâmicas sociais pela divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero.

Ao pensar as reestruturações produtivas no cenário brasileiro, podemos testificar a necessidade do capital de atingir a flexibilidade produtiva, por meio do ataque aos movimentos sindicais. A reforma trabalhista foi aprovada em 2017, em um contexto de instabilidade política e econômica no qual desmontou os programas públicos voltados à igualdade de gênero, e representou um duro golpe às lutas femininas no mundo do trabalho e nos espaços sindicais (Leite et al., 2024). Um exemplo disso foram as mudanças na negociação coletiva, conquistada como instrumento institucional nos anos 1930/40. O sindicato é um dos poucos mecanismos pelos quais trabalhadores(as) conseguem ampliar direitos para além do que está na legislação. A negociação coletiva permitia que sindicatos estabelecessem cláusulas que protegiam, por exemplo, a igualdade de gênero, permitindo a elaboração de propostas que viessem a mitigar os efeitos da discriminação e da violência de gênero no trabalho (Leite et al. 2024).

Contudo, a reforma trabalhista fragilizou profundamente os sindicatos: retirando o imposto sindical sem alternativa de financiamento, esvaziou seu papel nas demissões e negociações e desestruturou a ultratividade dos acordos, o que obrigava a manutenção das cláusulas antigas enquanto novas não fossem firmadas pelo consenso sindical (Leite et al., 2024). Essa medida diminuiu a capacidade de pressão dos sindicatos e tornou a negociação mais vulnerável às forças do mercado. O que antes era uma vontade coletiva, passou a ser cada vez mais substituído por acordos individuais, o que precariza especialmente os grupos mais vulneráveis (Leite et al. 2024).

Mesmo os instrumentos mais “avançados”, como a Convenção do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de São Paulo, ainda enfrentam o desafio da efetivação, funcionando muitas vezes como recomendações sem força obrigatória, dado o enfraquecimento da estrutura sindical (Leite et al. 2024). Além disso, quando há cláusulas de gênero nas convenções coletivas, elas se concentram fortemente em temas materno-familiares (licença maternidade, estabilidade por gravidez etc.), o que reforça a lógica da mulher como cuidadora e sustenta a divisão sexual do trabalho (Leite et al. 2024). Cláusulas que incentivem a corresponsabilidade ou tratem da igualdade de oportunidades são minoria (Leite et al. 2024).

Outro exemplo do avanço neoliberal no Brasil são as Medidas Provisórias (MP) dos governos Lula e Bolsonaro. As Medidas 881, 905, 927 e 936, publicadas no início da pandemia, estabelecem a proibição de reajuste aos servidores públicos, isenções fiscais e planos de privatização, com o objetivo de retardar os recolhimentos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a outras contribuições (Leite et al, 2024).

A partir das MPs e da reforma trabalhista, o mercado atacou a proteção ao trabalho, principalmente ao negar as desigualdades históricas e sociais, em especial para mulheres e negros (Leite et al., 2024). Com o objetivo de gerar empregos que atendessem a flexibilidade do mercado, a reforma trabalhista passa a regulamentar a informalidade, a pejotização, a intermitência, a perda de direitos (Leite et al., 2024). As mulheres, que já ocupam os setores mais precarizados do mercado de trabalho, sofrem uma sobrecarrega gerando uma crise dos cuidados (Leite et al., 2024).

Isso pode ser observado com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Leite et al (2024 p. 08), apesar do cenário de melhorias desenhado - “entre 2004 e 2013, quando 5,11 milhões de mulheres ingressaram na força de trabalho e [quando] foram absorvidas 5,92 milhões — entre as quais 5,81 milhões em emprego formal”, sua participação segue sendo precarizada, favorecendo a vulnerabilidade social. Essa precarização é externada pela explosão do trabalho “por conta própria” e está diretamente ligada à legalização do “autônomo exclusivo”, ou seja, a precarização disfarçada de empreendedorismo, apresentando um crescimento de +7,5% desde a reforma trabalhista e de +19,9% desde 2012.

O trabalho autônomo exclusivo entre as mulheres teve um aumento de 31,8%, sendo 35,8% entre mulheres negras (Leite et al., 2024). Essas mulheres trabalham como cabeleireiras, vendedoras porta a porta, comerciantes, manicures, motoristas de aplicativo, de táxi, de ônibus, etc... Ao mesmo tempo, também se observa um crescimento massivo do trabalho domiciliar, com + 61,6% entre 2017 e 2018. Entre as mulheres negras, há crescimento inclusive nos trabalhos via plataformas digitais, de +33,7%. Já para as mulheres brancas, nesse mesmo setor, houve queda de 4,4%, sinalizando que as mulheres negras são em maior número nessa precarização.

A exploração do trabalho das mulheres não acontece apenas pelos rendimentos rebaixados, mas também pela apropriação do trabalho doméstico realizado gratuitamente para suas famílias na esfera da reprodução social (Barreto, 2020). Assim como expõe Barreto (2020, p. 312), a partir da pesquisa Pnad Contínua 2017:

> [...] apesar de os homens com maior escolaridade estarem se dedicando mais aos trabalhos domésticos, ainda persistem as diferenças de horas entre os sexos quanto às obrigações com o trabalho doméstico não remunerado e de cuidados. Conforme exposto na pesquisa, as mulheres “dedicaram” quase o dobro de horas do que os homens às atividades domésticas e aos cuidados de pessoas, destacando que, enquanto para elas a média de horas semanais ficou em 20,9 horas, eles dedicaram, em média, 10,8 horas por semana. Ademais, quando a mulher tem filhos e/ou é responsável pelos cuidados de outros familiares e não tem acesso aos

> serviços e equipamentos públicos que facilitam a realização do trabalho doméstico e de cuidados, essas horas tendem a dobrar, no mínimo.

O neoliberalismo tem a cultura de repassar o máximo possível dos custos da reprodução social para a população em geral, com o objetivo de aumento de taxas de lucro e redução tributária (Barreto, 2020). As implicações e contradições desse modelo se apresentam na era Lula PT. A partir da lei 12.470 (Brasil, 2011), donas de casa de baixa renda passaram a contribuir para previdência social através do Sistema Especial de Inclusão Previdenciária. Barreto (2020) aponta que o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado pelas políticas de Previdência Social foi elaborado de acordo com os interesses de órgãos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, sob o pretexto de inclusão social. O sujeito que corporifica a família, alvo dessas políticas, são mulheres que desempenham o papel de mãe, esposa e dona de casa (Barreto, 2020).

É importante compreender que essa suposta inclusão não tem interesse em, de fato, enfrentar as desigualdades. Do ponto de vista econômico, é menos custoso ao Estado a oferta de mecanismos assistencialistas do que o pagamento de salários que garantam a manutenção da vida de forma digna (Barreto, 2020). Na prática, existe uma perpetuação da vulnerabilidade dos corpos-mulher, pois para que estejam aptas a receber o benefício, elas devem cumprir com alguns requisitos que (Barreto 2019, como citado em Barreto, 2020, p. 310):

> [...] parecem reforçar a reprodução dos mecanismos de discriminação, dominação e opressão às mulheres das classes subalternas, quais sejam: 1) não possuir renda própria de nenhum tipo — incluindo aluguel, pensão alimentícia, pensão por morte, entre outros valores; 2) não exercer atividade remunerada e dedicar-se apenas ao trabalho doméstico, na própria residência; 3) possuir renda familiar de até dois salários mínimos — a renda do Programa Bolsa Família não entra para o cálculo; 4) estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com situação atualizada nos últimos dois anos.

Essa dinâmica reflete um movimento político e ideológico mais amplo, colocando as mulheres sob risco e exploração não só pelo Estado, mas também por outros sujeitos de nossas relações, como parceiros, filhos e outros que dependem do trabalho de cuidado delas (Barreto, 2020).

A austeridade expressa pela Ementa Constitucional 95/2016 escancarou a crise dos cuidados, que já era latente. Essa crise não é colateral, mas estrutural, consequência da combinação entre corte de gastos sociais e precarização do trabalho (Leite et al., 2024). As modalidades de contrato introduzidas e ou aprofundadas pela reforma trabalhista precarizam sobretudo o

trabalho das mulheres e da população negra, tanto para quem trabalha em casa, quanto para quem ingressa nas fábricas e serviços (Leite et al., 2024).

Mesmo com mais mulheres entrando na força de trabalho, o desemprego não parou de crescer. Segundo Leite et al (2024), em 2019 as taxas de desemprego entre as mulheres brancas eram de 10,8%; para as mulheres negras eram de 16,6%, estando o desemprego geral do país em 11,8%; e em 7,8% para homens brancos. É interessante pensar que o desemprego da mulher negra (16,6%) é mais que o dobro do homem branco (7,8%) (Leite et al., 2024), revelando o cruzamento da opressão de classe, gênero e raça.

Durante a crise da COVID-19 a insuficiência do Estado intensifica essa situação, levando às mulheres ao limite. Como exposto por Leite et al. (2024), as mulheres estavam na linha de frente nos setores da saúde e do serviço público, enfrentando sobrecarga e risco de contaminação. No caso das trabalhadoras domésticas, o impacto triplo da pandemia, com a sobrecarga, a demissão e exposição ao vírus revelou a combinação perversa entre informalidade estrutural, racismo e patriarcado: quase todas eram mulheres majoritariamente negras, com baixa formalização e sem acesso a direitos previdenciários (Leite et al., 2024).

Durante a pandemia, as medidas emergenciais do governo, como o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda e o auxílio emergencial deram continuidade à lógica da reforma trabalhista, estimulando contratos individuais e desregulamentações (Leite et al., 2024). Milhões de trabalhadores formais tiveram contratos suspensos ou jornadas reduzidas, enquanto os informais e autônomos ficaram expostos a uma queda brusca de rendimentos e à ausência de proteção social.

Antes da pandemia de COVID-19 o Estado, ainda que de forma limitada, seletiva e desigual, cumpria algum papel na oferta de creches, escolas, saúde, assistência social e políticas públicas de cuidado, mas com as mudanças trabalhistas em cenário de pandemia esse custo se desloca do Estado diretamente para os corpos das mulheres (Leite et al., 2024).

Os dados revelam que 19,7% das mulheres fora do mercado em 2018 estavam exercendo trabalho de cuidado e, por esta razão, não podiam exercer outras atividades (Leite et al., 2024). Entre homens, apenas 2,2% exerciam cuidados. Se a mulher tiver dependentes, a possibilidade de estar empregada despenca (Leite et al., 2024). Para homens, acontece o contrário: essa possibilidade aumenta, demonstrando que o trabalho de cuidado não é visto socialmente como responsabilidade masculina (Leite et al., 2024). Nesse contexto, 66,8% das jovens negras na situação “nem-nem” (nem trabalham, nem estudam) se encontram nessa condição de vulnerabilidade, porque realizam cuidado não remunerado (Leite et al., 2024). Mais de 53% das mulheres negras

trabalham na informalidade (Leite et al., 2024) não por escolha, mas como resultado de uma estrutura que as expulsa do mercado formal porque estão sobrecarregadas pelo cuidado e o mercado formal também não quer incluí-las em condições de igualdade.

A reforma trabalhista transferiu o eixo da regulação do Estado para o acordo individual, o que, na prática, desconsidera as desigualdades materiais entre as partes. Ao introduzir medidas flexibilizadoras, permitindo que empregadores e trabalhadores negociem diretamente horários de descanso e horas extras, as mulheres permanecem à margem, sofrendo efeitos mais nocivos, já que têm menos força para negociar por sua situação mais vulnerável no mercado de trabalho (Leite et al., 2024). Outro ponto importante trata da possibilidade de jornada de 12x36 por acordo individual (antes só possível por convenção coletiva), que se apresenta como um dispositivo brutal de desmobilização coletiva e precarização, colidindo diretamente com a realidade das necessidades cotidianas do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres (Leite et al., 2024). Nesse cenário, as mulheres são impedidas de acessar outras modalidades de trabalho, ou, se acessam, o fazem às custas da própria saúde, da exaustão e da precarização do cuidado com os filhos e a casa.

Também é necessária a reflexão acerca da desproteção das mulheres no mundo do trabalho, visto que elas são os maiores alvos de assédio. Quando indenizadas por esse motivo, o cálculo é realizado com base em um salário em média 22% inferior ao dos homens (Leite et al., 2024). A indenização baseada no percentual do salário é a materialização do machismo e do racismo estruturais no campo jurídico e trabalhista.

Considerações Finais

A partir deste estudo, podemos concluir que aos corpos-mulher se negam e se excluem direitos e seguridade, demonstrando que, além de funcionarem como acessórios intelectuais, os discursos de classe, raça e gênero nos permitem fazer uma crítica estética. Ao apontar as condições materiais das mulheres brasileiras, chamamos a atenção para a crise dos cuidados como expressão das contradições internas do modo de produção, o que não é um problema a ser resolvido pela lógica do capital, mas uma brecha, um terreno fértil para a ruptura.

Estar presente em espaços como a universidade e o mercado de trabalho apresenta-se como um desafio para as pesquisadoras autoras deste estudo. Uma carga de trabalho invisível recai sobre nossos ombros; enquanto isso, resistimos e rompemos com a docilidade de cuidar de nossas casas e de

manter os homens satisfeitos quando pesquisamos mulheres e falamos para elas.

Convidamos as leitoras e os leitores a deslocar o foco da crise dos cuidados, que não é responsabilidade das mulheres, não é fruto da incompetência individual nem de nossa ausência. A crise é fruto da nossa presença, da nossa força produtiva e política, frente à tentativa de manutenção da ordem burguesa. Na era neoliberal, esse projeto se apresenta de forma mais higienizada, sofisticada e naturalizada, operando sob o discurso da liberdade individual, do empreendedorismo e da responsabilidade pessoal, despolitizada em seu sentido nos aprisiona no desempenho e nos faz acreditar que não estamos à altura ou que não nascemos para isso.

Portanto, o que se coloca hoje como horizonte é sustentar a crise. Sustentar a crise, neste sentido, não é sucumbir a ela, mas recusar o papel de amortecedor da barbárie. É devolver a crise a quem a produziu: o homem, como sujeito histórico da dominação patriarcal; o Estado, como aparelho organizador da exploração; e o capital, como lógica que estrutura tudo isso.

Referências

Barreto, L. (2020). Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. *Revista Katálysis, 23*(2), 309–316. https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p309

Beauvoir, S. (2019). *O segundo sexo: Fatos e mitos* (S. Milliet, Trad., 5ª ed.). Nova Fronteira. Obra original publicada em 1949.

Beauvoir, S. (2019). *O segundo sexo: A experiência vivida* (S. Milliet, Trad., 5ª ed.). Nova Fronteira. Obra original publicada em 1949.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). Boitempo.

Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas* (S. Nascimento, Trad.). Ubu. Obra original publicada em 1952.

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante.

Federici, S. (2023). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad., 2ª ed.). Elefante.

Freitas, D. V. de. (2022). Para quem de mitos e fantasias: Amerificanidade, corpos-territórios e potência revolucionária. In C. Dunker, H. Maia, & M. Jones (Orgs.), *Marxismo, psicanálise, revolução* (pp. 67–88). Letramento.

Halvorsen, S., & Zaragocin, S. (2021). Territory and decolonisation: Debates from the Global Souths. *Third World Thematics: A TWQ Journal, 6*(4–6), 123–139. https://doi.org/10.1080/23802014.2022.2161618

Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: História e implicações*. Loyola.

Hilgert, L. H. (2019). O feminismo é um humanismo: Estamos ainda na era do humanismo? *Ipseitas, 5*, 56–66. https://www.revistaipseitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/379

hooks, b. (2019). *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.

hooks, b. (2024). *O feminismo é para todo mundo*: *Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.

Kilomba, G. (2019). *Memórias de plantação*: *Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Leite, M. de P., Biavaschi, M. B., Vazquez, B. V., & Lapa, T. de S. (2024). Reforma trabalhista, pandemia e implicações sobre as mulheres. *Sociologia & Antropologia*, *14*(1), e210040. https://doi.org/10.1590/2238-38752024V1416

Machado, A. V. D., Verbicaro, L. P., Rebelo, T. M., & Ferreira, V. D. P. (2024). *A construção da sociedade neoliberal brasileira: Qual o lugar da democracia?* Revista Direito e Práxis, 15(2), e66629. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/66629

Netto, J. P., & Braz, M. (2011). *Economia política: Uma introdução crítica* (10ª ed.). Cortez.

Netto, J. P. (2020). Para a crítica da vida cotidiana. In J. P. Netto & M. C. B. Carvalho (Orgs.), *Cotidiano: Conhecimento e crítica* (10ª ed., pp. 64–93). Cortez.

Sartre, J.-P. (2014). *O existencialismo é um humanismo* (J. Batista, Trad., 4ª ed.). Vozes. Obra original publicada em 1946.

Sartre, J.-P. (2002). *Crítica da razão dialética:* Precedido por *Questões de método* (G. J. de F. Teixeira, Trad.). DP&A. Obra original publicada em 1960.

NEOLIBERALISMO, GÊNERO E ADOECIMENTO DOCENTE: UM OLHAR PARA O SOFRIMENTO PSÍQUICO

Rafaela Aparecida Gonçalves da Fonseca

Luiz Felipe Silva

Carlos Alberto Máximo Pimenta

1. Introdução

As políticas neoliberais, que operam por meio de uma lógica predatória, visam à concentração de riquezas e ao domínio lucrativo, em detrimento do bem-estar social, da sustentabilidade e da responsabilidade democrática. Dowbor (2017) explica que os ideais capitalistas evidenciam um problema de organização social: classes sociais acumulam prestígio financeiro, tendo acesso à benefícios, como lazer, saúde e qualidade de vida, e outras classes, menos favorecidas, ficam à mercê da vulnerabilidade, da precarização e do descaso.

Paiva (2015) argumenta que, no contexto da docência, a sociedade neoliberal reforça a exploração, principalmente das mulheres que já enfrentam discriminação de gênero, no âmbito patriarcal brasileiro.

Com a precarização e flexibilização da função, mesmo que a profissional tenha qualificação, não há garantias de inserção digna no mercado de trabalho. Tal fato evidencia as contradições que frequentemente desrespeitam e desqualificam a classe trabalhadora. Essas práticas resultam em efeitos diretos na saúde das profissionais, que enfrentam condições laborais cada vez mais adversas.

Paiva (2015) explica que a falta de investimento envolve, por exemplo, a diminuição das garantias trabalhistas, o que obriga as docentes a assumirem múltiplas funções e jornadas extensas, sem reconhecimento ou remuneração adequada.

Essas mudanças impactam diretamente o bem-estar biopsicossocial das trabalhadoras, que lidam com pressão constante por resultados, sobrecarga de trabalho e ausência de condições adequadas para o exercício da profissão. Além disso, a desvalorização reflete os interesses neoliberais de enfraquecer os direitos da coletividade e promove a cultura de que o lucro é mais valorizado do que o bem-estar da classe trabalhadora.

De acordo com Coelho & Neves (2023), o mecanismo neoliberal, ou racionalidade neoliberal, – impõe aos indivíduos concentração exclusiva no trabalho, a fim de garantir sua sobrevivência. Quanto mais imerso na demanda

laboral, menos enfoque eles conseguem dar a outros aspectos de sua existência, como sua saúde, qualidade de vida, relações familiares, políticas de desenvolvimento, entre outros. O neoliberalismo instaura-se a partir do medo, fazendo com que as pessoas, não somente aceitem as imposições do capital, como também colaborem para perpetuá-las.

Segundo os autores, o sofrimento psíquico, no cenário neoliberal, apresenta-se a partir da característica individualizante do sistema, que responsabiliza o sujeito por seu adoecimento. Por meio de mecanismos baseados em competitividade, lucro máximo e crenças de negociação, o neoliberalismo gera consequências na forma de pensar, de sentir e de vivenciar dos indivíduos, que sofrem pressão para que venham a apresentar desempenho máximo em todas as áreas de sua vida. Em busca de felicidade e realização utópicas, eles são levados ao desgaste e ao sofrimento.

Dessa forma, o sofrimento psíquico emerge como expressão de um sistema que transforma o valor humano em produtividade. No contexto docente, essa lógica é intensificada pela sobrecarga emocional e pelas exigências que, por vezes, colocam os ideais de desempenho acima das questões de saúde.

O adoecimento não pode ser compreendido como uma experiência subjetiva, mas como reflexo de uma estrutura socioeconômica que normaliza o sofrimento em prol do lucro. Reconhecer e criticar essas dinâmicas é fundamental para pensar políticas de atenção e cuidado à saúde mental das professoras.

Dessa forma, neste estudo, por meio da revisão narrativa de literatura, propõe-se uma análise teórico-conceitual do sofrimento psíquico das trabalhadoras docentes, considerando principalmente os recortes patriarcais e neoliberais que as levam ao adoecimento.

O objetivo principal é analisar criticamente como as dinâmicas neoliberais e patriarcais influenciam o sofrimento e o adoecimento psíquico de professoras, sobretudo na Educação Básica, buscando-se elucidar de que maneira as condições estruturais e simbólicas de trabalho impactam sua saúde mental e sua prática profissional. A pesquisa justifica-se porque há necessidade, segundo Viegas (2022), de trazer visibilidade à temática do adoecer docente, considerando-se especialmente o viés de gênero.

2. Gênero, Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico

Ao analisar a vivência feminina e as relações de trabalho, é necessário pensar no machismo que permeia a sociedade brasileira e afeta o trabalho, seja no mercado, seja no cuidado com a casa e a família. De acordo com Cepellos (2021), atualmente a experiência laboral das mulheres ainda é permeada por um

padrão de opressões que, particularmente no ambiente de trabalho, é demarcada pela discriminação de gênero, de raça e demais desigualdades. A autora sinaliza que há, por exemplo, uma diferenciação salarial significativa entre homens e mulheres. e que elas são frequentemente mais selecionadas para atuação em funções informais, pouco remuneradas ou não-qualificadas.

A hierarquia capitalista, patriarcal e estigmatizante dificulta o exercício da cidadania das mulheres, que, ainda segundo Cepellos (2021), no ambiente laboral fica ainda mais evidente. Assim, entende-se que o mercado de trabalho, voltado para a existência masculina, proporciona desafios para as mulheres, que são consideradas como inferiores aos homens e que, consequentemente, sofrem as consequências físicas e emocionais desse preconceito.

Alguns trabalhos, como a docência, são majoritariamente femininos. Viegas (2022) destaca que, além de predominantemente voltado à atuação das mulheres, a docência é também uma função historicamente invisibilizada. Essa desvalorização é ainda mais observada na educação básica, na qual as condições de trabalho são mais precárias e a remuneração, ainda menor.

Paiva (2015) ressalta que um dos interesses neoliberais na docência é justamente o incentivo às iniciativas privadas, que dificulta o investimento em espaços públicos de ensino e aprendizagem e favorecem um estilo informal, precário e sucateado da educação brasileira, que culmina em impactos, tanto no cenário educacional por si só, quanto na saúde e no desempenho professoral.

Tostes *et al.* (2018, p. 89) definem que a escola contemporânea é voltada para “[...] conformar ideologicamente os trabalhadores à nova ordem. Assim, também o professor, como transmissor do conhecimento acumulado, passa a ser menos necessário”. Com isso, entra-se em uma perspectiva neoliberal mercadológica, em que a professora, observada como mera transmissora de conhecimentos, é passível de substituição a qualquer momento.

Leda (2006) analisa que a dominação capitalista neoliberal no trabalho impõe ameaças constantes aos trabalhadores, como o risco de desemprego, a redução salarial, preocupações, medos, desamparo e incertezas. Esses fatores criam um ambiente de insegurança e instabilidade que impacta diretamente a saúde mental e física dos profissionais.

No contexto do trabalho docente, essas condições são observadas em um cenário repleto de desconfortos que podem agravar o adoecimento biopsicossocial. A pressão constante, a falta de valorização e o estresse associado ao ambiente escolar são alguns dos elementos que contribuem para o adoecimento das profissionais. No aspecto mental, a prevalência de sofrimento psíquico, como em transtornos de depressão e ansiedade, é particularmente

importante de ser analisada, pois consitui a principal causa de afastamento dos professores e comprometimento de sua saúde mental.

A valorização do trabalho é mínima; no entanto, a cobrança para a produtividade continua em constante crescimento. Devido aos desgastes, o trabalho professoral é condicionado aos sofrimentos eminentes da lógica capitalista. Tostes *et al.* (2018) identificaram que o adoecimento mental é a principal preocupação entre os docentes. A docência pode gerar altos níveis de depressão, ansiedade e estresse, condições que frequentemente levam ao afastamento do trabalho e ao uso de medicamentos.

Sofrimento psíquico e neoliberalismo são temas que conversam entre si, principalmente quando se considera a vivência em um sistema político, econômico e social focado na manutenção do mercado e na obtenção de lucros e deixa de observar as necessidades biopsicossociais dos indivíduos que, muitas vezes, inseridos nesse mecanismo, acabam por adoecer.

De acordo com Paiva (2015), a lógica capitalista focada no trabalho leva ao sucateamento das funções, o que afeta diretamente as condições biopsicossociais do trabalhador, que é instrumento do sistema. Consequências do sofrimento psíquico no neoliberalismo incluem patologias como estresse, depressão, ansiedade, síndrome de burnout e até mesmo ideação suicida.

Tostes *et al.* (2018) destacam que as professoras são as mais afetadas pelo adoecimento psíquico, devido às questões de gênero e das condições de trabalho. Fatores como desigualdade, grande número de alunos por turma, hábito de levar trabalho para casa, a atuação no ensino fundamental e a presença de outras doenças prévias estão significativamente relacionados ao sofrimento mental enfrentado pelas docentes.

A lógica capitalista leva ao sucateamento das funções e afeta a saúde integral da trabalhadora, gerando consequências de sofrimento psíquico. Em um ambiente desafiador, elas acumulam responsabilidades, o que pode agravar seu quadro de adoecimento.

Viegas (2022), em uma pesquisa sobre o trabalho docente na Educação Básica, evidenciou a sobrecarga das professoras que relataram trabalhar constantemente, inclusive fora do horário regular, em casa, nos finais de semana e feriados. A preparação das aulas, correção de trabalhos e elaboração de documentos consomem tempo que se estende ao espaço doméstico, afetando o descanso, o lazer e as relações familiares.

O autor sinaliza que, além do trabalho contínuo, as professoras também relataram pressão e estresse devido ao envolvimento constante com a escola.

Além disso, a precariedade das professoras não-concursadas, que precisam aceitar aulas em múltiplas escolas, a dificuldade em usufruir de intervalos durante a jornada regular de trabalho, as pressões institucionais em caso de faltas que levam as professoras a negligenciarem a própria saúde quando adoecem e a autocobrança são fatores relevantes que revelam as causas do sofrimento psíquico da categoria.

Viegas (2022) em entrevistas junto a professora, obteve relatos de que elas sentem desgaste emocional, esgotamento mental, dores físicas e insônia. Mais de 42% das professoras que apresentam esses sintomas tomam medicação. Além disso, 55,8% delas relataram trabalhar muitas vezes, ou sempre, em momentos de adoecimento. Esse percentual aumenta quando essas mulheres são as principais provedoras da família.

Neves, Brito & Muniz (2019) evidenciam que o adoecimento psíquico entre as professoras culminam em relatos frequentes de desânimo, frustração, fadiga, depressão, desamparo, angústia e até mesmo “sensação de enlouquecimento”. Esses problemas emocionais refletem o impacto de um ambiente laboral marcado por sobrecarga, falta de apoio e reconhecimento, e por exigências constantes que vão além das atribuições formais do ensino.

Dessa forma, compreender o adoecimento psíquico das professoras exige uma análise que ultrapasse o campo individual e alcance as dimensões estruturais que o produzem. O sofrimento dessas trabalhadoras não deve ser entendido apenas como fragilidade ou experiência pessoal, mas como expressão de um sistema neoliberal que intensifica a exploração, a competitividade, a desvalorização e a precarização do trabalho docente.

Nesse contexto, torna-se urgente pensar em políticas públicas e práticas institucionais que reconheçam a complexidade desse fenômeno e promovam condições dignas de trabalho, valorização profissional e cuidado com a saúde mental das trabalhadoras docentes, possibilitando-lhes exercer sua função de forma mais humana, digna e saudável.

3. Feminização Docente e Divisão Sexual do Trabalho

A feminização da docência envolve raízes históricas e sociais, que explicam a forte presença de mulheres na profissão. Neves *et al.* (2019) abordam a relação existente entre as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho, ressaltando como esses aspectos influenciam esse processo. Segundo os autores, essa feminização não ocorre apenas pelo interesse das mulheres na profissão, mas também pela forma como o trabalho docente é socialmente caracterizado como "feminino".

Essa percepção está ligada à ideia de que a profissão permite que as mulheres utilizem habilidades e comportamentos que, vistos como inatos, não são reconhecidos como qualificações profissionais. Comportamentos como dedicação, paciência, afetuosidade, carinho e altruísmo, que são culturalmente associados ao papel das mulheres na sociedade e considerados essenciais na educação infantil, são observados como “naturais”, e não como ferramentas de trabalho.

Vianna (2013) define que a divisão sexual do trabalho é um mecanismo binário, que categoriza o “masculino” e o “feminino”, nas organizações sociais e laborais. A ênfase nessa diferenciação, com conotação biológica, tem como intuito produzir e manter hierarquias desiguais, que sustentem uma perspectiva de dominação nas relações de gênero. Essa área profissional, nesse sentido, simbolizou a luta feminina pela participação na esfera econômica, a fim de ganhar espaço no mercado de trabalho.

De acordo com Menezes & Firmino (2019), durante muito tempo da história brasileira a docência foi uma das poucas profissões acessíveis às mulheres, porque era considerada como uma extensão natural de suas responsabilidades de cuidados com a casa e a família. Esse trabalho era observado como apropriado porque o conhecimento adquirido por elas deveria beneficiar suas famílias, permanecendo atreladas às obrigações do lar.

Embora as mulheres tivessem espaço para lecionar nas escolas, sua atuação era restrita nessa função, sem possibilidade de ocupar cargos de liderança ou gestão. O desenvolvimento profissional no campo educacional era um desafio para elas e muitas permaneceram por anos como professoras de ensino primário, sem avançar para posições de maior reconhecimento ou autoridade, nas instituições escolares.

Atrelada às condições precárias de trabalho, formação, perda de autonomia e sobrecarga de trabalho, a docência tornou-se uma profissão pouco interessante para o público masculino. Louro (2003) explica que, no Brasil, a entrada e predominância das mulheres nesse campo intensificou-se na medida em que a sociedade começou a aceitar e reforçar a presença feminina na educação, promovendo a docência como uma extensão das responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado e a educação das crianças. Esse processo de feminização foi moldado por uma série de transformações que relacionaram o trabalho docente com habilidades socialmente associadas ao feminino.

Na lógica capitalista, há o benefício de transformar “habilidades sociais femininas” em trabalho, pois, dessa forma, é possível camuflar a importância do reconhecimento dessas funções como dignas de valorização social e financeira. Em outras palavras, ao invisibilizar a mulher, invisibiliza-se também o “trabalho associado ao feminino”, como é a docência.

Para Federici (2004), a divisão sexual do trabalho e o trabalho não-remunerado são as raízes da exploração feminina na sociedade patriarcal, o que gera uma sensação de “inferioridade natural”. A autora sinaliza que, a partir da divisão sexual do trabalho, mulheres tornaram-se dependentes, em relação aos homens, de forma que o Estado e os empregadores pudessem utilizar o salário masculino como instrumento de comando do trabalho das mulheres. Essa dependência da mulheres viabilizou a existência da não-remuneração de comportamentos e funções que reduziam a vivência feminina à classe de “não-trabalhadoras”, por exemplo, nas funções do cuidado.

De acordo com Saffioti (2015), o patriarcado, peça estrutural da divisão sexual do trabalho, abrange toda a sociedade, como um contrato social e sexual do domínio dos homens sobre as mulheres, sobretudo quanto a seus corpos e comportamentos, e inclusive no ramo do trabalho e na esfera salarial.

A análise da divisão sexual do trabalho, bem como do trabalho não-remunerado, evidencia as desigualdades de gênero na sociedade. Historicamente, a estrutura neoliberal patriarcal impõe às mulheres uma desqualificação de seu valor social e laboral. A divisão de tarefas, que relega ao feminino as responsabilidades do afeto e do cuidado, são necessárias, pois, ao sujeitá-las à dependência econômica, perpetua-se o domínio masculino.

Essa dinâmica faz com que o patriarcado atue como um contrato social e sexual tácito, garantindo o controle sobre os corpos, os comportamentos, os ambientes e até mesmo as relações de trabalho e a esfera salarial. A subordinação feminina define quem será valorizado ou não, principalmente a partir da naturalização da desigualdade de gênero como um dos princípios organizadores da vida socioeconômica.

A desvalorização profissional docente alinha-se com um mecanismo amplo do neoliberalismo patriarcal. Embora, em determinado momento, o magistério tenha representado uma conquista de espaço, a precarização e a persistente desigualdade materializam as hierarquias de gênero e expõem a urgência de que essas estruturas sejam repensadas.

4. Método

Esta investigação é uma revisão crítica de literatura, elaborada a partir de uma análise narrativa e qualitativa que, conforme Rother (2007). é considerada apropriada para contextualizar o desenvolvimento de um tema. Isso porque é predominantemente constituída pela análise e síntese de conteúdos científicos, como livros, artigos, dissertações e teses, o que exige interpretação

e elaboração crítica de quem pesquisa. A autora ressalta que esse tipo de estudo não objetiva a utilização de critérios rígidos e sistemáticos de análise, como a seleção minuciosa e detalhada de dados quantitativos, envolvendo perguntas específicas. Entretanto, sua relevância engloba a educação continuada e permite a rápida atualização de conhecimento sobre uma temática, em um período específico.

Botelho *et al.* (2011) complementam que a revisão narrativa, também chamada de revisão bibliográfica tradicional de literatura, tem como foco a busca e a compilação de um assunto específico em acervos científico É frequentemente empregada em pesquisas da área da saúde e da educação, a fim de se desenvolver conhecimento crítico-reflexivo sobre o tema.

Os autores apontam que a revisão narrativa de literatura busca oferecer uma visão teórico-conceitual sobre algum conceito, envolvendo a interpretação e a perspectiva crítica pessoal de quem está investigando. Portanto, a metodologia não visa responder a uma pergunta específica, tampouco utilizar métodos rigorosamente sistemáticos, mas fundamentar teoricamente o tema e fomentar discussões mais aprofundadas.

5. Resultados e Discussão

A análise da literatura permite compreender que a docência, sobretudo na Educação Básica, tem sido fortemente impactada pelas consequências impostas pelo sistema neoliberal, que redefine as relações de trabalho fundamentando seus interesses em princípios de competitividade, produtividade e individualização, de forma a tornar a prática docente cada vez mais precarizada, instável e emocionalmente desgastante.

A racionalidade neoliberal, no campo educacional, envolve a intensificação das exigências, a redução de investimentos públicos estatais, a mercantilização e o sucateamento da educação. Paiva (2015) sinaliza que o neoliberalismo busca transformar a docência em um campo informal, sujeitando as profissionais à informalidade e à perda de autonomia profissional.

As consequências desse processo são devastadoras para a saúde psíquica. Sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções, salários baixos, desvalorização profissional e constantes cobranças, frequentemente culminam em episódios de estresse, ansiedade e depressão.

De acordo com Tostes *et al.* (2018), a professora sofre pressão diante da necessidade de cumprir metas, de atender as demandas institucionais e permanecer com alto rendimento, mesmo perante à falta de condições dignas e adequadas para o exercício da função.

Ao pensar que o neoliberalismo instaura uma cultura de medo e insegurança, minando o senso de pertencimento e propósito no trabalho, pode-se compreender que o sofrimento psíquico aparece como resultado de um sistema que busca transformar o ser-humano em máquina. Ao retirar o sentido da função, atrelando-o somente à produtividade, a professora aparece como mera peça descartável de uma engrenagem lucrativa, e não como um indivíduo munido de sonhos, sentimentos, comportamentos, percepções e necessidades.

A categoria de gênero, no contexto neoliberal, torna-se essencial para pensar a desvalorização do trabalho feminino. De acordo com Louro (2003) e Vianna (2013), o trabalho educacional da mulher foi condicionado à visão de uma extensão das funções maternas e do cuidado, não observadas propriamente como atividades técnicas, intelectuais, que exigem um desempenho físico, lógico, cognitivo e relacional, e que são dignas de valorização social e financeira.

Ademais, a divisão sexual do trabalho, nesse sentido, impõe às mulheres uma dupla sobrecarga: o cuidado com o lar e a família, e as demandas profissionais. Federici (2004) reforça que o patriarcado se sustenta no trabalho não-remunerado das mulheres, diminuindo as funções de cuidado , que, por sua vez, são necessárias para a manutenção da sociedade.

A precarização da docência pode ser entendida também como um mecanismo de opressão, especialmente quando se considera a precarização do trabalho feminino. O sofrimento psíquico proveniente dessa atuação pode ser visto como uma expressão estrutural do adoecer. Tostes *et al.* (2018), Neves *et al.* (2019) e Coelho & Neves (2023) concordam com a ideia de que o sofrimento psíquico é diretamente relacionado ao sistema socioeconômico vigente.

Sintomas como estresse, fadiga, ansiedade, depressão, percepção de enlouquecimento, falta de pertencimento, entre outros, não devem ser compreendidos como desgastes individuais ou vulnerabilidades subjetivas, mas como respostas advindas de um cenário de exploração, desvalorização e desumanização.

A culpabilização individual, além de nociva para a trabalhadora, impede também que as causas coletivas, como a sobrecarga, a falta de reconhecimento, o baixo salário e a falta de sentido ganhem visibilidade e sejam enfrentadas politicamente.

O adoecimento psíquico das professoras deve ser observado como sintoma de um sistema neoliberal patriarcal que busca explorar, desvalorizar e sucatear o trabalho feminino, sobretudo em relação a questões de gênero.

Compreender o sofrimento mental é fundamental para reconhecer que ele é produzido socialmente e sustentado politicamente.

Dessa forma, a construção de políticas de valorização, condições de trabalho adequadas, visibilidade à saúde e reconhecimento financeiro são essenciais para que a docência possa ser exercida dignamente.

Considerações Finais

A análise do adoecimento docente, articulada ao contexto neoliberal, permite compreender que as manifestações do sofrimento psíquico entre as professoras não se restringem a aspectos singulares ou individuais; são a expressão de um processo sócio-histórico, marcado pela precarização do trabalho e pela desvalorização das práticas educativas.

Ao impor uma lógica centrada na eficiência, na produtividade e na competição, o neoliberalismo transforma o trabalho educacional em um processo de constante cobrança, no qual o valor da professora é medido por resultados e indicadores de seu desempenho.

Essa perspectiva socioeconômica infiltra-se na relação humana, reconfigurando o sentido do ser e fazer docente. A professora passa a ser vista como executora de metas, submetida a uma pressão que, eventualmente, pode comprometer a sua saúde mental. A docência, nesse cenário, é atravessada por sentimento de impotência, exaustão e frustração diante de exigências cada vez mais distantes das condições propícias de trabalho.

Compreender o adoecimento docente como um sintoma social é necessário para repensar a lógica neoliberal e possibilitar o desenvolvimento saudável da educação, sobretudo pública e emancipadora. A individualização apenas reforça a culpabilização pessoal e mascara as dimensões estruturais do problema que se insere. Dessa forma, faz-se necessário refletir e agir de maneira crítica, a fim de possibilitar a elaboração de políticas públicas e institucionais que priorizem e valorizem o bem-estar docente e a saúde coletiva no ambiente educacional.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Referências Bibliográficas

BOTELHO, L. L. *et al.* O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, 2011, v. 5, n. 11. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n1/v26n1a06.pdf

CEPELLOS, V. M. Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. Revista de Administração de Empresas, v. 61, n. 2, p. e20190861, 2021.

COELHO, L. & NEVES, T.. Sofrimento psíquico no neoliberalismo e a dimensão política do diagnóstico em saúde mental. Saúde e Sociedade, v. 32, n. 3, p. e220850pt, 2023.

DOWBOR, L. Entender a crise, retomar as conquistas. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 89, p. 89–95, 2017. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/132420.

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva, 2004.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade E Educação Uma perspectiva Pós-Estruturalista, 2003.

LEDA, D. B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: João dos Reis Silva Jr.; João Ferreira de Oliveira; Deise Mancebo. (Org.). Reforma Universitária: dimensões e perspectivas. 1 ed. Campinas: Alínea, 2006.

MENEZES, K. M. G & FIRMINO, E. D. P. Envelhecimento, gênero e educação: desafios e reflexões em um programa de EJA. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 8, n. 15, jul./dez. 2019.

NEVES, M. Y. R. & BRITO, J. C. & MUNIZ, H. P. Women schoolteachers' health, gender issues, and work in elementary education. Cadernos de Saúde Pública, [s. l.], v. 35, p. 1–4, 2019.

PAIVA, J. Z. S. O trabalho docente no contexto capitalista. Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: https://epppac.com.br/wp-content/uploads/2021/07/34-O-TRABALHO DOCENTE-NO-CONTEXTO-CAPITALISTA.pdf.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2007, v. 20, n. 2. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/#ModalArticles.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero patriarcado violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

TOSTES, M. V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. Saúde Debate, v. 42, n.116, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/abstract/?lang=pt#.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In S. C. Yannoulas (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações (pp. 159-180), 2013.

VIEGAS, M. F. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. Educação e Pesquisa [online]. 2022, v. 48. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244193.

NEOLIBERALISMO ENRAIZADO: AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DESENFREADO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO

Ana Beatriz de Araujo Guedes

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Elisa Maria Andrade Brisola

1. Introdução

O presente estudo é parte das reflexões tecidas no trabalho de pesquisa que gerou a dissertação de mestrado intitulada “Gênero e o Ensino de História: perspectivas de alunos e professores de história em relação ao Novo Ensino Médio” e busca compreender as mudanças do chamado “Novo Ensino Médio” (NEM) e as desigualdades criadas por ele. A preocupação com o NEM e suas desigualdades decorrem da consolidação do modelo neoliberal no cenário nacional e internacional, o qual aponta, de forma crescente, para a mercantilização da educação. Para tanto, de forma breve faz-se uma contextualização do crescimento do neoliberalismo e sua entrada nas bases da política e da economia brasileiras.

De acordo com Anderson (1996), o neoliberalismo surge logo após o fim da Segunda Guerra Mundial nas regiões onde reinavam o capitalismo, em especial na Europa e na América do Norte. Assim sendo, houve uma forte reação política contra o Estado de bem-estar social, abrindo maior espaço para o mercado. A ação do Estado como mantenedor de direitos passa a ser vista como ameaça à liberdade política e econômica.

Nesse contexto, cabe pontuar que o neoliberalismo emergiu como resposta à crise de acumulação capitalista a partir da década de 70 do século XX e “alterou a organização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação” (Barbosa & Figueiredo, 2023, p. 5) produzindo mudanças substantivas no Estado e nas políticas sociais de modo geral e particularmente na Educação.

Basso e Bezerra (2014) apontam que no Brasil houve inicialmente a ilusão de que o neoliberalismo não criaria raízes; contudo, com a instauração da ditadura civil-militar no país, iniciou-se, também, o desmonte do Estado brasileiro, que atravessou o governo de José Sarney (1985-1990) e culminou na eleição de Fernando Collor de Mello (1989).

É, portanto, a partir dos anos 1990 que as diretrizes do Estado desenvolvimentista são abandonadas e a matriz neoliberal prospera. É nesse contexto, no governo Collor de Mello (15 de março de 1990 – 29 de dezembro de 1992), que se iniciam as discussões das reformas, dos processos de privatização que atravessam os governos sequentes e do empoderamento do mercado, o que de certa maneira encaminha o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (em 2016). Assim, com a retomada do debate relacionado às reformas, no governo Temer (1° de agosto de 2016 a 1° de janeiro de 2019) pode-se destacar a aprovação das modificações estruturais no Ensino Médio, em 2017.

Conforme expõem Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, mas um tipo de política econômica que se espraiou para todas as relações sociais e esferas da vida e transformou a educação em mercadoria, sob a égide do mercado.

Silva e Marques (2020) destacam que o neoliberalismo consiste na concentração de capital, sendo o mercado orientado por princípios que visam moldar a sociedade por meio de alterações na função do Estado e pela expansão da liberdade no âmbito econômico. Também apontam que, a partir do final dos anos 1970, as principais potências econômicas deram início a uma reestruturação de seus aparatos estatais, incorporando o neoliberalismo como uma das alternativas para os Estados nacionais. A justificativa apresentada era de que, por meio dessa abordagem, o mercado poderia colaborar na condução da economia, estabelecendo, assim, uma forma de bem-estar social.

É por meio da implementação do neoliberalismo que a educação se torna uma oportunidade muito viável de lucro. Ball (2018) oferece importantes reflexões sobre a conformação do mercado no campo educacional. O autor evidencia que o fortalecimento das parcerias entre o Estado e as empresas privadas na oferta de serviços educacionais segue uma lógica mercadológica, na qual o poder público transfere suas responsabilidades e confia soluções a agentes privados. Esse movimento resulta na transformação de problemas coletivos em fontes de lucro, consolidando a mercantilização da educação e conferindo às corporações e organizações sociais um papel central na prestação de serviços educacionais.

Além disso, ao analisar o panorama histórico e político, especialmente no contexto brasileiro, percebe-se que o neoliberalismo se consolidou gradualmente nas estruturas sociais, difundindo a noção de inoperância do Estado e promovendo a valorização do mercado. Isso porque, segundo essa lógica, o setor privado é visto como impulsionador do progresso e da modernização, enquanto o Estado, com seus processos burocráticos, é considerado um obstáculo ao desenvolvimento nacional.

Outrossim, essa tendência se expande globalmente, com o setor privado criando redes como parte dos esforços para ampliar o acesso à Educação Básica em países em desenvolvimento (Ball, 2016), de forma a privatizar parte do fundo público destinado à educação.

Ademais, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que projeta quais conhecimentos são ou não considerados essenciais para o ensino dos alunos brasileiros, foi influenciada, como indicam Sena, Albino e Rodrigues (2021), por empresas e fundações filantrópicas, as quais, guiadas por concepções do neoliberalismo, buscam a criação de mão de obra barata.

Assim sendo, ao analisar o panorama educacional em sua totalidade, conforme discutido por Ball (2018), percebe-se que a realidade brasileira não se difere substancialmente. No Brasil também se observa a transformação da educação em mercadoria, impulsionada pela forte influência neoliberal.

A adoção da reforma neoliberal do Ensino Médio (EM) insere-se nesse contexto, e suas disparidades tornam-se mais evidentes à medida que se identificam as conexões entre o setor estatal e as dinâmicas de mercado.

2. O “Novo” Ensino Médio: a contrarreforma escancarada

A reforma divulgada como “Novo Ensino Médio” insere-se em um debate que ganha força, no Brasil, a partir dos anos 1990, dentro da agenda neoliberal, mas cuja implementação teve início apenas em 2017, com as reformas promovidas durante o governo Temer, como a Medida Provisória nº 746/2016, que estabelece a obrigatoriedade apenas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no currículo (Brasil, 2016). Soma-se a isso a elaboração BNCC, concebida como um referencial orientador para a educação básica em todo o território nacional.

A medida provisória foi convertida na Lei nº 13.415, que faz parte de um conjunto de normas e iniciativas correlatas responsáveis pela implementação de um projeto neoliberal para o Ensino Médio. Com a sanção dessa lei, ocorreu o aumento da carga horária escolar e a introdução dos Itinerários Formativos, que abrangem disciplinas específicas e oferecem aos estudantes a oportunidade de escolher áreas de interesse para aprofundamento.

Contudo, disciplinas tradicionalmente consideradas essenciais assumiram um papel secundário, sendo alocadas nos Itinerários Formativos com carga horária reduzida e sem obrigatoriedade para todos os estudantes do EM. Assim, áreas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia ficam restritas a um grupo específico de alunos que optam pelo itinerário

correspondente. Além disso, observa-se uma desvalorização da carreira docente, já que a implementação do dito “Novo” Ensino Médio ocorreu sem um diálogo efetivo com a comunidade educacional, sendo realizada sem a consulta e a aprovação necessárias.

Santos e Silva (2022) afirmam que as alterações curriculares tendem a precarizar a formação dos jovens, especialmente aqueles das classes trabalhadoras, tornando-os terceirizados, padronizados e pouco críticos, absorvidos pelo capitalismo flexível. Essa perspectiva ajuda a compreender o interesse de empresas privadas na elaboração do modelo, pois quanto mais fragilizada estiver a educação dos jovens, maior será a oferta de trabalhadores terceirizados no mercado.

Segundo Carvalho e Souza (2020), o currículo tem uma orientação conservadora e privatista, sendo apresentado sob o rótulo de “reforma” que, supostamente, oferece ao estudante a liberdade de escolher seu próprio conhecimento e flexibilizar o ensino. No entanto, esse discurso aparenta ser democrático apenas na teoria, pois, ao examinar a implementação do modelo, as condições locais, a individualização da educação, a alegada liberdade de escolha do futuro, a realidade das escolas públicas e o ideal meritocrático pautado na lógica mercadológica, revela-se sua verdadeira face. Assim, essa “reforma” configura-se, na prática, como uma contrarreforma, travestida da palavra “novo”, cujo propósito central é favorecer os interesses do mercado em detrimento da qualidade educacional.

Pelissari (2023) dialoga que o uso do conceito “contrarreforma” se define como a utilização da caracterização de políticas que representam, em sua essência, movimentos relacionados à conservação ou restauração. Ou seja, são movimentos que, como o ocorrido na formulação da BNCC, articulam-se para conter possíveis mudanças progressistas. O que de fato ocorreu, pois as primeiras versões do documento apresentavam reflexões e possibilidades mais plurais para os conteúdos a serem trabalhados no ensino de História, mas a versão final conservadora da BNCC foi aprovada, em um movimento contrário à reforma curricular que estava sendo desenhada.

O mesmo autor (Pelissari, 2023) aponta que a contrarreforma, portanto, opõe-se ao conceito de revolução passiva de Gramsci, que é dado como uma forma de analisar dinâmicas históricas que, embora inseridas em uma totalidade social específica, configuram inovações alinhadas aos interesses dos grupos subalternos, mesmo quando articulam demandas e agendas de diferentes classes sociais.

Poulantzas (1977) demonstra que, embora a política social do Estado capitalista possa, em certos casos, favorecer os interesses de determinadas classes subalternas, não apresenta a capacidade de questionar estruturalmente

o Estado. Em essência, mesmo as reformas se situam no mesmo horizonte histórico-conceitual, caracterizado pela preservação da ordem existente, uma vez que ambas são conduzidas pelas frações dominantes. A distinção entre reforma e contrarreforma reside, fundamentalmente, na configuração específica do Estado capitalista que acompanha cada um desses processos, resistindo mais ou menos às mudanças, conforme os diferentes contextos sociais. E, como apontado anteriormente, os anos da aprovação da BNCC e do NEM foram momentos de crescente conservadorismo e privatismo.

Assim sendo, a agenda neoliberal concebe a formação para o trabalho como um conhecimento prático e especializado, limitado a atividades específicas e valorizado pela sua utilidade imediata, enquanto o trabalho intelectual ou sistematizado tende a ser desconsiderado. Além disso, observa-se que tanto o neoliberalismo quanto o atual EM fazem parte de um projeto alinhado aos interesses das classes dominantes, que buscam instaurar mecanismos para consolidar suas relações de poder. Dessa forma, fica claro que o Novo Ensino Médio representa um projeto político-educacional estratégico.

É fundamental construir um currículo que estimule o pensamento crítico do estudante, assim como compreender as condições do indivíduo no atual Ensino Médio, um projeto aprovado de acordo com o modelo neoliberal, uma vez que “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder” (Foucaut, 2007, p. 183).

Assim, torna-se evidente que o retrocesso social promovido pelo neoliberalismo implementado no Ensino Médio intensifica as desigualdades sociais no país.

3. A Educação a Jato para o Mercado

A partir da bibliografia pesquisada e pelo exposto anteriormente compreende-se que o Novo Ensino Médio faz parte de um projeto. Sena, Albino e Rodrigues (2021) evidenciam uma grande influência e participação de empresas e fundações filantrópicas na criação da BNCC, como Fundação Lemann, Fundação Bradesco, Fundação Senna, Fundação Roberto Marinho, GOL, Fundação Vale, Google, Santander, Microsoft, Suzano, Instituto C&A, Instituto Coca-Cola Brasil, Burguer King, BCG.

Os autores evidenciam como essas fundações, guiadas pelas concepções do neoliberalismo, procuraram definir e fazer com que a contrarreforma do Ensino Médio se tornasse lei a qualquer custo. Dessa forma, é possível compreender que essas empresas buscam a ausência de um

pensamento crítico. Em um mundo que acredita na meritocracia, pode parecer contraditório ser parte do projeto capitalista formar mão de obra menos qualificada para trabalhar nas empresas. Mas isso pode fazer sentido caso se considere que as organizações podem preferir contratar trabalhadores com baixa qualificação para reduzir custos. As mudanças no EM impedem o acesso de jovens pobres a níveis superiores de educação e, uma vez que foram criadas pelas lentes econômicas, pode-se dizer que buscam mão de obra pouco qualificada, reprodutora e por isso barata, o que amplia as desigualdades sociais.

Ademais, as empresas citadas acima são, de acordo com Ball (2014), canais de uma rede internacional de relações que difundem os valores neoliberais, sendo capazes de influenciar pensamentos e comportamentos de governos nacionais por meio de ideais e de discursos para mudar o entendimento do público em relação a problemas sociais do país, sobretudo a educação.

O trabalho de Carvalho e Souza (2020) indica que essa mudança integrou um plano mais abrangente de retrocesso social, econômico e político, que confrontou os progressos limitados historicamente obtidos pelas camadas menos favorecidas no Brasil. Esses progressos foram viabilizados por meio de políticas públicas de redistribuição de renda implantadas a partir dos anos 2000, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao comando executivo. Contudo, essas conquistas passaram a enfrentar a oposição de grupos conservadores, compostos pela elite econômica, pela grande imprensa e por segmentos da classe média, que se manifestaram tanto no Legislativo quanto em parte do sistema Judiciário.

Souza Neto (2019) analisa a relação da BNCC com políticas de reorientação adotadas por diversos países, como Estados Unidos, Espanha e Chile. O estudo destaca que a noção de uma “agenda estruturada” (Dale, 2004), associada ao neoliberalismo e a uma perspectiva mercadológica, já demonstra um considerável insucesso. Por sua vez, Sahlberg (2015) indica, a partir do exemplo da Finlândia[7], que as políticas curriculares precisam ser pensadas para a escola e dentro dela. Sem essa abordagem e sem o investimento adequado nos professores, a disputa em torno do currículo acaba se tornando apenas um esforço para impor modelos que não correspondem às demandas do mercado.

Entretanto, o Brasil não está distante dos países mencionados anteriormente. Capuchinho e Peres (2022) destacam que o financiamento da

[7] A Finlândia, país que por muitos anos foi considerado aquele com a melhor educação do mundo, por adotar atualmente uma educação menos rígida e mais interdisciplinar está verificando uma perda na aprendizagem dos conteúdos tradicionais, como matemática e linguagens. https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/01/04/antes-melhor-do-mundo-finlandia-ve-desempenho-dos-alunos-cair-e-tenta-encontrar-erro-modelo-inspirou-brasil.ghtml.

educação no país enfrenta limitações e avança de forma mais lenta, pois os recursos mais relevantes destinados ao setor estão vinculados à volatilidade da arrecadação tributária, tornando sua disponibilidade suscetível às flutuações da conjuntura econômica nacional.

Além disso, os autores apontam a ausência de um comprometimento efetivo da União em suplementar esses recursos, transferindo aos municípios a responsabilidade por uma parte significativa do percentual do PIB destinado à educação.

O estudo de Souza Neto (2019) se faz muito importante, uma vez que é preciso analisar o contexto geopolítico e social para compreender se o NEM e a BNCC se encaixam como utilitárias dentro de um país tão desigual. O autor comenta que

> No Brasil, em especial, essas alianças utilizam-se de slogans midiáticos e panfletários, oriundos da internacionalização dos modelos educacionais nos mais diversos territórios empresariais e educacionais, bem como no campo da opinião pública. Atrelada à ideia de legitimação pública, configura-se também a construção de um discurso que reverbera internacionalmente, enfatizando ao mundo que o Brasil tem a capacidade de ofertar um projeto de Ensino Médio por meio da reforma de seu currículo oficial, atendendo às demandas dos grandes modelos internacionais e centrada na formação por competências para ocultar a tradicional lista de conteúdos a serem ensinados (Souza Neto, 2019, p. 1266).

Dessa maneira, torna-se cada vez mais evidente, por meio da revisão de literatura, a relação entre a elaboração da BNCC e a criação do NEM e a afinidade de ambos com o âmbito privado.

Silva e Gonçalves (2022) indicam que houve uma contextualização político-social para que a implementação das mudanças no Ensino Médio pudesse ocorrer. A priori, devemos relembrar a ocorrência de eventos consideráveis, como as manifestações sociais de 2013, as eleições presidenciais em 2014, que foram marcadas por uma polarização que levaria ao impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, bem como a implementação de reformas neoliberais no governo Temer, a partir de 2016.

Nesse sentido, Silva e Gonçalves (2022) identificam que, no período citado, também houve uma expansão relacionada a grupos ultraconservadores e conservadores, que vieram a culminar na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que trabalhou, de forma desenfreada, com a articulação e a implementação de fato das contrarreformas neoliberais propostas em 2016.

Outrossim, compreende-se a importância do contexto histórico e da polarização citada para a compreensão de como projetos neoliberalistas foram ganhando forma no campo da educação brasileira.

4. Entre Promessas e Precarização: a realidade do Novo Ensino Médio

A partir de entrevistas realizadas com seis alunos e quatro docentes do atual Ensino Médio, atuando em instituições públicas de ensino em uma cidade do Estado de São Paulo, coletamos reflexões desses sujeitos acerca de suas percepções sobre a desigualdade. Para a elaboração deste capítulo, foram entrevistados dois estudantes de escolas diferentes, e dois professores, também de escolas diferentes.

Em razão da condução de entrevistas, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética vinculado ao Programa de Mestrado, sob o parecer número 6.677.928. As entrevistas com professores e estudantes foram gravadas em áudio. Todos os participantes assinaram os Termos de Consentimento e, para os menores de idade, houve a necessidade da autorização dos responsáveis.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi encaminhado aos responsáveis por meio dos alunos para assinatura. O documento apresentou os possíveis riscos e desconfortos da pesquisa, garantindo que não haveria procedimentos que comprometessem a integridade física, psicológica, moral, mental ou a dignidade dos participantes. Também foi preenchido pelo adolescente o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, que expõe o convite para participação na pesquisa, seus objetivos, riscos e benefícios de forma clara e acessível, permitindo que o jovem decida se deseja ou não participar das entrevistas. Após a assinatura dos termos, as entrevistas foram agendadas, conduzidas e transcritas.

Analisando o contexto do Novo Ensino Médio no Estado de São Paulo, nos deparamos com a criação do Currículo Paulista, um projeto que adota a iniciativa de definir as competências e habilidades fundamentais para o progresso dos estudantes paulistas em todas as fases da Educação Básica, tomando como base a BNCC. Assim sendo, quando perguntado a um aluno sobre a conjuntura do Novo Ensino Médio, foi respondido que:

> Muitas escolas não têm aula de História, não têm aula de Geografia, não têm aula de Física, Química, porque foi trocado pelos Itinerários Formativos. E daí como que você vai conseguir ingressar numa faculdade? Como vai conseguir fazer ENEM e os outros vestibulares não tendo matérias básicas? Para nós que estamos mais à frente, há uma grande vantagem. Ainda mais porque, teoricamente, o ensino é um

> pouco melhor, né? E ainda mais que a escola pública hoje em dia não tem tantas aulas importantes quanto deveria ter (Kelvin, aluno do Ensino Médio).

Entre as entrevistas analisadas, todas apontaram para a desigualdade cada vez mais profunda e o desmonte da educação, em especial na área pública, por razão da contrarreforma do Ensino Médio. Ainda assim, compreende-se que há um aspecto positivo encontrado nas entrevistas, uma vez que, por meio delas, foi demostrado que alunos e professores não só estão acompanhando as mudanças, mas também debatendo-as e questionando-as.

As preocupações referentes à aplicação da reformulação do EM no Estado de São Paulo se relacionam a muitos aspectos. Como afirmou Kelvin, existem diferenças que potencializam as desigualdades, como número de aulas, disciplinas e a estrutura das escolas.

Contudo, a fala de Kevin também permite compreender uma certa hegemonia discursiva em torno da função estabelecida para o EM. O aluno aponta a necessidade de se incluir no currículo disciplinas ligadas à possibilidade ou não de ingressar em um curso superior. Apesar da necessidade dessa dimensão formativa, é preciso lembrar que o EM constitui uma etapa da formação básica dos estudantes brasileiros, e não apenas um trampolim para o acesso ao ensino universitário. Nessa direção, entende-se que o Ensino Médio, assim como outras etapas da Educação Básica, deve ser lido como um momento formativo de jovens brasileiros que abrange sua cidadania e seus aspectos humanos.

Assim, são muitas as preocupações referentes à aplicação da contrarreforma do EM. No Estado de São Paulo, há ainda de se considerar um outro fator que reforça as desigualdades: trata-se do uso de plataformas, as quais estão relacionadas à implementação do neoliberalismo no país e no mundo, e que a cada dia apontam para uma mudança cultural que envolve a educação e sua transformação em mercadoria, acentuando a desigualdade. Ball (2018) indica que a política educacional está tomando novos caminhos e espaços, muitos deles privados, uma vez que, a educação tornou-se uma grande oportunidade de lucro.

O professor Paulo, ao ser entrevistado, aponta para o neoliberalismo como uma das grandes razões para a criação e execução do atual Ensino Médio:

> A nossa educação é neoliberal. Desde as premissas do apoio, do propagandismo, da superação, do engajamento, do empreendedorismo. Até brinco com meus amigos. Você não pode mais ensinar as dinâmicas da desigualdade, o que produz a desigualdade, o que produz o baixo salário. Mas você tem que ensinar o empreendedorismo. É neoliberal. O aluno não precisa ficar sabendo quais são as dinâmicas da desigualdade, porque uns têm muito, uns têm pouco. Você

> tem que ensinar para ele a Educação Financeira (Paulo, professor do Ensino Médio. Grifos nossos).

Paulo demonstra um ponto de vista crítico em relação ao contexto educacional contemporâneo. Contudo, sua narrativa também mostra como ele se impõe nas práticas, nos conteúdos e na concepção das disciplinas. Quando aponta que a Educação Financeira surge como disciplina escolar – em detrimento de componentes como História, Geografia, Sociologia e Filosofia –, parece indicar o reforço de uma questão técnica e mercadológica se sobrepondo à formação crítica, reflexiva e humanística e a um currículo historicamente referenciado.

Essa situação, embora presente no contexto atual, não é recente na história brasileira. Rodrigues (2019) indica a ditadura militar (1964-1985) foi o período de maior precarização da educação pública e da docência no país, além de que nesse mesmo período ocorreu maior idealização tecnicista, a fim de formar mão de obra qualificada para trabalhar nas empresas internacionais instaladas no Brasil.

Rodrigues (2019) também evidencia que, aos pobres, a formação disponibilizada era o ensino técnico de nível médio, visando ulteriormente a um emprego em uma grande corporação, sem outro objetivo além de uma força de trabalho essencialmente repetitiva e financeiramente subvalorizada. Um dos professores entrevistados aponta exatamente para essa questão do retrocesso causado pelo ensino tecnicista e não crítico que está em voga, ou de volta às escolas.

> É uma sociedade estúpida. Então a gente precisa tomar um certo cuidado com relação a isso. Esse é o problema agora. Tirar essas matérias é [...]. Quando essas matérias são tiradas no Brasil? Durante a ditadura, só isso responde. E quando volta? Volta com a esquerda. Ou centro-esquerda (Lucas, professor do Ensino Médio. Grifos nossos).

Como citado pelo professor Lucas, a aprovação da Lei nº 5.692/71, durante a ditadura militar no país, no governo Médici (30 de outubro de 1969 – 15 de março de 1974), colocava Estudos Sociais como obrigatória para o antigo Primeiro Grau, sendo considerada a matéria como atividades e área do estudo, em detrimento do ensino de História. Santos e Nascimento (2015) explicam que, por meio do Parecer nº 853/71, de autoria do Conselheiro Valnir Chagas[8] do Conselho Federal de

[8] Segundo Pedro Silva, Valnir Chagas (1921-2006) "é considerado um dos principais responsáveis pelas políticas educacionais do regime de exceção, atuando de forma ininterrupta no Conselho Federal de Educação (CFE) por quatorze anos, de 1962 a 1976. Integrou o Grupo de Trabalho (GT) que formulou o projeto de Reforma Universitária de 1968 e elaborou parte considerável do anteprojeto de lei que orientou as reformas dos 1° e 2° graus, em 1971. Também foi professor da própria UFC, entre 1962 e 1974, e da Universidade de Brasília (UNB), até sua aposentadoria em 1991. Considerado um intelectual orgânico da ditadura, já que contribuiu decisivamente na formulação, difusão e implementação do projeto educacional e cultural autoritário no país"

Educação, estabeleceu-se a disciplina de Estudos Sociais e Ciências como uma integração dos conteúdos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, além da obrigatoriedade dos Estudos Sociais para o Segundo Grau. Nessa direção, Schimdt (2012) observa que o ensino específico de História, dentro da disciplina de Estudos Sociais, obteve duas horas semanais na matriz curricular. A nova disciplina era considerada como uma interdisciplinaridade, uma evidência dos vieses da Escola Nova (Santos & Nascimento, 2015).

Atualmente, no site do Ministério da Educação[9], há uma breve explicação do funcionamento do Ensino Médio e de como ele impacta positivamente a vida de alunos e professores. Aponta que, por meio das metodologias utilizadas no modelo atual, todos os alunos dos 27 Estados do país terão os mesmos direitos de aprendizagem e uma formação sólida. Contudo, quando entrevistado, o aluno Antônio discorda dessa informação, uma vez que critica o modelo, considerando-o parte de um "emburrecimento" da população.

> Eu só acho que muito desse Novo Ensino Médio, resumidamente, é só para emburrecer as pessoas, é para controlar a população, eu diria. Para controlar o que a gente faz. Sinto que é quase uma forma de ditadura, uma forma de nos anestesiar e não nos deixar criticar (Antônio, aluno do Ensino Médio. Grifos nossos).

Ao trazer seus pensamentos referentes ao NEM, Antônio identifica que o modelo de ensino proposto para a educação pública busca controlar os alunos e limitá-los a uma certa inércia, impedindo-os de se tornarem sujeitos críticos, para respeitar e obedecer àqueles que detêm o poder.

Tal como no clipe lançado em 1982, Another brick in the wall, da banda Pink Floyd, Antônio percebe que, mesmo décadas depois, ainda há um rígido sistema educacional que procura fazer com que os alunos da educação pública, como ele, não venham a pensar de forma diferente, sendo, portanto, obrigados a "emburrecer" e não pensar fora da limitação à qual são obrigados.

Na sociedade neoliberal, tudo foi transformado em mercadoria, em algo a ser comercializado, e o ser humano tornou-se também um item negociável, responsável pela criação de outros bens de consumo. Assim, as classes dominantes impõem seu estilo de vida como modelo a ser seguido, influenciando a maneira de se vestir, de falar e de se comportar (Dardot & Laval, 2016). A escola, por sua vez, reproduz esse padrão educacional das elites. O sistema educacional passa a ser um mercado de ensino, conforme argumenta Gentilli

---

https://www.brasildefato.com.br/colunista/pedro-silva/2021/06/16/valnir-chagas-um-educador-a-servico-da-ditadura-brasileira/

[9] O que muda no Novo Ensino Médio? https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado.

(1996), propondo que, se o sistema escolar necessita de uma estrutura de mercado educacional, as instituições criam táticas competitivas para atuar dentro desses espaços. Assim sendo, o mercado assume o papel de regulador das políticas educacionais, impactando os propósitos e a organização das atividades escolares. Em nome da produtividade, a educação, ao ser tratada como um bem de consumo e não como direito universal, perde seu caráter social e passa a ser vista como uma posse individual, o que justifica a competição como um princípio essencial dentro das instituições de ensino (Gentilli, 1996, p. 32).

Da mesma forma, Ball (2018) indica que, atualmente, a relação do Estado com empresas privadas relacionadas a serviços educacionais estão ligados à lógica de mercado, na qual o Estado, por sua vez, terceiriza seus deveres e delega as soluções relativas às questões vistas como impasses. Além disso, sob essa lógica, o Estado contribui para a competição econômica, criando relações de mercado mais amplas, incentivando o lucro de atividades estatais, transformando os problemas públicos em oportunidades de lucro privado.

Ao tratar da complexidade do processo de transformação da educação em mercadoria, Ball (2018) indica, como exemplo, uma citação da Fundação Bill e Melinda Gates, na qual o próprio Bill Gates salienta que onde o setor público tradicional falha é onde o mercado pode garantir sucesso.

Ao analisar os exemplos trazidos por Ball (2018), fica nítido que a mercantilização da educação não ocorre apenas no Brasil, mas é um movimento global, com auxílio do Estado para a reprodução capitalista de modelo rentista. Para esse modelo, passa a ser importante naturalizar o capitalismo, seus valores e suas formas de troca como únicas possíveis. Tal naturalização exige certo nível de “anestesiamento” e “falta de crítica” para usar as palavras do autor.

É perceptível que as mudanças propostas para a configuração atual do Ensino Médio não correspondem à realidade da sala de aula, fomentando, o aumento da desigualdade social e impedindo que a escola seja um local com maior autonomia e liberdade docente e discente.

Considerações Finais

O Brasil vive um momento em que antigos debates sobre políticas educacionais, iniciados na década de 1990, estão sendo concretizados sem um diálogo democrático com os profissionais da educação. Inserido em um contexto global de reestruturação econômica e política, o país segue a lógica neoliberal, que promove a terceirização e a desregulamentação do setor público, impactando diretamente a forma como o Estado se relaciona com o mercado e oferece serviços, especialmente na área educacional.

Um dos efeitos dessa prática é a plataformização da educação, marcada pela adoção de lógicas empresariais na gestão do ensino. Essa transformação ocorre paralelamente a uma contrarreforma educacional, evidenciada pela reformulação do Ensino Médio, pela precarização do trabalho docente e pela redução da importância de temas estruturais, como gênero e raça, no currículo escolar.

O neoliberalismo impõe a lógica da competitividade e da meritocracia como pilares da educação contemporânea. A pedagogia das competências, por exemplo, reforça a ideia de que o indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando desigualdades estruturais. Esse discurso está em consonância com a ideologia neoliberal, uma vez que transfere a responsabilidade do Estado para o indivíduo, enfraquecendo a noção de educação como um direito social.

A desmobilização política também se torna evidente. Se, há uma década, a juventude estava ativamente engajada em debates sobre direitos sociais, a atual geração parece mais domesticada pelo medo e pela insegurança gerados pelo caos neoliberal. A priorização da sobrevivência imediata, em detrimento da luta por direitos, é um dos principais impactos dessa mudança de paradigma.

A reestruturação do Estado também se manifesta por meio da ampliação das parcerias público-privadas. A partir das reformas iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um crescimento expressivo de organizações privadas sem fins lucrativos que passaram a atuar na gestão de serviços públicos. Esse fenômeno reflete um deslocamento do papel do Estado, que passa a ser regulador e financiador, mas não mais provedor direto de políticas sociais.

A lógica da eficiência e da redução de custos está na base desse modelo, mas ela desconsidera que o Estado, ao prover educação pública, não visa ao lucro e deve garantir direitos. No entanto, o discurso da crise fiscal tem sido, cada vez mais, utilizado para justificar cortes no financiamento da educação pública, favorecendo a mercantilização do setor e ampliando as desigualdades de acesso ao ensino de qualidade.

A atual configuração política e econômica tem impactado profundamente a educação, tanto no Brasil quanto no contexto global. A contrarreforma neoliberal busca conter os avanços conquistados ao longo das últimas décadas, desmobilizando movimentos sociais e promovendo um discurso de eficiência que, na prática, enfraquece o papel do Estado como garantidor de direitos.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender os mecanismos que sustentam essas transformações e refletir sobre estratégias de resistência e contra narrativas. A análise crítica das políticas públicas e da reorganização do Estado é fundamental para vislumbrar caminhos que possam garantir uma

educação pública de qualidade, inclusiva e comprometida com a formação dos jovens brasileiros.

Referências

Anderson, P. (1996). Balanço do Neoliberalismo. In P. Gentili, & E. Sader (Org.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.* (3ª ed.). Paz e Terra.

Ball, S. J. (2018). Política Educacional Global: reforma e lucro. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, *3*, 1-15. https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12671

Barbosa, O. S., & Figueiredo, A. M. (2023). Neoliberalismo e as reformas curriculares no Brasil: implicações para a construção da BNCC do Ensino Médio. *Olhar de Professor*, *26.* https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.26.20434.011.

Basso, D., & Bezerra Neto, L. (2014). As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. *Revista Interinstitucional de Reflexão e Investigação*, *1* (16). https://doi.org/10.5216/rir.v1i16.29044.

Carvalho, C. C. L., & Souza, A. A. A. (2020). Reforma do Ensino Médio. *Revista Labor*, *2*(21), 11-23. https://doi.org/10.29148/labor.v2i21.40995

Dale, R. (1995). O marketing do Mercado educacional e a polarização da educação. In P. Gentilli (Org.), *Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Vozes.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Gentilli, P. (1995). Adeus à escola pública: a desordem neoliberal e a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In P. Gentilli (Org.), *Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Vozes.

Pelissari, L. B. (2022). A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. *Cadernos de Pesquisa, 52*, e37056. https://doi.org/10.1590/0102-469837056.

Poulantzas, N. (1977). *Poder político e classes sociais*. Martins Fontes.

Santos, B. B. M., et al. (2016). O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção a obrigatoriedade (1930-1970). *Revista História & Perspectivas*, *28*(53). https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32771

Santos, S. C. M., & Silva, K. N. P. (2022). Juventudes precarizadas e a contrarreforma do Ensino Médio: a educação da classe trabalhadora no capitalismo flexível. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, *14*(1), 517-535. https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.45546.

Sena, A. K. C., Albino, A. C. A., & Rodrigues, A. C. S. (2021). Redes políticas que influenciaram a elaboração da BNCC para o Ensino Médio: naturalização da filantropia e mercantilização do ensino público. *Revista Espaço do Currículo*, *14*(1), 1-15. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57809.

Silva, D. P., & Gonçalves, M. A. (2022). Mas, afinal, que sujeito é esse? Dilemas ético-políticos, concepções de democracia e os sujeitos da aprendizagem na BNCC do Ensino Médio. *Educação & Realidade*, *38*. https://doi.org/10.1590/1984-0411.86015.

Silva, M. A. (2019). A contrarreforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017: educação de resultados? *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, *21*(2). Disponível em: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3257

Souza Neto, A. (2019) Ensino Médio em Disputa: tensões engendradas em torno do currículo. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, *17*(3), 1263-1287. Disponível em: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1263-1287

O TRABALHO REPRESENTADO POR MONSTROS: ENCRUZILHADAS ENTRE NEOLIBERALISMO, IMAGINÁRIO E DESENHOS[10]

Gabriel Fujarra Magalhães Capello
Jonathan Fon Garcia
Camila Borges Honorato
André Luiz da Silva

1. Tempos de monstros

"À medida que a sociedade muda, o mesmo acontece com seu monstro".[11]
Musharbash e Presterudstuen (2014, p. 40)

O monstro é um habitante de terrenos: emerge nas tradições orais, nos contos de fadas, nos mitos, na literatura fantástica, nos desvios sociais, nos jogos eletrônicos, no cinema e nas séries dos serviços de transmissão contínua de conteúdo multimídia da internet. Estão sempre em trânsito, raramente se fixam em um local específico. Talvez esse caráter errante constitua um dos maiores desafios para a construção de estudos sobre as representações do monstruoso.

Etimologicamente, o termo remete ao que adverte, ao que mostra, funcionando como um sinal ou prodígio, um glifo em busca de um significante – *monstrum* (Bohadana & Skylar, 2012). Em outra perspectiva, a monstruosidade é associada àquilo que tangencia o que nos assombra e provoca desconfortos ou medos pessoais, coletivos ou históricos (Delumeau, 2009). No entanto, os monstros não se limitam a tais definições. Eles habitam as margens, fogem às classificações convencionais e desestabilizam as fronteiras entre humano e inumano, natural e artificial, real e imaginário. Assim, configuram-se como arautos do indizível, portadores de presságios que anunciam crises e tensões que tensionam a norma estabelecida.

Cohen (1996) apresenta a figura do monstro como uma entidade que emerge a partir de uma encruzilhada metafórica, um ser que se manifesta em determinado momento cultural – em um espaço, um tempo ou um sentimento específico. O monstro é ao mesmo tempo construção e projeção que confere

---

[10] Este capítulo refere-se a uma versão ampliada e revisada do trabalho intitulado "O trabalho como monstro: Representando a experiência do trabalho a partir do desenho-estória temático", apresentado no XXI ENECULT – Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura, em Salvador em 2025.

[11] Tradução livre do inglês: *"As human society changes, so do its monster".*

visibilidade a uma obscuridade inquietante. Para o autor, nem os monstros nem os aspectos da monstruosidade podem ser concebidos como universais ou permanentes: são fenômenos polimórficos e imbricados em contextos históricos e culturais concretos, embora sejam avessos a categorizações fixas.

Nesse mesmo campo de reflexão, Musharbash e Presterudstuen (2020) consideram a palavra monstro como um “termo guarda-chuva”. Tal concepção permite reunir sob um mesmo agrupamento seres diversos, como fantasmas, espíritos guardiões, demônios, ogros, bruxas e *freaks*, entre outros que, em princípio, não seriam considerados como pertencentes ao mesmo espaço contextual e conceitual.

Nota-se que aquilo que é considerado monstruoso não possui um significado fixo em todas as culturas ou períodos históricos, uma vez que sua definição varia conforme o tempo e os contextos sociais. Entretanto, mesmo diante dessa diversidade, as criaturas monstruosas compartilham certas semelhanças: em sua origem, funcionam como presságios, sinais encarnados de algo que está por vir ou que exige atenção. O estudo dos monstros possibilita compreender como eles se vinculam às transformações históricas, adquirindo ou perdendo relevância à medida que o mundo se modifica, seja pela adaptação ao entorno, seja por sua substituição por novas figuras monstruosas (Musharbash & Preterudstuen, 2020).

São apresentados aqui alguns exemplos. Wachtel (1996) faz uma análise da figura do vampiro e de sua representação em Chipaya, Bolívia, destacando um distanciamento em relação ao vampiro “clássico” da tradição europeia. Nesse contexto, esses seres surgem como construções míticas que espelham experiências de violência e dominação colonial. O vampiro, tal como descrito pelo autor, além de se apresentar como uma ameaça sobrenatural que busca sugar a gordura do corpo, emerge em um contexto de crise em que a comunidade estudada enfrenta tensões entre a preservação de tradições e costumes e a ameaça do seu desaparecimento, oriunda tanto das práticas colonizadoras da Igreja como dos avanços da chamada “modernidade”. Assim, o vampiro não se limita a representar o sobrenatural, pois simboliza a própria experiência de colonização, de violência e dos impactos da modernidade que ameaçam a existência da comunidade.

Darnton (2023) apresenta algumas considerações sobre os contos de fadas e analisa a figura do lobo mau, tal como aparece nas versões populares da história da Chapeuzinho Vermelho. Para o autor, o lobo mau representa muito mais do que um simples personagem folclórico destinado a amedrontar crianças. Em sua análise das versões camponesas francesas do século XVII, o lobo simboliza perigos concretos vividos pelas populações rurais, tais como a violência, a ameaça de predadores sexuais ou mesmo da fome.

Em contraste com a versão moralizante dos contos literários posteriores e, como destaca o autor, em oposição a certas interpretações reducionistas da psicanálise sobre a função e o simbolismo desta narrativa, a tradição oral camponesa não enfatizava o castigo por desobediência, mas a brutalidade do mundo e a necessidade de esperteza para sobreviver. A ausência de um desfecho redentor – marcado pela morte definitiva da menina, em muitas versões – sublinha esse aspecto. O lobo, portanto, expressaria diretamente as condições sociais e materiais em que tais histórias circulavam, funcionando como reflexo das tensões, medos e das agruras da vida camponesa.

No conto “O homem da areia”, de Hoffmann (2021), a figura monstruosa encarna-se na personagem Coppelius, que mais tarde reaparece sob o nome de Coppola e que o protagonista Nathanael, desde a infância, associa ao ser lendário conhecido como "homem da areia", entidade que, conforme relatos de sua ama, arrancava os olhos das crianças que se recusavam a dormir. A personagem manifesta uma presença ameaçadora e ambígua, atravessando os limites entre o real e o imaginado, e provocando desconfiança, medo e confusão. Não por acaso, esse conto foi utilizado por Freud (2019) para refletir sobre conceitos psicanalíticos como o *Unheimliche* e a relação com o duplo e com o outro.

A figura do homem da areia não se reduz a um elemento fantástico ou folclórico; representa também inquietações características da modernidade. Surge em meio a experiências de perda, vigilância e formas distorcidas de ciência e racionalidade, revelando um mundo em que as fronteiras entre o humano e a máquina, entre o natural e o artificial, começam a se dissolver. Ao incorporar elementos como autômatos, espionagem e duplicidade, o conto reflete um contexto social e cultural em transformação, marcado pelo avanço técnico e pela incerteza acerca dos limites da experiência humana.

No cinema, “Godzilla” (Honda, 1954) – tal como apresentado no filme de 1954 – surge em um contexto de trauma nacional japonês e devastação vigente, relacionada à experiência histórica das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Sua presença nas telas ressoava com a memória viva da catástrofe e funcionava como meio de reelaboração, por meio da ficção, dos horrores vividos e do luto nacional (Kalat, 2017).

Os monstros não se restringem a criaturas fantásticas ou disformes. A alcunha de “monstro” e “monstruoso” foi frequentemente atribuída a sujeitos considerados fora da norma. O delinquente e o monstro-humano descritos por Foucault (2010), bem como os *freaks* analisados por Leite (2006), exemplificam como a monstruosidade se projeta sobre corpos e comportamentos. Atualmente, esse processo assume novas formas de visibilidade: séries do gênero *true crime* conquistam amplo público ao explorar a lógica dos investigadores que buscam compreender a chamada “mente dos monstros” – psicopatas, *serial killers* e outros sujeitos classificados como ameaças extremas à ordem. A monstruosidade converte-se, assim, em produto cultural de consumo massivo,

como demonstra a série “Monstros” (2024), da Netflix, que figurou entre as produções mais assistidas da plataforma (Toledo, 2024).

A análise realizada até aqui buscou demonstrar que os monstros permanecem presentes, ainda que incorporando outros espaços e corpos, mantendo-se conectados às transformações sociais. Autores como Levina e Bui (2013) retomam a ideia de que o mundo enfrentou rápidas mudanças: guerras, epidemias globais, conflitos econômicos e bélicos, emergência de novas tecnologias de comunicação, processos de migração forçada, mudanças climáticas, entre outros fatores que também se refletem nas narrativas de monstros – ou, em certo sentido, nos próprios monstros. Assim, não surpreende que determinadas figuras monstruosas continuem a habitar as frestas do cotidiano.

Seria impossível abarcar as múltiplas formas como o monstro e a monstruosidade se manifestaram ao longo da história[12]. Importa, por ora, destacar três aspectos: (1) os monstros ocupam simultaneamente o campo da imaginação humana, do fantástico, do social e do cultural; (2) eles são fabricados, ou seja, (re)nascem e são determinados pelo contexto em que surgem; e, (3) sua existência possibilita a expressão de elementos que se articulam em dimensões coletivas e subjetivas – portanto, são históricos. Nessa perspectiva, cabe considerá-los como representações de seu tempo, em consonância com a concepção de Hall (2003), entendida como uma forma de significação que atua simbolicamente na classificação das relações e do mundo.

Observa-se uma escalada da crise de saúde mental no mercado de trabalho brasileiro. Dados do Ministério da Previdência Social apontam um cenário sem precedentes: em 2024, o Brasil registrou 472.328 afastamentos do trabalho por transtornos mentais, número que representa um aumento de 68% em relação ao ano anterior e configura o maior índice da última década (Casemiro & Moura, 2025). Esse quadro sugere uma crise estrutural vinculada às mudanças nos processos de trabalho, resultantes do avanço tecnológico, das reformas na legislação trabalhista e do incremento dos controles e pressões excessivas nos ambientes laborais.

Seguir as pegadas deixadas pelo monstro, compreender seus percursos e examinar como as transformações sociais e históricas impactaram sua forma constitui um exercício de desvelamento das contradições e tensões que marcam diferentes épocas, incluindo a atual época neoliberal. Como sintetiza Cohen (1996, p. 5 – tradução nossa), “[...] o corpo monstruoso é tanto corpóreo como incorpóreo; sua ameaça é sua propensão a mudar”[13].

---

[12] Para saber mais sobre estes aspectos, recomenda-se os trabalhos de Cohen (1996); Delumeau (2009); Musharbash (2014); Musharbash e Preterudstuen (2020).

[13] “The monster’s body is both corporal and incorporeal; its threat is its propensity to shift”.

2. Mutações do trabalho humano, neoliberalismo e monstruosidade

O termo “trabalho” assume significados diversos no cotidiano, variando conforme o tempo histórico em que se insere. Na língua portuguesa, destacam-se dois sentidos predominantes: de um lado, a ideia de trabalho como produto materializado da ação humana, no qual se imprime algo da subjetividade que pode permanecer para além da própria sobrevivência; de outro, a concepção de trabalho como atividade repetitiva, extenuante e aprisionadora.

O termo trabalho. que vem do latim “*tripalium*”, refere-se, entre outros significados, a tortura, padecimento e cativeiro (Albornoz, 1994). Posto isso, impõe-se a necessidade de delimitação conceitual mais precisa sobre o que se entende por trabalho.

Para Marx (2013), o trabalho constitui, desde sempre, uma atividade vital dos seres humanos, remetendo à sua relação com a natureza, em um processo de transformação recíproca. O trabalho especificamente humano distingue-se por não se limitar a determinações instintivas: antes de sua objetivação, é concebido mentalmente. A esse processo, denomina-se “capacidade teleológica” (Cardoso, 2013). Segundo Marx (2013, p. 255-256):

> Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo; portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.

O trabalho humano, portanto, constitui meio de satisfação de necessidades. Ao mesmo tempo, como trabalho concreto e socialmente útil, serve para satisfazer as necessidades do ser humano[14]. O trabalho concreto, socialmente útil, realiza a objetivação daquilo que foi previamente idealizado. (Marx, 2013). Um exemplo elucidativo encontra-se na criação de uma lança: antes de sua efetivação material, é necessário conceber mentalmente as matérias-primas e os instrumentos que serão utilizados. Esse movimento evidencia outra característica essencial do ser humano: a criatividade, expressa na diversidade das objetivações produzidas pelo ser social.

[14] Marx (2023) compreende as necessidades humanas de modo amplo, contemplando tanto as necessidades do corpo quanto as da alma (ou espírito), mais relacionadas às imaginações e fantasias humanas. Assim, uma das características da forma-mercadoria é a produção de necessidades

Contudo, se o trabalho implica o exercício de características tipicamente humanas (a capacidade teleológica e a criatividade, por exemplo), como compreender que ele possa ser representado como monstruoso, nesse tempo histórico específico?

Não é qualquer trabalho que pode ser identificado com o monstro. Apenas no modo de produção capitalista, o trabalho reduziu-se a mero emprego: o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário destinado apenas a garantir sua sobrevivência (Fontes, 2023). Nessa lógica, o trabalho tem como finalidade fundamental a produção de mercadorias. Trata-se de um trabalho abstrato, no qual o valor de uso – a utilidade dos bens produzidos – é sistematicamente subordinado ao valor de troca (Marx, 2013).

Se, no surgimento do capitalismo e na consolidação do modelo taylorista-fordista da produção, o trabalho já assumia contornos dramáticos, na era neoliberal boa parte das suas formas se converte em verdadeira narrativa de horror. O neoliberalismo emergiu nos anos 1930, mas permaneceu à margem até a década de 1970, quando se consolidou como hegemonia em substituição ao keynesianismo, sobretudo diante da crise econômica marcada pela inflação elevada e pelo desemprego em massa. Entre os fatores que intensificaram essa crise, destacam-se a queda das taxas de lucro nos países centrais, a saída dos Estados Unidos do Acordo de Bretton Woods e o embargo econômico imposto pela OPEP, que provocou um expressivo aumento no preço do petróleo (Paulo Netto & Braz, 2011).

A aplicação do neoliberalismo iniciou-se, de forma mais incisiva, no Chile, na Inglaterra e nos Estados Unidos, permitindo ao capital realizar, em resposta à crise, uma ampla reestruturação produtiva, orientada pela necessidade de recuperar elevadas taxas de lucro (Paulo Netto & Braz, 2011). Dessa forma, o trabalho rigidamente organizado pelo modelo taylorista-fordista – caracterizado pela extrema divisão de tarefas, pela cronometragem, pelo ritmo imposto pela esteira rolante e pela chamada administração científica – foi substituído por uma organização flexível, em que o trabalhador já não é concebido como empregado, mas como “colaborador” ou “parceiro” do capital. No entanto, esse novo enquadramento mantém e intensifica a exploração: exige o cumprimento de metas, a constante atualização de competências e a internalização de responsabilidades antes atribuídas exclusivamente ao capital (Antunes, 2020).

Se, em um momento anterior, a subjugação do corpo pela produção em massa configurava-se como alvo prioritário (Alves, 2005), na contemporaneidade o foco desloca-se para a subjugação das mentes dos trabalhadores (Han, 2020). Segundo Safatle *et al.* (2021, p. 27), para alcançar tal objetivo, o neoliberalismo mobiliza discursos de cunho moral, voltados à conformação de sujeitos cada vez mais suscetíveis à lógica do mercado: 2021).

> Design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros

> e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. [...] Um design que só poderia ser feito através da repetição generalizada de exortações morais que nos levavam a compreender toda resistência a tal redescrição empresarial da vida como falta moral, como recusa em ser um "adulto na sala", em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria.

A criação de uma subjetividade empreendedora articula-se com a reestruturação produtiva na medida em que busca torná-la funcional a formas de trabalho cada vez mais precárias, informais e desprovidas de garantias trabalhistas. Tal processo é potencializado pelo desenvolvimento e pela expansão das tecnologias informacionais e digitais, que possibilitam a intensificação da extração de mais-valor, tanto absoluto quanto relativo (Antunes, 2020).

A incorporação das TICs engendra uma verdadeira mutação no mundo do trabalho, inaugurando uma nova morfologia, na qual praticamente todas as atividades podem ser convertidas em fonte de mais-valor. Nota-se, nesse contexto, a ampla proletarização de determinados segmentos, como o setor de serviços, onde se encontra uma parcela expressiva da classe trabalhadora. Essa força de trabalho, em grande parte excluída pelo próprio capital, é absorvida nas novas ocupações mediadas por aplicativos e plataformas digitais, ainda mais destituídas de garantias do direito trabalhista (Antunes, 2020).

Além disso, a baixa remuneração auferida por esses trabalhadores obriga-os a estender a jornada diária, intensificando a exploração e evidenciando o processo de uberização do trabalho. Nesse cenário, torna-se frequente que os próprios trabalhadores internalizem a lógica da responsabilização individual, julgando-se e culpabilizando-se por condições que, em essência, são socialmente produzidas.

> No toyotismo ou nas formas flexíveis de acumulação, os/as trabalhadores/as são interiorizados/as e instigados/as a se tornar déspotas de si próprios/as [...] eles são instigados a se autorrecriminar e se punir se a sua produção não atingir as famigeradas "metas", sendo pressionados a ser déspotas de si mesmos. Eles trabalham num coletivo, em times ou células de produção e, se um/a companheiro/a não comparece ao trabalho, é "cobrado/a" pelos próprios membros que formam sua equipe. É assim, por exemplo, no ideário do toyotismo. As resistências, as rebeldias, as recusas são completamente rechaçadas pelos gestores como atitudes contrárias "ao bom desempenho da empresa (Antunes, 2020, p. 96).

Assim, o neoliberalismo amplia a lógica da concorrência, não apenas entre empresas, mas também entre indivíduos que, concebidos como empreendedores de si, precisam superar uns aos outros para obter lucro (Safatle *et al*., 2021). Esse modo de sociabilidade revela-se profundamente

desumanizador, pois transforma relações que poderiam ser cooperativas em um campo de batalha. Nesse contexto, a “alteridade monstruosa” (Cohen, 1966) torna-se a expressão do medo de exclusão ou de perda da posição conquistada, convertendo o “outro” em inimigo – estranho e perigoso – que deve ser derrotado. Tal dinâmica afeta, inclusive, os modos pelos quais a própria sociedade fabrica os monstros (Jeda & Nascimento, 2009).

Nessa lógica, o trabalho assume caráter invasivo, penoso e doloroso, capturando a totalidade da vida social. Esse aprisionamento não se encerra sequer durante o sono, uma vez que “[...] o capital te acompanha até nos sonhos” (Fisher, 2020, p. 62). As rápidas menções sobre a trajetória histórica do trabalho no capitalismo até o neoliberalismo procuraram elucidar as condições que possibilitam sua associação à monstruosidade como algo ruim. Tal associação decorre do fato de que o monstro e o trabalho incorporam e expressam, de modo permanente, as transformações sociais de cada época.

Nesse sentido, convém retomar as considerações de Mittmann e Hensel (2018), para quem os monstros existem em nossa realidade porque influenciam as formas de nos relacionarmos com o mundo. Se, por um lado, o neoliberalismo fragmenta a experiência social, por outro lado evidencia vestígios de monstros que emergem das rachaduras desse mundo, assombrando-o com sinais de cansaço, depressão e ansiedade. O monstro, assim como o trabalho, modifica-se continuamente, e os sentidos atribuídos a essa experiência emergem dos imbricamentos contextuais que a constituem – aspecto que se reflete inclusive no processo de investigação aqui adotado.

Não surpreende, portanto, que ao solicitar para algumas pessoas que representassem gráfica e narrativamente o que seria, para elas, um monstro, as imagens e histórias produzidas dialogassem, não apenas com acontecimentos recentes da sociedade, mas também com os contextos subjetivos e sociais nos quais estão inseridas. Nesse caso, consideram-se as formas pelas quais esses participantes significam sua experiência de trabalho no contexto neoliberal, mobilizando a figura do monstro como chave de expressão e interpretação.

3. Para se investigar os monstros

Para registrar os monstros e suas representações, empregou-se o procedimento denominado Desenho-Estória Temático (D-E/T), que consiste na produção gráfica e narrativa a partir de uma temática previamente definida pelos pesquisadores. A aplicação foi realizada em folha A4 branca, sem pauta, utilizando-se um lápis grafite número 2 e uma caixa de lápis de cor com 12 unidades (Trinca, 2013). O processo ocorreu em ambiente neutro, sem estímulos externos. Os participantes foram orientados a sentar-se diante da folha em branco para ouvirem esta instrução: “Você está recebendo essa folha em branco. Gostaria que desenhasse um monstro, da forma que quiser e, logo em seguida,

me contasse uma história sobre ele". Ao final, solicitou-se que atribuíssem um título ao desenho e, caso desejassem, acrescentassem outras considerações sobre o material produzido.

Os participantes residem em cidades da região metropolitana do vale do Paraíba paulista, e têm de 19 a 52 anos de idade. Os três "desenhos-estórias" selecionados referem-se a pessoas do sexo masculino – na amostra geral, foram os que produziram dados que dialogavam diretamente com a temática deste estudo. Eles foram extraídos de uma pesquisa com 50 participantes desenvolvida por um dos autores para o seu mestrado.

Cada produção é compreendida como um fragmento simbólico construído a partir de uma dimensão inconsciente-subjetiva entrelaçada a esferas sociais e culturais. Não se trata, portanto, de expressões exclusivamente inconscientes, mas de composições híbridas nas quais inconsciente, cultura e sociedade se mesclam na figuração do monstro.

Na sequência, apresentam-se as descrições dos monstros e de suas respectivas narrativas, identificadas como "**M1**", "**M2**", "**M3**" – códigos que também identificarão os informantes, a fim de preservar-se o anonimato. O objetivo é relacioná-las às discussões desenvolvidas até o momento. A análise considerou, tanto elementos gráficos, quanto os conteúdos narrativos, priorizando, não os aspectos individuais das produções, mas a articulação entre os elementos que estruturam esses monstros e sua relação com o trabalho.

4. O trabalho como potência monstruosa

Os monstros costumam ser associados a lugares específicos, como cavernas, castelos, encruzilhadas, guarda-roupas, naves espaciais, manicômios ou prisões. Esses espaços, por sua vez, oferecem contextos que favorecem o encontro com tais criaturas. Em sociedades atravessadas por mudanças tecnológicas nos processos produtivos que significam sujeição e precarização das condições de trabalho e pela pressão excessiva por desempenho e produtividade, a própria noção de sucesso tende a se esvaziar, transformando-se em palavra repetida, mas sem conteúdo concreto.

Onde há crises e atravessamentos de limites, podem surgir monstros. É o que demonstra Martins (1993), ao analisar a aparição do demônio em uma grande fábrica da região do ABC paulista, nos anos 1950. A racionalidade da fábrica e, por extensão, do mundo do trabalho, também pode constituir cenário para o aparecimento de fenômenos pertencentes ao campo do imaginário, frequentemente classificados pela ciência como irracionais.

Foi exatamente o que ocorreu na cidade de São Caetano, em 1956, quando, durante vários dias consecutivos, operárias relataram a presença do demônio em uma indústria cerâmica (Martins, 1993). Na interpretação do autor,

esse episódio expressou a experiência operária diante da crise do trabalho, representada, naquele contexto, pela inauguração de novas seções, tecnologias e processos produtivos (Martins, 1993). A aparição dessa figura monstruosa no espaço fabril revela as possibilidades de manifestação dos desencontros entre a modernização industrial e as concepções que os trabalhadores – neste caso, especificamente as trabalhadoras – construíam a respeito da modernidade.

Os desenhos e narrativas adiante analisados introduzem monstros de formas e corpos diversos ligados à atividade laboral, embora todos surjam em um mesmo contexto: uma sociedade marcada pelo neoliberalismo e pela crise no mundo do trabalho. A apresentação dos monstros obedece à ordem crescente de idade dos participantes, a fim de evidenciar como as relações estabelecidas com o ambiente social e as experiências vividas podem ter influenciado a representação dessas criaturas.

O primeiro monstro, identificado como **M1** e intitulado “A Grana”, apresenta-se graficamente como um grande cifrão, acompanhado de outros dois menores, nas extremidades da folha. Foi desenhado por um jovem de 19 anos. Nesse caso, o participante, que não constrói uma narrativa linear, com início, meio e fim, desenvolve uma reflexão sobre o símbolo do dinheiro e seu significado em sua vida.

> Eu acho que é por conta dele que muitas pessoas morrem, que vivemos em tanta desigualdade, que outros tem muito e algumas outras pessoas têm tão pouco. [...] Falando desse jeito até parece que ele tem algum tipo de forma ou é algum monstro mesmo, né? Mas é esse pedaço de papel, na verdade, nem isso, é só a ideia do dinheiro, de poder comprar, ter, gastar... É só a ideia, esse monstro representa isso e o quanto as pessoas estão morrendo e se ferrando por conta disso (M1; 19 anos; 19 de fev. 2025).

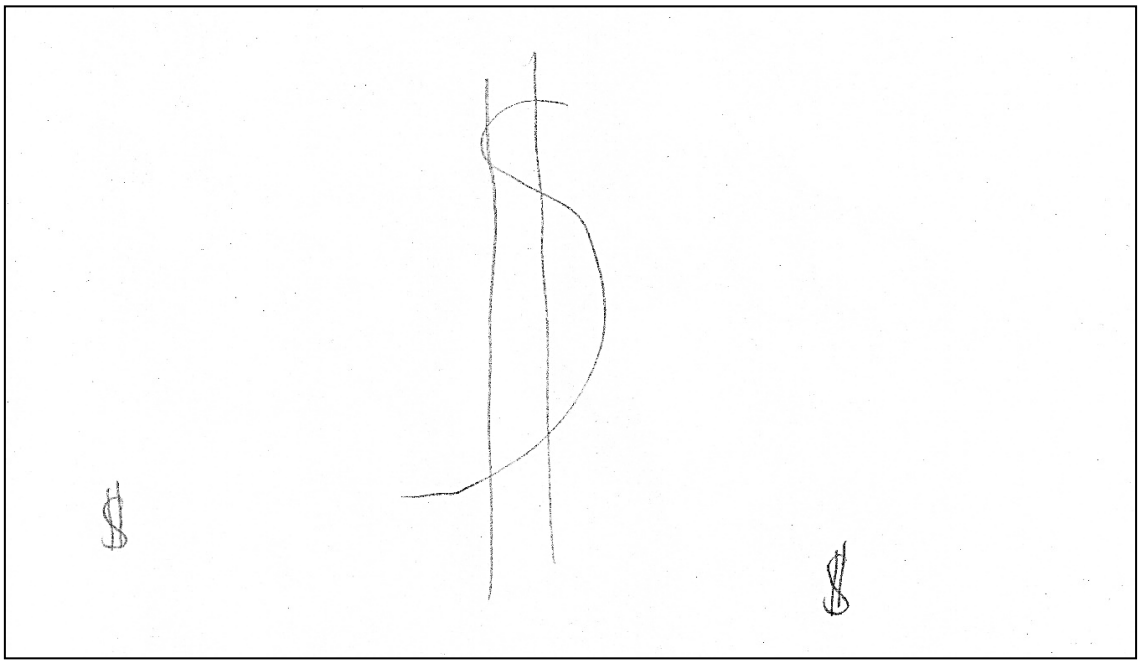
O participante destaca o quanto identifica o dinheiro como o principal elemento que influencia as grandes guerras, mortes, batalhas e outras disputas. Outro aspecto relevante destacado é a maneira como ele narra a própria experiência relacionada ao trabalho e ao dinheiro recebido:

> Eu vejo as pessoas aceitando trabalhos para ganhar pouco, pessoas querendo pagar pouco. Eu mesmo já procurei alguns trabalhos para fazer e acabava me ferrando, porque a pessoa não queria me pagar direito e queria que eu ainda desse o meu máximo. Pensa, se ela quer que eu trabalhe bem, ao menos tinha que me pagar direito, né?! (risos) Isso me fez acabar aceitando alguns trabalhos extras, entregar uma coisa aqui, fazer um freela ali, essas coisas assim. (M1; 19 anos; 19 fev. 2025).

O depoimento do participante evidencia os elementos que justificam a associação entre dinheiro (“grana”), trabalho e a ideia de monstro: a baixa remuneração, a consequente insegurança financeira, a pressão por competitividade e a ampliação da jornada laboral. Em sua fala, acrescenta ainda que não teria muito mais a declarar, e apenas reforça que o dinheiro constitui um

grande monstro, sobretudo pela existência de pessoas que acumulam recursos e exploram os outros, representadas pelos chefes que “não estão nem aí” para o que é feito nas empresas, pagando pouco e expondo os empregados a situação de risco.

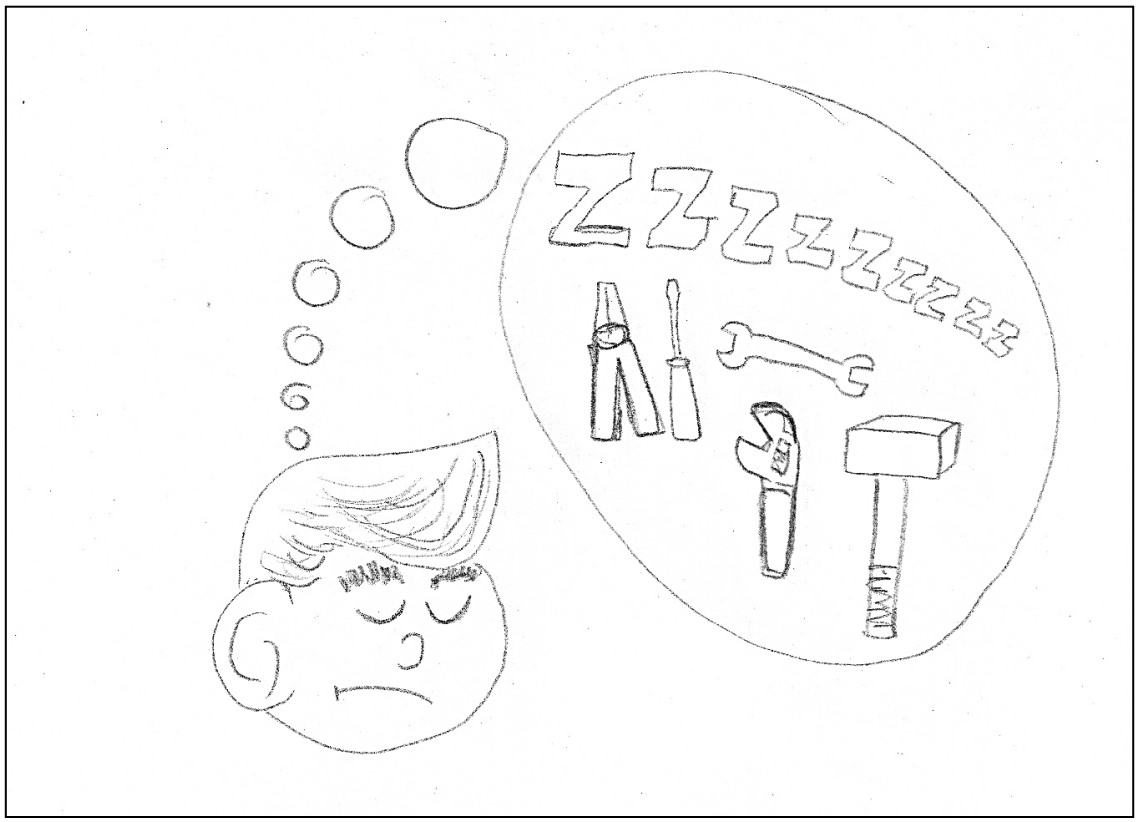
Figura 1 – M1 – A Grana



Fonte: Desenho produzido por um participante de 19 anos, do sexo masculino (2025).

A história **M2**, denominada “O bom cabrito, não berra”**,** foi produzida por um homem de 53 anos. Nela, o monstro é narrado como o evento da demissão do personagem – experiência posteriormente revelada como vivência pessoal do próprio participante. O desenho apresenta um rosto em perfil, com uma orelha relativamente grande, olhos fechados e expressão serena, o que sugere que está adormecido. Acima da cabeça, uma sequência de bolhas representa um pensamento ou sonho. No interior desse balão aparecem as letras "Zzzzz..." (sono) acompanhadas de ferramentas: alicate, chave de fenda, chave inglesa, chave de boca dupla e martelo.

Figura 2 – M2 – O bom cabrito não berra



Fonte: Desenho produzido por um participante de 53 anos, do sexo masculino (2025).

Trata-se de um caso interessante, pois o monstro é figurado como memória que se imbrica no contexto do trabalho.

> Essa história reflete um pouco de uma experiência que eu passei. Esse garoto aí da imagem, ele está sonhando com ferramentas, isso porque ele sempre trabalhou com ferramentaria [...] Ele sempre foi o trabalhador que estava envolvido com o negócio, ele foi crescendo dentro do trabalho e ganhando o respeito do chefe dele (M2; 53 anos; 14 fev. 2025).

Na narrativa-memória, o participante relata que, apesar da performance e dedicação à empresa de ferramentaria, tudo mudou quando o filho do proprietário assumiu as principais decisões. Jovem e menos experiente no mercado, o novo gestor buscava implementar inovações que resultaram em constantes discussões com o personagem-participante.

> Os dois começaram a brigar muito e o novo chefe falou para o garoto que 'bom cabrito não berra'... Essa frase foi um dos motivos que levou a mais brigas e fez o personagem aí ser demitido. [...] O monstro seria esse pesadelo, ele fica vivendo essas memórias todas, várias e várias vezes, e isso é bem desconfortável. Eu passei por isso quando fui demitido, sabe?! Inclusive, foi de onde busquei essa ideia aqui para a

> história, eu passei por algo assim e ouvi essas coisas todas, lembro de ficar pensando e sonhando com essa situação por um bom tempo. Eu sinto que 'derrotei' ele à medida que fui conseguindo seguir em frente, lidar melhor com ter sido demitido de um lugar que eu realmente vesti a camisa e tentei de tudo para dar certo (M2; 53 anos; 14 fev. 2025).

Nesse caso, o monstro que representa o assédio moral e o abuso de poder ultrapassa as fronteiras da vigília e invade os sonhos, ecoando em pensamentos, memórias e desconfortos que acompanham o adormecer, dissolvendo-se apenas com a passagem do tempo. Tanto **M1** quanto **M2** apresentam figuras abstratas, cuja influência em sua vida não se restringe a um corpo monstruoso ou a um comportamento isolado, visto que emerge das experiências vividas.

A última história aqui analisada, **M3**, "Desumano e Política", foi produzida por um homem de 54 anos que também recorre a suas experiências para figurar o monstro. Diferentemente das narrativas anteriores, nesta o monstro tem corpo e forma: são os colegas de trabalho da empresa. A imagem do monstro é representada como uma figura humana simplificada, com corpo de palitinho, mãos grandes e um sorriso no rosto. Acima da figura encontram-se o título da história, as palavras que expressam os comportamentos definidores da monstruosidade.

Figura 3 – M3 – Desumano e Política



Fonte: Desenho produzido por um participante de 54 anos, do sexo masculino (2025).

Novamente, o monstro surge a partir de experiências vividas. O participante inicia seu relato enfatizando esse aspecto:

> O meu monstro são os meus colegas de trabalho, esse pessoal todo que trabalha comigo eles vivem em um ambiente que é totalmente político e desumano, na verdade, eles só sabem ficar fazendo intrigas e querem passar a perna em todo mundo. Esse ambiente de indústria, é horrível, os supervisores não querem nem saber de serem amigos ou parceiros das pessoas, eles estão lá para falar mal de você pelas costas e tentar te passar para trás (M3; 54 anos; 10 jan. 2025).

Observa-se que as causas de associação do trabalho com o monstro são as tensões associadas ao assédio moral e os conflitos interpessoais. M3 reforça que, para manter-se no trabalho e, ao mesmo tempo, preservar relações, precisa praticar a política da "boa vizinhança", ciente de que, ao virar as costas, provavelmente será alvo de tentativas de sabotagem.

> Aqui eu desenhei uma pessoa, mas não é uma pessoa específica, sabe?! É uma forma de ilustrar que o meu monstro são as pessoas, principalmente essas que estão sempre mentindo e enganando para subirem um pouquinho no cargo. Lá, se uma pessoa tem a chance de ganhar R$20,00 a mais e para isso ela tem que fazer uma pessoa perder o trabalho, eles fazem, não querem saber de nada além do próprio dinheiro e umbigo (M3; 54 anos; 10 jan. 2025).

Antes de concluir, o participante acrescenta que a estratégia adotada para lidar com esse monstro consiste em manter a "boa vizinhança", e explica que ser político significa também permanecer atento e vigilante, sem deixar brechas para que outros o prejudiquem: "[...] é preciso ficar esperto e sempre vigilante, eles podem te fazer mal a qualquer momento" (M3; 54 anos; 10 jan. 2025).

Isso pode ser interpretado como a compreensão das novas mentalidades que permeiam as relações no âmbito da classe trabalhadora e que podem ser associadas à ideologia neoliberal: o individualismo, a performatividade e a competitividade. Ao considerar o monstro como projeção subjetiva da realidade dos autores de M1, M2, M3, torna-se possível identificar o atravessamento da estrutura econômica neoliberal, a qual impõe uma ordem moral e simbólica que desativa o dissenso e patologiza o sofrimento, ao reduzi-lo a desajuste individual (Safatle *et al*., 2021). Nesse sentido, o monstro pode ser compreendido como figura que encarna a recusa ou o fracasso da norma neoliberal de performatividade e docilidade.

As expressões dos temores gerados nas e pelas relações de trabalho levaram os informantes a figurarem experiências específicas sob a forma de monstros, elaborando, em narrativas, os conflitos decorrentes das transformações nas condições de trabalho. É relevante ressaltar que a adaptabilidade dos sujeitos tem consequências diretas sobre suas condições de existência, subsistência e relações interpessoais. Aqueles que não se ajustam à lógica de mercado são, com frequência, rejeitados, excluídos e nomeados como

“monstruosos”. Como demonstram Dardot e Laval (2019), o neoliberalismo alterou profundamente a cultura e a sociedade, instituindo um estado permanente de competição em nome da liberdade. No entanto, conforme destacam Safatle *et al.* (2021, p. 117):

> Claro está que, como dissemos, em suas propostas mais explícitas, a liberdade em jogo nas teorias neoliberais é aquela da liberdade negativa. Sob o crivo da competição flutuante, em que tudo o que não é igual a si mesmo representa uma ameaça de submissão ou perda de valor, a redoma anticoerção do laissez-faire se apresenta como a faceta única da liberdade.

Os três monstros, M1, M2 e M3, ainda que distintos em forma, convergem ao indicar que o trabalho, em sua configuração contemporânea, opera mediante a degradação neoliberal da liberdade. Nesse contexto, o trabalho constitui, simultaneamente, instâncias de subjetivação e de sofrimento, no interior do projeto neoliberal (Safatle *et al.,* 2021). A liberdade, concebida como princípio fundamental do neoliberalismo, transforma-se em liberdade degradada, restrita aos detentores do poder econômico (Harvey, 2008).

A coerção reaparece de forma monstruosa em expressões como “o bom cabrito não berra”, cujas grandes orelhas – orifícios passivos – simbolizam e reiteram a violência sistemática do assédio. Nesses casos, os monstros funcionam como metáforas vivas das contradições das relações de trabalho no capitalismo neoliberal.

O que atravessa os três monstros são relações sociais estruturadas por hierarquias, desigualdades e mecanismos de dominação. Isso se evidencia nos relatos: chefes autoritários, colegas competitivos e vistos como desonestos e o dinheiro como elemento de alienação. Observa-se, assim, um processo de transformação dos colegas em "coisas", isto é, em instrumentos. Esse fenômeno aparece de forma clara em M3, no qual os colegas vigiam, competem e traem uns aos outros, tratando o outro como obstáculo a ser eliminado. Como afirmam Dardot e Laval (2019, p. 16), o neoliberalismo:

> [...] produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos.

O poder, nas representações monstruosas, manifesta-se como instância incontestável, e é passível de agir mesmo sem a mediação de um sujeito claramente identificado – como o dinheiro em M1 ou a moralidade em M3. Tais desenhos e narrativas dão corpo às contradições do neoliberalismo e evidenciam que a violência do sistema pode ser subjetivamente assimilada como inevitável. Nesse sentido, as três representações dos monstros analisadas, apresentadas de maneira domesticada e amenizada, não evocam o terror ou o

medo que tradicionalmente lhes é atribuído, mas remetem à docilidade e parecem sugerir uma atitude de aceitação passiva e dolorida.

5. Um assombro ou um aviso?

Em 1922, um novo vampiro surgiu no mundo. “Nosferatu”, dirigido por F. W. Murnau tornou-se – apesar das polêmicas em torno da sua produção e distribuição – um clássico do cinema de terror. Em uma de suas cenas mais emblemáticas, na penumbra de um casarão, a sombra do vampiro projeta-se contra a parede da escadaria, alongada e distorcida, antecipando sua presença antes mesmo que seu corpo se revele. O vampiro sobe, sorrateiramente, degrau por degrau, como uma ameaça silenciosa que se infiltra pelas frestas da realidade e do mundo dos vivos, até que a sombra de sua mão se estende em direção ao quarto onde repousa Ellen (Jackson, 2023).

Figura 4

O vampiro de Murnau, Nosferatu



Fonte: Murnau, 1922.

A sombra que se amplia progressivamente, ilustra a influência crescente do vampiro em cena. Seus dedos pontiagudos, distorcidos à medida que ele avança, simbolizam o alcance da criatura, e sua presença espectral revela a impossibilidade de se deter seu progresso. Assim como o conde Orlok de Murnau, o trabalho contemporâneo pode ser compreendido como uma entidade de contornos monstruosos: sua presença – frequentemente invisível – ultrapassa fronteiras físicas e invade o tempo, os espaços íntimos e a vida subjetiva.

Retomando as questões discutidas no início deste capítulo: se o monstro surge como figura liminar, situada em encruzilhadas metafóricas de um tempo e contexto cultural específico (Cohen, 1996), seu corpo e sua manifestação são configurados pela maneira como os sujeitos atribuem sentido às suas experiências. Por essa razão, o monstro transforma-se de pessoa para pessoa, de contexto para contexto, e é justamente essa plasticidade que o torna uma figura tão potente para investigar fenômenos de nosso tempo. Como arauto de crises e transformações, o monstro preserva sua função de revelar, ensinar e denunciar.

O corpo do trabalhador encontra-se atravessado por exigências incessantes; quase sem possibilidade de escape, o capital projeta-se nas paredes (e telas) da casa, no sono (ausente), nos afetos e até mesmo nos sonhos. O monstro, nesse sentido, cumpre sua função de representar, advertir e ensinar sobre esses aspectos. Quando o trabalho é figurado por essas criaturas, abre-se a possibilidade de pensar –como nos exemplos apresentados no início – nos elementos que justificam a evocação do trabalho como tema central, quando os participantes optaram por narrar e desenhar os seus monstros. Em sintonia com esse cenário, tais figuras emergem nas relações e nos eventos cotidianos, revelando dinâmicas de submissão e artificialidade, frequentemente reificadas nas interações entre iguais, isto é, entre os próprios trabalhadores.

Assim como o conde Orlok de Murnau, a criatura de Shelley, os Vampiros de Chipaya ou tantos outros seres aqui lembrados, o trabalho configura-se como o ambiente em que os monstros desenhados se inscrevem. São esboços de criaturas-monstros vinculados aos elementos de nossa cultura, de nosso tempo e das formas contemporâneas de significar a experiência do trabalho. Se o monstro, como metáfora viva, carrega em si a possibilidade de um aviso ou de uma denúncia, cabe, portanto, continuar escutando o que ele tem a dizer – e, sobretudo, perguntar: o que mais ele ainda pode revelar?

Referências

Albornoz, S. (1994). *O que é trabalho*. Brasiliense.

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital* (2ª ed.). Boitempo.

Bohadana, E., & Sklar, S. (2012). Freud, educação, mitologia: Entre o psíquico e o lendário. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, *11*(131), 60–67. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16619/8982

Cardoso, P. F. G. (2013). *Ética e projetos profissionais: Os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Papel Social.

Casemiro, P., & Moura, R. (2025, 10 de março). Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. *G1 – Trabalho e carreira*. https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml

Cohen, J. J. (1996). *Monster theory: Reading culture*. University of Minnesota Press.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Darnton, R. (2023). *O grande massacre de gatos: E outros episódios da história cultural francesa* (8ª ed.). Paz e Terra.

Delumeau, J. (2009). *A história do medo no ocidente 1300–1800: Uma cidade sitiada*. Cia das Letras.

Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Autonomia Literária.

Fontes, V. (2017). Capitalismo em tempos de uberização: Do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, *5*(8), 45–67. https://doi.org/10.62782/2318-9657.2017.220

Foucault, M. (2010). *Os anormais: Curso no Collège de France (1974–1975)*. WMF Martins Fontes.

Freud, S. (2021). *O infamiliar [Das Unheimliche]: Edição comemorativa bilíngue (1919–2019): Seguido de O homem da areia de E. T. A. Hoffmann*. Autêntica.

Gounet, T. (1999). *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Boitempo.

Han, B.-C. (2020). *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (7ª ed.). Âyiné.

Hoffman, E. T. A. W. (2021). O homem da areia. In S. Freud, *O infamiliar [Das Unheimliche] – Edição comemorativa bilíngue (1919–2019): Seguido de O homem da areia de E. T. A. Hoffmann* (pp. 219–264). Autêntica.

Honda, I. (Diretor). (1954). *Godzilla* [Filme; Prime Vídeo]. Toho.

Jeha, J., & Nascimento, L. (2009). *Da fabricação de monstros*. Editora UFMG.

Kalat, D. (2017). *A critical history and filmography of Toho's Godzilla series* (2ª ed.). McFarland & Company.

Leite, J., Jr. (2006). *Das maravilhas e prodígios sexuais: A pornografia "bizarra" como entretenimento*. Annablume.

Levina, M., & Bui, D.-M. T. (2013). *Monster culture in the 21st century: A reader*. Bloomsbury Academic.

Martins, J. de S. (1993). A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, *5*(1–2), 1–29. https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84939

Marx, K. (2023). *O capital: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo.

Mittman, A. S., & Hensel, M. (2018). *Classic readings on monster theory: Demonstrare, volume 1*. ARC Humanities Press.

Murnau, F. W. (Diretor). (1922). *Nosferatu: Eine Symphonie des Grauens* [Filme; DVD]. Prana-Film.

Musharbash, Y., & Presterudstuen, G. H. (2014). *Monster anthropology in Australasia and beyond*. Palgrave Macmillan.

Musharbash, Y., & Presterudstuen, G. H. (2020). *Monster anthropology: Ethnographic explorations of transforming social worlds through monsters* [Kindle edition]. Routledge.

Paulo Netto, J.; & Braz, M. (2011). *Economia política: uma introdução*. Cortez.

Safatle, V., Silva Júnior, N., & Dunker, C. I. L. (Orgs.). (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

Shelley, M. (2017). *Frankenstein (1818)*. Darkside Books.

Toledo, M. (2024, 2 de novembro). “Monstros”: Série sobre irmãos Menendez é a mais vista da semana na Netflix. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/monstros-serie-sobre-irmaos-menendez-e-a-mais-vista-da-semana-na-netflix/

Trinca, W. (Org.). (2013). *Formas compreensivas de investigação psicológica: Procedimento de desenhos-estórias e procedimento de desenhos de família com estórias*. Vetor.

Trinca, W. (1987). *Investigação clínica da personalidade: O desenho livre como estímulo de apercepção temática*. EPU.

Vaisberg, T. M. J. A., & Ambrosio, F. F. (2013). Rabiscando desenhos-estórias com tema: Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos. In W. Trinca (Org.), *Formas compreensivas de investigação psicológica: Procedimento de desenhos-estórias e procedimento de família com estórias* (pp. 277–302). Vetor.

Wachtel, N. (1996). *Deuses e vampiros: De volta a Chipaya*. EDUSP.

BIOGRAFIA DOS AUTORES

Ana Beatriz de Araujo Guedes

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas (Grupo Unis), com área de concentração em Gestão, Organizações e Políticas de Desenvolvimento, com bolsa CAPES. Graduada em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) e graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Sul de Minas (Grupo Unis). Possui experiência na área da Educação, com atuação em escolas e cursinhos voluntários, desenvolvendo e ministrando conteúdos, além da elaboração de materiais didáticos, como apostilas e resumos. Foi vice-presidente do Centro Acadêmico de História. Realizou estágio por meio do Programa de Iniciação à Docência (PID) da Universidade de Taubaté. Atualmente, é associada à Associação Nacional de História (ANPUH), integrando o Grupo de Trabalho Nacional de Ensino de História e Educação. Cursa Licenciatura em Letras e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. É bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

André Luiz da Silva

Doutor em Ciências Sociais (2011) e Mestrado em Ciências da Religião (2003) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) (1996). Professor Adjunto I de Sociologia e Antropologia do Instituto Básico de Humanidades, Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano da e Coordenador do Projeto de Extensão Universitária de Educação Patrimonial da Universidade de Taubaté (UNITAU). Tem experiência na área de Antropologia Urbana e Sociologia da Cultura.

Camila Borges Honorato

Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté (UNITAU, 2024), com apoio da CAPES/CNPq. Pós-graduada em Psicanálise Clínica e bacharel em Psicologia pela Universidade Anhanguera de São Paulo (2019). Possui formação técnica em Administração pelo CEPHAS (2014). Atua como docente no curso de Psicologia da Anhanguera Educacional e como psicanalista clínica e administradora na BORGES Psicologia Clínica LTDA. Desenvolve pesquisas no campo da saúde coletiva e da sociologia da saúde, com foco nos efeitos do neoliberalismo sobre o trabalho em saúde mental. Investiga as relações entre identidade, formação profissional e produção do cuidado.

Carlos Alberto Máximo Pimenta

Professor Titular na Universidade Federal de Itajubá. Mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Pós-doutorado na Universidade do Minho (Braga-Portugal, 2020). Tem experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia, com ênfase nos temas da realidade brasileira, desenvolvimento local/regional, geração de renda e políticas culturais. Dedica-se em pesquisas sobre saberes e fazeres populares, artesanato, artefatos nas diversas facetas entre o urbano e o rural, a partir de regiões em processo de desenvolvimento no Brasil, especialmente sobre as questões que envolvam a ancestralidade dos povos pretos (festas; manifestações socioculturais e políticas; quilombos; marcas, símbolos e registros de saberes; dentre outros). Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade; coordenador do Laboratório de Pesquisa em Tecnologias Sociais e Saberes. Membro da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias.

Débora Inácia Ribeiro

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2013). Graduada em Psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena - UNISAL (1992) e especialista em Educação e Cultura pela UNITAU (2009). Áreas de atuação: Psicologia Clínica Humanista/Existencial e Psicologia da Saúde. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Paraíba -UNIVAP.

Eduardo Alfonso Toledo Hidalgo

Eduardo Alfonso Toledo Hidalgo es un reconocido consultor político y consultor empresarial com una trayectoria consolidada en investigación, performance y analítica avanzada de datos aplicada a procesos estratégicos, modelos predictivos, encuestas y diseño de estrategias tanto para organizaciones como para campañas electorales. Con una formación sólida en comunicación, analítica y estrategia, Eduardo ha desarrollado uma carrera profesional de alto impacto que abarca múltiples países de América Latina, entre otros mercados. A lo largo de su trayectoria, ha sido parte integral y ha dirigido varias campañas ganadoras, aportando decisiones basadas en evidencias, datos y comprensión profunda del comportamiento de audiencias, electorales y de mercado. Su expertise incluye la utilización de modelos predictivos y métricas de performance para anticipar escenarios y apoyar la toma de decisiones estratégicas, así como la creación y análisis de encuestas cuantitativas y cualitativas para diagnóstico y planificación.

Esto lo posiciona como un profesional capaz de integrar la investigación rigurosa on la creatividad estratégica

Elisa Maria Andrade Brisola

Graduação em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba; Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Pesquisadora de políticas públicas, gênero e trabalho. Professora do corpo permanente do Mestrado Interdisciplinar Desenvolvimento Humano: políticas sociais e Formação da Universidade de Taubaté e do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do UNIS-MG. Experiência em assessoria e consultoria para a Política de Assistência Social.

Gabriel Fujarra Magalhães Capello

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté (PPGDH-UNITAU, 2026), onde foi bolsista CAPES e representante discente. Pós-graduado em Psicanálise e Análise do Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, 2023) e graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU, 2018), tendo atuado como membro do Conselho de Departamento (CONDEP). É professor da graduação em Psicologia da Faculdade Vanguarda, onde leciona Técnicas Projetivas e Psicologia Jurídica, e atua na supervisão de estágios em Psicologia. Possui experiência em Psicologia Clínica, com ênfase em Psicanálise, e desenvolve pesquisas nas interfaces entre Psicologia, Psicanálise e Antropologia, especialmente sobre representação simbólica e monstruosidade.

Jonathan Garcia Fon

Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté (UNITAU), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui pós-graduação em Psicanálise: Teoria e Técnica pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e é bacharel em Psicologia pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Atualmente, exerce a função de docente no ensino superior, atuando em cursos de graduação e pós-graduação.

Juan Patricio Toledo Hidalgo

Arquitecto y Urbanista, Maestro en Gobierno de la Ciudad con Especialización en Centralidades Urbanas y Áreas Históricas por FLACSO sede Ecuador. Sus

líneas de investigación se concentran en los Grandes Proyectos Urbanos, Desarrollo Urbano, Modelos de Ciudad, Centralidades Urbanas y Centros Históricos. Ha presentado trabajos en diferentes espacios de discusión y ganado diferentes reconocimientos académicos como el concurso nacional de ensayos en torno al Centro histórico de Quito. Además, fue director del departamento desarrollo urbano del Instituto de Altos Estudios Nacionales IAEN y docente universitario en distintas instituciones de educación superior a nivel nacional como la Universidad de las Américas y actualmente es profesor tiempo completo en la Universidad Internacional del ECUADOR UIDE

Júlio Cesar Voltolini

Biólogo, doutor em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestre em Zoologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade de Taubaté (UNITAU). Atua no Departamento de Biologia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da instituição, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. É coordenador do Grupo de Pesquisa e Ensino em Biologia da Conservação (ECOTROP/CNPq), com atuação nas áreas de Ecologia, Biologia da Conservação, Bioestatística, Evolução e Iniciação científica na escola pública. Ao longo de sua trajetória, tem participado de projetos de formação científica, pesquisa e educação em diferentes instituições brasileiras e no exterior, articulando conhecimentos das Ciências Biológicas com questões relacionadas à educação, à formação humana e à produção do conhecimento.

Luiz Felipe Silva

Engenheiro mecânico pela Universidade de Mogi das Cruzes (1981), mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1995) e doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2002). Atualmente é professor titular no Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). É responsável pelas disciplinas de Poluição Sonora, Epidemiologia e Saúde Pública e Ergonomia e Saúde do Trabalhador. Tem vivência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde do Trabalhador, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação da exposição ocupacional ao ruído e à vibração, avaliação de ruído nas comunidades, paisagem sonora e determinação social da saúde. Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos e no Programa de Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade, da UNIFEI, nos quais tem orientado dissertações de mestrado e de doutorado.

Marcela Leticia López Serna

Licenciada en Derecho por la Universidad Autónoma de Aguascalientes, Maestra en Derecho por la UNAM y Doctora en Derecho por la Universidad de Guanajuato. Realizó estancia de investigación en la Université d´Orléans en Francia. Ha participado y coordinado foros de investigación jurídica nacionales e Internacionales. Es docente, investigadora, gestora cultural y columnista en medios de comunicación. Actualmente es presidenta del Comité Coordinador del Sistema Estatal Anticorrupción y del Comité de Participación Ciudadana de Aguascalientes por el período 2026-2027.

Mariana Helloá de Oliveira Gomes

Mestra em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU. Psicóloga pela Universidade Anhanguera (2020). Especialista em Psicologia Clínica Existencialista Sartriana pelo Núcleo de Clínica Ampliada Fenomenológica-Existencial - NUCAFE (2024). Atualmente atende em consultório particular. Tem experiência clínica de base fenomenológica-existencial, com ênfase no pensamento fenomenológico-existencial de Jean-Paul Sartre. Experiência na área de Psicologia Social com intervenções na proteção especial de média complexidade. Professora no curso de graduação em psicologia da Faculdade Anhanguera de São José dos Campos. Interesse em estudos sobre adolescência, filosofia e sociedade.

Patricia Hidalgo

Patricia Hidalgo, PhD en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Ecuador), cuenta con más de 30 años de experiencia en docencia, investigación y gestión universitaria, con especialización en comunicación política, democracia participativa y participación ciudadana. Ha desempeñado funciones de dirección académica en programas de pregrado y posgrado en los campos de la Comunicación, el Marketing y las Ciencias Sociales, contribuyendo al desarrollo curricular y al fortalecimiento de la investigación aplicada. Su producción académica se centra en el análisis de la esfera pública, los procesos democráticos y los estudios de género. Es autora del libro “Claros y oscuros de la democracia participativa. El caso de las Asambleas de presupuesto participativo del Distrito Metropolitano de Quito 2010–2013” (2018), así como de diversas publicaciones en revistas indexadas y obras colectivas sobre calidad y evaluación en educación superior. Ha participado en proyectos de investigación de carácter internacional, entre ellos el SEDHI (Social Environmental Determinants on Health Inequalities), financiado por el National Institute for Health Research (NIHR) del Reino Unido. En el ámbito profesional, es miembro de la Comisión Nacional Anticorrupción del Ecuador y presidenta de la Fundación Gender Equality. Se ha desempeñado como evaluadora parinternacional y experta en procesos de acreditación universitaria. En 2023 integró el Comité Nacional de Debates Electorales del Consejo Nacional Electoral, en calidad

de miembro y vocera oficial. Su trayectoria académica y profesional la posiciona como referente en comunicación política, democracia y estudios de participación ciudadana en Ecuador y América Latina.

Rachel Duarte Abdala

Graduada em Bacharelado e em Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo-USP (1999). Mestre (2003) e Doutora (2013) em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em História da Educação pela USP, com missão de pesquisa realizada na França (2021). Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em História UNITAU. Diretora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Universidade de Taubaté-UNITAU. Coordenadora geral e Docente permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da UNITAU. Docente colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em Educação da UNITAU. Coordenadora do subprojeto de História do PIBID-Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência na UNITAU. Recebeu o prêmio Jabuti por capítulo de livro sobre alfabetização no Brasil, na categoria Educação. Acadêmica titular da Academia Taubateana de Letras.

Rafaela Aparecida Gonçalves da Fonseca

Psicóloga pela Universidade de Taubaté (2019), especialista em Tecnologia, Formação de Professores e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (2024) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (2026). Possui experiência em atendimentos clínicos e atuação na área da saúde mental, com interesse em perspectivas críticas e interdisciplinares. Sua produção acadêmica se concentra em temas como gênero, saúde mental, trabalho e sociedade, buscando contribuir para o campo das ciências humanas e sociais. Atualmente, dedica-se ao desenvolvimento de sua dissertação, que investiga as percepções e experiências de professoras aposentadas na Educação Básica no contexto do envelhecimento, da saúde e do trabalho.

Régis de Toledo Souza

Sou graduado em Física (1989), Engenharia Mecânica (1993), Licenciatura em Psicologia (1997) e Formação de Psicólogo (1998), pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Possuo mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), concluído em 2001, e doutorado na mesma área e instituição, concluído em 2007. Atualmente, atuo como Professor Adjunto III no curso de Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano na

Universidade de Taubaté. Minha trajetória acadêmica e profissional concentra-se na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, desenvolvo estudos e atividades principalmente nos temas de Políticas Públicas, Psicologia Social, cultura e educação. Possuo uma formação interdisciplinar, que reúne conhecimentos das áreas de Ciências Exatas, Engenharia e Psicologia, o que acredito.

Rubén Díaz López

Doctor en derecho por la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México. Dentro de la academia ha sido profesor y expositor en distintas universidades; destacan la Universidad de Guanajuato, Universidad Autónoma de Aguascalientes y el CIDE región centro, en México. Ha publicado diversos libros y ensayos relativos a transparencia, rendición de cuentas y sistema anticorrupción.

Silvio Luiz da Costa

Doutor em Educação (USP). Mestre em Ciências Sociais (PUC – SP). Graduado em Filosofia (PUC – MG). Professor na Universidade de Taubaté (UNITAU). Atua como docente e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR) da UNITAU. Coordena o Grupo de estudos Educação, território e políticas públicas. Coordenador Institucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Capes na UNITAU.

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. É professora, da Universidade de Taubaté - UNITAU, onde integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Educação e do Mestrado em Desenvolvimento Humano. É também professora do Centro Universitário do Sul de Minas, onde atua no Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. Tem experiência de pesquisa e de docência em Educação, História e Metodologia de Pesquisa, atuando principalmente com os seguintes temas: História Oral, Memória, Identidade, Direitos, Diversidade, Diferença, Práticas Docentes, Formação de Professores e Ensino de História



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-85-9561-259-4

